

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
ESCOLA DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

DIEGO BECKER DA SILVA

**Na luta de Nestor Vera:
Os comunistas, os camponeses e a Revolução**

Guarulhos, 2018

DIEGO BECKER DA SILVA

**Na luta de Nestor Vera:
Os comunistas, os camponeses e a Revolução**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade Federal de São Paulo como requisito parcial para obtenção do título de mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Clifford Andrews Welch.

Guarulhos, 2018

Becker, Diego.

Na luta de Nestor Vera: os comunistas, os camponeses e a Revolução. Diego Becker da Silva – Guarulhos, 2018. p. 137.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2018.

Orientador: Clifford Andrews Welch.

Título em inglês: In the struggle with Nestor Vera: communists, peasants and Revolution.

1. Campesinato. 2. Comunistas. 3. Revolução brasileira. 4. Nestor Vera. I WELCH, Clifford Andrews, orient. II Na luta de Nestor Vera

Na luta de Nestor Vera: Os comunistas, os camponeses e a Revolução

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação
em História da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas,
da Universidade Federal de São Paulo como requisito parcial para
obtenção do título de mestre em História.

Aprovação

____/____/____

Prof. Dr. Clifford Andrews Welch
Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP/EFLCH)

Prof. Dr. Janes Jorge
Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP/EFLCH)

Prof. Dr. Paulo Ribeiro Rodrigues da Cunha
Universidade Estadual Paulista (UNESP/FEC)

*Em memória de Alcides Cordeiro
Becker e João Inácio da Silva*

*Fuzilados da CSN,
Assassinados no campo,
Torturados no DEOPS,
Espancados na greve,
A cada passo desta marcha
Camponeses e operários.
Tombam homens fuzilados,
Mas por mais rosas que os
poderosos matem
Nunca conseguirão deter
a **Primavera!**
Pois o futuro vos pertence!
(Fuzilados da CSN – Garotos
Podres)*

AGRADECIMENTOS

À minha mãe Maria Aparecida Becker da Silva e meu pai João Gumercindo da Silva, que me deram a vida, a estrutura, os principais ensinamentos da vida, de lutar pelo que se quer, de se entregarem na luta cotidiana para dar um bom ensino e melhores condições de vida para seu filho mesmo que para isso tenham que entregar o último sopro de vida. Agradeço do fundo do coração a esses dois trabalhadores que durante anos me ensinaram a ter dignidade e de todos os momentos felizes partilhados, pelas lágrimas que tivemos de derrubar nos momentos difíceis que no fundo contribuíram em nosso fortalecimento. Minha gente não é fácil criar um filho sendo proletário em uma pequena cidade do interior paulista!

Agradeço meus avós pelo amor, carinho, sabedoria da vivência, das piadas partilhadas, pelo suor derrubado no dia-a-dia da lavoura que proporcionou dignidade para nossa família. Vô João e Vô Alcides que saudades vocês deixaram. Vó Dita e Vô Zilda, minhas guerreiras! Obrigado por todo o amor e carinho que recebo das senhoras.

Agradeço a Janaína Lopes, tudo teria sido mais árduo e não sei se conseguiria continuar se não estivesse ao meu lado. Seu sorriso me proporciona ânimo para continuar lutando.

Aos amigos Vitor, Miller, Joana (cunhas querida), Philippe, Lucas, Paola, Vera, Marcos, Karine, Talita e Renata. Aos amigos do Programa de Pós-Graduação em História da Unifesp.

Aos meus educandos e educandas.

Aos camaradas de luta do PCML e do jornal Inverta. Devemos Ousar Lutar e Ousar Vencer.

Agradeço também ao prof. Cliff pelas orientações e discussões que foram imprescindíveis para concretização desse projeto, além da amizade e do exemplo de intelectual engajado. Ao prof. Janes pelas conversas, orientações, pelas suas aulas e pelo seu engajamento. Ao prof. Paulo pela gentileza na participação da qualificação, pelos apontamentos e por sua obra que foi base para a realização do presente trabalho.

À CAPES pela bolsa concedida.

E por fim, a Nestor Vera que dedicou a sua vida pelos camponeses e trabalhadores, que lutou a vida toda pela Revolução e a construção de uma sociedade justa e igualitária para a classe trabalhadora. Agradeço a todos os comunistas revolucionários que dedicaram a vida e tombaram pelo Socialismo. Hasta la Victoria!

RESUMO

A proposta da dissertação é contribuir para a História do Brasil Republicano com um estudo biográfico da trajetória política do comunista camponês Nestor Vera (1915-1975). Vera foi um destacado líder e militante do Partido Comunista do Brasil (PCB) que atuou principalmente no estado de São Paulo na organização do movimento camponês brasileiro no período pós-Segunda Guerra. Visamos compreender a dinâmica a fundo da formação e atuação de Nestor Vera, enfatizando a dialética entre a prática e a teoria, entre sua experiência no campo e participação nos debates do papel do campo em uma Revolução brasileira. A pesquisa passa por sua criação e educação como camponês no interior paulista, partindo ainda jovem para a região de Santo Anastácio, onde assumiu em 1946 a liderança de uma liga camponesa do PCB, até seu assassinato pelo DOPS, em Belo Horizonte em 1975. Uma melhor compreensão da participação de Nestor Vera no movimento camponês contribuirá para a historiografia do período republicano com uma análise do desenvolvimento da atuação política do campesinato brasileiro.

Palavras-chave: Camponês; Comunistas; Revolução brasileira

ABSTRACT

This master's thesis contributes to the history of the Brazil Republic a biographical study of the political trajectory of the peasant communist Nestor Vera (1915-1975). Vera was a prominent leader and militant of the Communist Party of Brazil (PCB) whose post-WWII activism focussed mainly on the Brazilian peasant movement in the state of São Paulo. It analyzes the dynamics of Nestor Vera's formation and performance, emphasizing the dialectic between theory and practice, between field experience and participation in debates about the role of the countryside in the Brazilian revolutionary process. The research begins with an examination of his upbringing and education as a peasant in the interior of São Paulo, his initiation as a young militant in the region of Santo Anastácio, where he assumed the leadership of a PCB peasant league in 1946, narrating the story of his activism, analysis and advocacy thereafter until his tragic assassination by Brazil's secret police in Belo Horizonte in 1975. Nestor Vera's participation in the peasant movement adds to the historiography of the republican period with an analysis of the development of the Brazilian peasantry's generally neglected political expression.

Keywords: Peasants; Communists; Brazilian Revolution

Sumário

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO I: Expropriação e resistência	28
CAPÍTULO II: Dos sindicatos à contrarrevolução:	61
CAPÍTULO III: Clandestinidade e Resistência democrática	93
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	121
Referências bibliográficas.....	124
ANEXOS	134

INTRODUÇÃO

A escrita da História é um espaço de disputas de interpretações e narrativas, que visa criticar, analisar e refletir sobre o passado em maneira que, muitas vezes, gera implicações para o futuro, seja apontando um tipo alternativo de sociedade ou quais os processos necessários para alcançá-la. Para o historiador dos Annales e combatente Marc Bloch, os historiadores escrevem a partir dos anseios de seu tempo. Dessa forma a conjuntura política e social influencia em seu trabalho intelectual, seja na sua ligação com o status quo, seja pela vontade de transformação.

Como escrevia Florestan Fernandes “*não existe neutralidade possível: o intelectual deve optar entre o compromisso com os exploradores ou com os explorados*”¹. Assim, o momento histórico pelo qual passa o Brasil e a crença que é dever das historiadoras e historiadores – dos pesquisadores, em geral – tomarem partido, influencia este pesquisador em seu trabalho.

O modo que a conjuntura brasileira tem se desenrolado traz à tona a célebre frase do revolucionário Karl Marx para refletirmos:

Hegel comenta que todos os grandes fatos e todos os grandes personagens da história mundial são encenados, por assim dizer, duas vezes. Ele se esqueceu de acrescentar: a primeira vez como tragédia, a segunda como farsa.²

Os ecos do passado trágico ressoam na memória coletiva devido ao processo histórico iniciado a partir do Golpe de Estado de 2016. Neste ano no campo político apresentou-se um palco dos horrores de uma farsa que foi processo que retirou a presidenta Dilma Rousseff do governo para colocar as forças mais reacionárias e corruptas do país. Se em 1964 o golpe militar foi fruto das disputas da Guerra Fria, o de 2016 foi a busca do império e seus seguidores “tupiniquins” para tentar superar a crise do capital que assola o mundo capitalista.

Dentre as medidas neoliberais está a retirada dos direitos da classe trabalhadora, os quais foram conquistados com muito esforço e luta. Assim, ocorre a disputa pelas narrativas históricas em volta desse processo. O Congresso Nacional aprovou o desmonte da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) com o discurso de modernização do

¹ FERNANDES, Florestan. **Em busca do socialismo: últimos escritos e outros textos**. São Paulo: Xamã, 1995. p. 29

² MARX, Karl. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011. p. 23.

trabalho; destarte, o acordado sobrepõe-se ao legislado –prática recorrente do início do século XX. Há conjuntamente projetos de lei do agronegócio que visam o trabalho ininterrupto no campo, além do não pagamento de salário em pecúnia e sim em alimentação e moradia, práticas do colonato ou das relações trabalhistas que os camponeses lutaram contra por toda primeira metade do século passado.

As ações descritas anteriormente são reflexos das dinâmicas da lutas de classes, motor da História descrita por Marx e Engels.³ Por toda uma geração de historiadores essas dinâmicas sociais foram negadas. Em relação ao mundo rural as contradições entre capitalismo agrário e campesinato foram também refutadas ao longo dos anos 1990. O pesquisador Ricardo Abramovay afirma não haver separações entre grande capital e agricultura familiar, deste modo ambos fazem parte de um mesmo mundo rural harmônico.⁴ Os últimos acontecimentos e a História provam o contrário.

Sendo assim, este trabalho busca analisar e criticar a atual narrativa hegemônica nas ciências, a qual tenta pasteurizar os conflitos sociais no campo. Essa narrativa faz parte de uma longa luta em torno da política agrária do Brasil, algo que foi especialmente intensivo a partir do final da II Guerra Mundial, mesmo período em que se formou no país um movimento camponês, que permanece vivo até hoje e apresenta visões alternativas de um campo menos monopolizado pelo capital.

Neste enfrentamento, de visões e políticas concretas, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) fez uma contribuição que os donos do capitalismo agrário não gostam de reconhecer, apesar de ter sido uma participação geralmente a favor do desenvolvimento do capitalismo no campo. Um dos protagonistas mais presentes durante as três décadas iniciais deste movimento foi o camponês Nestor Vera, militante destacado do PCB para atuar no meio rural até 1975, ano do seu assassinato pela ditadura civil-militar.

Entre 1946 e 1975, Vera foi presidente de uma liga camponesa, membro do Comitê Estadual do PCB, dirigente do jornal *Terra Livre*, secretário da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), organizador do Congresso Camponês de Belo Horizonte (1961), fundador e tesoureiro da Confederação nacional

³ MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Cooperativa Inverta, 2010.

⁴ ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo, Hucitec, 1992.

dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), representante do Brasil em congressos internacionais do campesinato e um persistente debatedor sobre o papel do campesinato na revolução brasileira.

Com o presente trabalho, pretendemos problematizar a narrativa atual da hegemonia do agronegócio com um estudo da trajetória política de Vera, até agora pouco reconhecida na historiografia brasileira. A problemática do estudo busca compreender a contribuição de um movimento de resistência a partir do campo à formação do capitalismo agrário brasileiro através da trajetória de Nestor Vera. A centralidade de sua atuação no período pode ajudar entender melhor as consequências da interação entre os protagonistas da modernização do sistema de produção capitalista no campo e o aparecimento de seu antagonismo na expressão da resistência camponesa.

O historiador Willian H. Sewell questiona a produção historiográfica recente que centra seus estudos apenas na linguística e perdeu a concretude das ações humanas, assim acredita que seja necessário uma reformulação da História Social, que possa entender o desenvolvimento dos modos de produção.⁵ Nosso intuito é contribuir para a História Social com um estudo que consiga entender parte do desenvolvimento do modo de produção capitalista no campo a partir de uma experiência concreta de resistência.

Nestor Vera nasceu em Ribeirão Preto (SP), em 19 de maio de 1915, filho dos imigrantes espanhóis Manoel Vera e Pilar Velásques. Teve como primeiro local de atuação política a cidade de Santo Anastácio (SP), situada no Pontal do Paranapanema, região de forte disputa pela terra. A ida da família Vera para o oeste paulista é marcada pelo processo de migrações internas no estado de São Paulo, devido à abertura de novas terras para o cultivo e povoamento.⁶

O período de 1946 até 1975 configura forte participação comunista no âmbito rural. Subdividindo-o em três períodos menores, essa dissertação pretende analisar a dialética entre a ação sociopolítica de Vera, o desenvolvimento de seu pensamento e da política agrária do PCB. Continuidades podem ser identificadas como entre 1946 a 1954 demarcado pela luta em torno das Ligas Camponesas e o estabelecimento da ULTAB.

⁵ SEWELL, Willian H. Por una reformulación de lo social. *Ayer*. n. 62, 2006.

⁶ WELCH, Clifford. “Os com-terra e os sem-terra de São Paulo”. In: FERNANDES, Bernardo; MEDEIROS, Leonilde Servolo de; PAULILO, Maria Ignez. **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas, e conquistas**. Vol. 1. São Paulo: Editora Unesp, Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

Vera estabeleceu sua liderança no setor do campo do PCB nesse período. Com sua sede e um jornal próprio, a atuação da ULTAB no campo deu início a um segundo período, de 1954 até 1964, que teve a presença de Vera como um de seus organizadores, formadores e oficiais-chave. Junto aos camponeses, Nestor realizava a luta em defesa da reforma agrária e dos direitos trabalhistas, abertamente, até o final de 1963, quando suas atividades foram transferidas para a CONTAG, talvez a maior conquista do movimento camponês até então. Logo veio o golpe civil-militar, que forçou Vera e outros comunistas para a clandestinidade. Em 1964, fecha-se o subperíodo das lutas abertas pela a ULTAB e abre o último subperíodo, que dura – no caso de Vera - até sua execução em 1975. Nestor Vera viu o movimento camponês se desfalecer, ser colocado na clandestinidade, ser palco dos enfrentamentos e rachas interiores e do surgimento de outras formas políticas de organização e luta armada, passou para uma luta democrática reforçada pelos sucessos eleitorais em 1974, até seu assassinato em abril de 1975.

Nesse último subperíodo teremos a chance de investigar a participação dos comunistas no campo imersos na luta contra a ditadura algo que até o presente tem sido pouco investigado pela historiografia. Um dos programas da ditadura civil-militar foi a industrialização da agricultura. Em 1967, com o pseudônimo de Jacinto Xavier, Nestor participou da V Conferência Mundial dos Sindicatos dos Trabalhadores da Agricultura, das Florestas e das Plantações, encontro organizado e financiado pela URSS na Alemanha Oriental, nessa ocasião fez denúncias sobre a tortura e a perseguição contra os trabalhadores do campo.⁷ Cabe ressaltar que Vera em seu discurso explicou o avanço do capital ligado ao latifundiário em diversas partes do país, principalmente no Estado de São Paulo, que gera por consequência a expropriação das terras dos camponeses. Descreveu que mesmo dentro da CONTAG - que sofreu intervenção direta dos militares - a luta dos trabalhadores continuou intensivamente, passando por cima das orientações dos “pelegos”.

O ano passado [1967] os plantadores de amendoim do Estado de São Paulo realizaram uma grande concentração na cidade de Tupã, de protesto contra a exploração das companhias americanas Anderson Clayton e outras, e exigindo do governo melhores preços para seu produto. O mesmo fizeram os plantadores de algodão do Estados do Paraná, Mato Grosso, parte de Minas Gerais e de São Paulo, que realizaram uma concentração na cidade de Mirandópolis, com a presença de cerca de 15 mil pessoas, entre

⁷ WELCH, Clifford A. **A semente foi plantada, as raízes paulistas do movimento sindical camponês no Brasil, 1924-1964**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

pequenos, médios e até grandes produtores contra os grandes compradores. Tal foi a situação, que o representante de Castelo Branco não conseguiu usar a palavra.⁸

Essa passagem nos instiga a pensar como foi a atuação de Nestor Vera na organização dos trabalhadores do campo, não obstante na clandestinidade. Porventura, Vera e seu grupo de comunistas destacados para o campo lutaram, em 1968, para retomar a direção da CONTAG, então presidida por José Rotta, aliado da ditadura? Essa é uma das questões que a dissertação buscará responder a partir das evidências encontradas no trabalho de pesquisa.

A escolha da periodização do projeto visa apresentar as contradições entre o vivido e o concebido – utilizando termos de Henri Lefebvre – dos comunistas e de suas relações com o movimento camponês que se desenvolvia.⁹ Os anos que entremeiam 1946 e 1975 marcaram o desenvolvimento das ligas camponesas, associações rurais, sindicatos, federações e a confederação dos trabalhadores rurais; além de mudanças importantes nas diretrizes do PCB¹⁰. São as contradições entre o vivido e o concebido, com relação a Nestor Vera, que nos proporciona elementos para analisar a ligação entre camponeses e comunistas; e, dessa forma, parte de sua projeção na política nacional.

Diferente da tradicional História Agrária, que tem por objetos de estudo a história da agricultura, suas técnicas e ciências; apropriação do solo; trabalho do homem na terra e a compreensão dos aspectos econômicos do mundo rural¹¹; o estudo projetado procura enfatizar a História Social do Campo. A História Agrária fez grandes contribuições para compreender o setor agrícola e sua contribuição para o abastecimento da população, bem como a geração de capital; entretanto, tal tendência historiográfica acaba deixando de lado a experiência dos trabalhadores e trabalhadoras do campo. Por conseguinte, nossa proposta visa esclarecer alguns pontos da formação do movimento camponês, analisando as vivências políticas e sociais que resistiram ao processo “modernizador” e lutaram para não serem expulsos de seu mundo.

⁸ XAVIER, Jacinto (pseud. Nestor Vera). A situação do movimento camponês no Brasil, suas lutas e sua organização. Coleção Nestor Vera, Fundo IAP, acervo ASMOB, CEDEM/UNESP. p. 12-13.

⁹ LEFEBVRE, Henri. **La Presencia y la Ausencia: Contribución a la Teoría de las Representaciones**. México: Fondo de Cultura Económica, 2006.

¹⁰ Cf. PRESTES, Anita Leocádia. A que herança os comunistas devem esquecer. **Revista Oitenta**, s/n, nov. 1980. SEGATTO, José Antonio. **Reforma ou Revolução. As vicissitudes políticas do PCB (1954-1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

¹¹ LINHARES, Maria Yedda. História Agrária. In. FLAMARION, Ciro. VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História. Ensaios de Teoria e Metodologia**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997. p. 165–184.

A presente dissertação é fruto de um trabalho de aproximadamente oito anos, iniciou-se com as leituras e participação das reuniões do Grupo de Estudos de História Social do Campo, organizado pelo professor Cliff Welch, ligado ao Grupo de Pesquisa História, Memória e Patrimônio do Trabalho (HMPT) da Universidade Federal de São Paulo. Durante os encontros o docente apresentou sua base de dados sobre documentos que havia pesquisado nos arquivos do CEDEM/UNESP, dentre eles nos chamou a atenção um documento de Nestor Vera e sua atuação no campo. Foi assim que começamos um levantamento bibliográfico sobre a participação dos comunistas no mundo rural e das fontes ligadas a Nestor Vera.

O primeiro fruto da pesquisa foi intitulado “*Na luta de Nestor Vera: os comunistas e a organização camponesa*”, monografia apresentada como trabalho de conclusão de graduação. que foi base para o projeto de mestrado e ponto de partida dos anseios expressados nessa análise. No decorrer da pesquisa buscamos diversas fontes documentais que pudessem dar luz a trajetória política e a produção teórica de Nestor Vera. Os principais registros consultados estão no Fundo Nestor Vera, presente no acervo Archivio Storico del Movimento Operaio Brasileiro (ASMOB) – do CEDEM/UNESP, no arquivo do Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS) – sob a salvaguarda Arquivo Público do Estado de São Paulo, e na Hemeroteca Digital Brasileira – disponibilizada pela Biblioteca Nacional.

O Fundo Nestor Vera é um conjunto de nove caixas com diversos documentos pouco trabalhados por pesquisadores, um material quase inédito sobre a militância de Nestor Vera. Por fazer parte de uma documentação que viajou para a Itália durante a ditadura civil-militar e depois voltou para o Brasil, existem documentos misturados; encontramos fontes do movimento estudantil dos anos de 1980 ou mesmo do PCB posterior à morte de Vera. Todavia, o fundo é riquíssimo para compreendermos a relação dos Comunistas com o movimento camponês entre os anos de 1960 e 1970. Dentre os documentos, localizam-se jornais sobre congressos camponeses, formação de sindicatos, documentação da Federação Sindical Mundial, da CONTAG, anotações das reuniões do Comitê Executivo do PCB, da direção estadual do Partido, mas, sobretudo, manuscritos de Nestor Vera, nos quais analisa a formação e atuação do movimento sindical rural.

O Archivio Storico del Movimento Operaio Brasileiro – ASMOB, onde se encontra o Fundo Nestor Vera, foi organizado no exílio depois que Lyndolpho Silva levou

para Milão os arquivos de Roberto Morena, que havia falecido em 1977. Posteriormente foram incorporados os documentos de Morena que estavam no Brasil entregues pela viúva, em seguida os arquivos de Astrojildo Pereira. Diversos militantes entregavam seus documentos para serem salvaguardados na crença de preservarem a memória da resistência e das lutas sociais no Brasil.

José Luis Del Roio, cientista político que organizou e preservou o arquivo até a volta ao país de origem, atualmente ainda presta consultoria sobre a documentação. Tivemos a felicidade de conversar com Del Roio durante a pesquisa que elucidou momentos da trajetória de Nestor Vera, os quais as fontes não apresentavam. Del Roio que participou do PCB e da ALN, apontou como era a relação de Vera com a formação da guerrilha de Marighella, mas que não rompeu com o antigo Partidão. A amizade de Vera com o ex-pecebista e guerrilheiro Câmara Ferreira é a chave para entendermos a relação tão próxima entre os Comunistas e os guerrilheiros, sendo algo que a polícia política não descobriu e taxou Nestor Vera como militante da ALN.

Nas páginas dos jornais Comunistas que podemos encontrar as formulações teóricas e denúncias sobre a repressão aos camponeses, Nestor Vera pode ser classificado como o “*intelectual orgânico*” descrito por Antonio Gramsci.¹² Para o pensador italiano, cada classe social possui um intelectual orgânico que é especialista em sua área para o desenvolvimento de sua classe, referente a esse conceito Giovanni Semeraro escreve que

são orgânicos os intelectuais que, além de especialistas na sua profissão, que os vincula profundamente ao modo de produção do seu tempo, elaboram uma concepção ético-política que os habilita a exercer funções culturais, educativas e organizativas para assegurar a hegemonia social e o domínio estatal da classe que representam (Gramsci, 1975, p. 1.518). Conscientes de seus vínculos de classe, manifestam sua atividade intelectual de diversas formas: no trabalho, como técnicos e especialistas dos conhecimentos mais avançados; no interior da sociedade civil, para construir o consenso em torno do projeto da classe que defendem; na sociedade política, para garantir as funções jurídico-administrativas e a manutenção do poder do seu grupo social.¹³

Nos jornais *Voz Operária*, *Novos Rumos* e *Terra Livre* Nestor Vera travou a batalha ideológica dentro do Partido e para dar um direcionamento ao movimento camponês. São nesses textos que encontramos a influência de Lênin com a formulação da aliança operária-camponesa e da vanguarda do Partido. Durante toda sua trajetória

¹² GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Vol II: os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

¹³ SEMERARO, Giovanni. Intelectuais “orgânicos” em tempos de pós-modernidade. **Cadernos Cedex**, Campinas, vol. 26, n. 70, p. 373-391, set./dez. 2006. p. 378.

Vera manteve-se firme perante a tática da aliança entre os operários e camponeses para a realização de uma etapa revolucionária para que posteriormente se alcançasse o ponto estratégico da formação do socialismo no Brasil.

O *Terra Livre* era o órgão político para os militantes do campo, um veículo especialmente formado para as demandas dos camponeses.¹⁴ Foi nesse espaço que Nestor Vera participou intensamente denunciando os maus-tratos contra o povo do campo, os crimes cometidos pelo Estado e latifundiários. Além de ser um meio pelo qual convocava o campesinato a defender suas terras e lutar pelos direitos trabalhistas. Por conta de sua participação na direção do *Terra Livre*, Nestor Vera recebeu o reconhecimento de ser jornalista profissional pelo Sindicato dos Jornalistas de São Paulo e Ministério do Trabalho.

O jornal atuou até o golpe civil-militar depois com todas as dificuldades de ser impresso na clandestinidade deixou de existir. Parte dessa documentação está disponível ao público na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Infelizmente, foram perdidas as primeiras edições do *Terra Livre*, é possível o acesso a partir do ano de 1954 quando o jornal estava mais bem estruturado e com maior alcance.

A trajetória de Nestor Vera, assim como de diversos comunistas brasileiros e pelo mundo, foi marcada pela perseguição política e pela vigilância dos órgãos de repressão. Assim sendo, para montarmos os quebra-cabeças de seus caminhos, os arquivos do DEOPS, cujo Arquivo Público do Estado de São Paulo mantém a guarda e parte está disponibilizada para pesquisa, foram fundamentais. Tais registros, depois do fim do DEOPS, passaram para a Polícia Federal até chegar ao Arquivo do Estado, nesse trajeto importantes documentos foram “perdidos” e desaparecidos.

Mesmo com sua descaracterização, o arquivo, do então extinto departamento, é uma das principais fontes para se compreender o desenvolvimento político e social brasileiro do século XX. Para rastrear os caminhos de Nestor Vera utilizamos o seu prontuário do Deops, pastas sobre a vigilância ao movimento camponês e do Partido Comunista, documentos da Delegacia de Ordem Social e da Delegacia de Ordem Política. Contudo, os documentos produzidos pela instituição paulista não eram suficientes; assim,

¹⁴ Cf. BARBOSA, Vera Lúcia Guedes. **Canto de liberdade por um canto de terra: o PCB na organização do campesinato (1954-1964)**. Trabalho de Conclusão de Curso. História (Graduação). Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2014.

entramos em contato com o Arquivo Público Mineiro e solicitamos a documentação que possui referente ao militante em questão, isso significa múltiplos documentos espalhados em diversas pastas, os quais nos possibilitou preencher algumas lacunas.

Trabalhar com uma trajetória é algo muito complexo, visto que o conjunto de fontes para tal ação é muito variável para possibilitar entender como essa trajetória foi constituída. Assim tivemos que cruzar dados entre os órgãos de repressão com a documentação produzida por Nestor Vera e outros Comunistas, conferir memórias de militantes com a produção historiográfica e até relatos orais. Durante a pesquisa encontramos um parente próximo de Vera, seu sobrinho Omene Vera Martins, que nos proporcionou uma entrevista em sua casa, na cidade de São Gabriel do Oeste, no Estado de Mato Grosso do Sul (MS).

Omene Vera Martins tem uma memória de infância sobre seu tio Nestor que é mesclada pelas histórias contadas pelo seu pai e seus tios, irmãos de Nestor Vera. A construção da memória em volta de Nestor Vera é algo delicado na família, devido às diversas perseguições que sofreram. Omene Vera ainda tem dificuldade de aceitar que seu tio era um Comunista do PCB, possui a ideia de que era apenas um lutador pela causa dos trabalhadores do campo, talvez misture sua visão de mundo com a construção de uma memória sobre Nestor Vera.

O relato do sobrinho foi a única fonte que tivemos contato acerca da vida pessoal do líder camponês, sobre a imigração de seus pais vindos da Espanha, do apreço de Vera pela música e sua família. Infelizmente, não tivemos contato com outros parentes do líder camponês, Omene nos disse que há ainda familiares vivos, mas não nos passou o contato e não conseguimos por meio da pesquisa.

A tarefa de descrever uma trajetória é trabalho árduo, ainda mais se o biografado teve de passar boa parte de sua vida na clandestinidade. A dificuldade de fontes é o principal empecilho para os historiadores que desejam trabalhar com os camponeses – em virtude da intensa repressão que os movimentos e as pessoas sofreram – as fontes documentais são esparsas. Assim, o pesquisador precisa procurar um diverso corpo documental a fim de cruzar as informações e conseguir concretizar seu trabalho.

Em relação à produção sobre biografias e trajetórias da classe trabalhadora, Benito Schmidt analisou que, a partir dos anos de 1990, a historiografia brasileira começou

apresentar trabalhos sobre membros do operariado, os militantes de base passaram a serem estudados, as generalizações das estruturas não bastavam mais para explicar a classe social. Inspirados no trabalho de E. P. Thompson, “*que mostrou a importância das ações individuais no ‘fazer-se’ da classe, entendendo como um ‘(...) processo ativo, que se deve tanto à ação humana como os condicionamentos’*”¹⁵, a historiografia sobre a classe trabalhadora começou a produzir textos sobre seus militantes.

Há uma necessidade de continuarmos a fazer tais narrativas, mesmo com os variados trabalhos sobre os trabalhadores rurais, pois, há muito a ser estudado e muito permanece na escuridão do passado. Nosso propósito é realizar mais uma contribuição ao analisar a trajetória política de um líder de origem camponesa, com a finalidade de demonstrar como o campesinato no século XX teve uma centralidade relevante em debates intelectuais e na política nacional.

Com o desenvolvimento do capitalismo agrário, as histórias dos que produziam e sobreviviam da terra foram obscurecidas pelo ideário do progresso e modernização do agronegócio. Os ruralistas, com seu poder econômico, destacaram nomes para a História como os modernizadores do campo, a exemplo de José Luis Cutrale, do Sucrocrítico Cutrale Ltda, ou Jorge Wolney Atalla; entretanto, nas áreas que eles “criaram seus impérios”, por muitas vezes, famílias residiam e foram expropriadas de suas terras.

A socióloga Maria Aparecida de Moraes Silva, em *Errantes do Fim do Século*, estudou o processo de proletarização dos trabalhadores do campo na região de Ribeirão Preto, na passagem dos anos de 1960/1970 para os anos de 1980. Suas análises têm por ponto de partida a expropriação de terras no Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais, pela tomada violenta – tanto física quanto econômica – por grandes empresas. As pessoas que perdiam essas terras tornavam-se os “boias-frias” das fazendas e usinas de cana-de-açúcar da região.¹⁶

Considerando que o processo de êxodo rural, iniciado no pós-guerra, não foi marcado apenas pela expropriação de terras dos camponeses, mas também pela resistência de tais agentes históricos, nossa proposta contribuirá na compreensão das lutas camponesas a partir da trajetória de um militante que esteve diretamente ligado à

¹⁵ SCHMIDT, Benito Bisso. “A parte dos homens”: Biografia, autobiografia e História do movimento operário. **XXIV Encontro anual da ANPOCS. GT Biografia e Memória Social, seção: Militância e trajetórias na política brasileira**. Petrópolis, outubro de 2000. p. 37.

¹⁶ SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Errantes do fim do século**. São Paulo: Editora Unesp, 1999.

formação, desenvolvimento e consolidação de diferentes agrupamentos pelos direitos trabalhistas e pela posse das terras.

A socióloga Leila Stein de Menezes escreveu como a participação ativa dos camponeses nos anos de 1950 foi intensa:

Nos anos 50 o campo foi palco de uma efervescência política, cujas características eram inéditas na história do Brasil. Não que o campesinato nunca tivesse, antes e em conjunturas especiais, rompido as relações de dominação (...). O que ocorreu é que, nos anos 50 e início dos anos 60, esse processo de quebra nas relações de dominação e dependência pessoal assumiu proporções significativas que os antagonismos de classe, (...) explicitaram-se, resultando num intenso processo de luta de classes.¹⁷

Estudar a militância de Vera é contribuir também para a história de um grupo de pessoas importantes que participaram ativamente no cenário sociopolítico brasileiro do século XX: os comunistas, que tinham por organização o PCB. A história política do Partido é marcada por variações em suas diretrizes e abordagens, teóricas e práticas, sobre a realidade brasileira se programando para uma Revolução. As variações políticas tiveram marcas profundas na maneira que se deu a organização de camponeses e operários.¹⁸ Dessa forma, apresentamos a importância de compreender melhor como era a relação dos comunistas brasileiros com o meio rural, haja visto que mais da metade da população morava no campo até meados dos anos de 1960.¹⁹

A pesquisa, portanto, tem por objetivo apresentar que a luta pela terra não aconteceu apenas nos anos de 1960 e nem que começou nos anos 1980 com a fundação do MST. A dissertação proporciona a possibilidade de encontrar evidências históricas materiais para disputar a interpretação comum de que atuação do PCB não é importante para entender a História Social do Campo. O sociólogo José de Souza Martins, entre outros, elaborou o argumento de que a ação do partido simplesmente atrasou o processo de organização camponesa devido seu caráter de tutor do movimento. No entanto, Martins não leva em consideração a historicidade da relação orgânica entre comunistas e camponeses, demonstrada na vida de Nestor Vera. Ele, como outros, destaca as Ligas

¹⁷ STEIN, Leila Menezes. **Trabalhismo, círculos operários e política - a formação do sindicato dos trabalhadores agrícolas no Brasil (1954-1964)**. São Paulo: FAPESP/ Annablume, 2008. p. 27.

¹⁸ Cf. SEGATTO, ob. cit.; GORENDER, Jacob. **O combate nas trevas. A esquerda brasileira nas ilusões perdidas à luta armada**. São Paulo: Ática, 1987. VINHAS, Moisés. **O partidão**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1982. FALEIROS, Maria Isabel. **Percursos e percalços do P.C.B no campo (1922-1964)**. Tese de Doutorado, História. FFLCH-USP, São Paulo, 1989.

¹⁹ WELCH, Cliff, A História Social do Campo e os mundos do Trabalho. **XX Encontro Regional de História**. ANPUH – Franca, São Paulo. 6 a 10 de setembro, 2010.

Camponesas do Nordeste, organizadas a partir de 1956, como fonte do movimento camponês autêntico no Brasil.²⁰

A centralidade dada às Ligas de Francisco Julião é refutada pelo historiador Clifford Welch,

as organizações mais responsáveis pelas conquistas do movimento fora, em primeiro lugar, o PCB (até mudar de nome em 1960, Partido Comunista do Brasil) e a Igreja Católica. Entre 1945 e 1947, o PCB já tinha estabelecido uma rede de centenas de Ligas Camponesas em muitos estados do Brasil. De fato, como o próprio Julião escreveu em 1962, a organização dele ganhou o nome de Ligas Camponesas quando os latifundiários do Estado de Pernambuco tentaram usar o termo para atacar o grupo dele como comunista. Antes disso, o PCB já tinha organizado em 1954 e 1961 dois congressos camponeses nacionais que mobilizaram mais delegados camponeses de todo o Brasil que o MST de Stédile conseguiu mobilizar em seus encontros de fundação do MST em 1984 e 1985.²¹

Outro fator levantado por Martins e debatido por Welch,²² era a afirmação de que apenas nos anos de 1950 as palavras “camponês” e “campesinato” apareceram no cenário político, sendo assim demonstra que o campesinato se encontrava, até então, fora do pacto político²³. Segundo Welch, o termo “camponês” apareceu pela primeira vez na esquerda utilizado pelos comunistas em 1927 com o Bloco Operário-Camponês que entrou na disputa eleitoral daquele período.²⁴

Por isso, nossa iniciativa aparece como uma contribuição ao debate da importância da atuação dos comunistas na conquista dos direitos dos camponeses e trabalhadores do campo, conforme Medeiros:

Nos anos 50/60, a constituição de uma linguagem de classe identificando os trabalhadores do campo no cenário político, dando-lhes visibilidade social, trazendo a público um discurso sobre direitos e sobre a necessidade de reordenar seu lugar na sociedade é ininteligível fora da ação do PCB, organização que, desde cedo, se propôs a atuar como mediação nos conflitos agrários.²⁵

Por esse motivo, nossa pesquisa tem por princípio demonstrar que a luta dos camponeses se desenvolveu ao longo da história brasileira, com forte ênfase na

²⁰ Cf. MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981; AZEVEDO, Fernando Antonio. **As ligas camponesas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

²¹ WELCH, **A História Social do Campo**, 2010(a).

²² WELCH, **A História social do campo**, 2010, p.9-11.

²³ MARTINS, **Os camponeses e a política**, 1981, p. 25.

²⁴ WELCH, **A História social do campo**, 2010, p.9. Vide KAREPOVS, Dainis. **A classe operária vai ao parlamento. O Bloco Operário e Camponês do Brasil (1924-1930)**. São Paulo: Alameda Editorial. 2006.

²⁵ MEDEIROS, Leonilde S de. **“Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses”: os comunistas e a constituição de classes no campo**. Tese de Doutorado, Ciências Sociais. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1995. p. 13.

contribuição dos comunistas para sua constituição, traçar historicamente o desenrolar das lutas no campo utilizando os escritos e ações de Nestor Vera, e ressaltando o seu objetivo de fazer uma Revolução a partir de uma visão antilatifundiária e antimonopolista, que viu o desenvolvimento do campo a partir do fortalecimento dos pequenos produtores familiares e a formação de um proletariado rural sindicalizado, passos importantes no estabelecimento do capitalismo agrário e passo necessário para alcançar a Revolução brasileira socialista.

Uma das principais obras historiográficas referenciada em nossa metodologia é “*A formação da Classe Operária inglesa*” de E.P. Thompson. A ideia do “*fazer-se*” é a base fundamental para realização de nosso trabalho,

fazer-se, porque é um estudo sobre um processo ativo, que se deve tanto à ação humana como aos condicionamentos. A classe operária não surgiu tal como o sol numa hora determinada. Ela estava presente ao seu próprio fazer-se.²⁶

Pretendemos fazer uma História que narra a construção do movimento camponês brasileiro em seu “*fazer-se*”; para tanto, fazemos um enfoque no pensamento e trajetória do líder camponês Nestor Vera.

Thompson trabalha com a ideia que a classe é formada pela experiência de seus membros, o compartilhamento de costumes e ações sociopolíticas iguais. A ideia da experiência é ponto central da teoria thompsoniana, acreditando que o “ser social” é formado pela experiência das pessoas, no caso, os operários, que por consequência determina a concretização da classe. Esse pensamento de Thompson é inovador dentro do marxismo, pois parte da empiria e materialismo histórico diferente de outras formulações marxistas que acreditam que a classe social é simplesmente criada pela estrutura.²⁷

Da mesma forma que Thompson resgatou os pequenos operários importantes para a formação da classe operária, queremos resgatar o pensamento e atuação de um camponês na formação da luta do campesinato brasileiro. A relação de estudar os de baixo em seu processo de formação como classe é o centro do pensamento thompsoniano, fazendo um diálogo entre experiência e estrutura, criticando o mecanicismo que surgiu dentro do marxismo e qual deturpa-o. “*Estou tentando resgatar o pobre tecelão de malhas, o meeiro luddita, o tecelão do ‘obsoleto’ tear manual, o artesão ‘utópico’ e mesmo o*

²⁶ THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa**. São Paulo: Paz e Terra, 2004. p. 9.

²⁷ THOMPSON, **A formação da classe operária**, 2004.

*iludido seguidor de Joanna Southcott, dos imensos ares superiores da condescendência da posteridade.”*²⁸

A metodologia proposta para nossa dissertação é de estabelecer uma discussão em torno do pensamento que visualiza o campesinato como agente revolucionário, proposto por Nestor Vera, à luz da prática dele, por meio da narrativa de sua trajetória. Propondo um diálogo entre o micro e o macro, olhar microscopicamente para ver como o macro foi se formando. Por conseguinte, estudar o pensamento de Nestor Vera para analisar a formação da organização da luta dos camponeses.

A pretensão metodológica na qual nos amparamos e propomos realizar é o diálogo de olhar para o micro a fim de preencher as “lacunas” do macro, percebendo as influências que as estruturas implicam nos sujeitos. Como sugere Peter Burke, isso pode ajudar os historiadores em sua difícil tarefa de revelar o relacionamento entre os acontecimentos e as estruturas, e apresentar pontos de vista múltiplos. Desenvolvimentos desse tipo, se continuarem, podem reivindicar ser vistos, não apenas como mero ‘renascimento’ da narrativa, como denominou Lawrence Stone²⁹, mas como uma forma de regeneração.³⁰

O que chamamos de micro não se encaixa no sentido metodológico da micro-história italiana, com o famoso “*Queijo e os vermes*” de Carlo Ginzburg. Os microcosmos que o autor italiano se fixa, ao estudar o camponês Menocchio, não são apenas um recorte que se encerra em si; porém, sua intenção é de apresentar nuances do macro que ocorrem no micro. O recorte metodológico de Ginzburg busca o que é fora do “normal”. Assim, seu biografado não é representativo de um estrato social mais amplo, como escreve, “*não podemos considerá-lo um camponês 'típico' (no sentido de 'médio', 'estatisticamente mais frequente') do seu tempo*”³¹, é na singularidade a importância de Menocchio, pois o singular tem seu limite e é assim que o historiador trabalha as questões culturais.

Nossa metodologia propõe usar uma trajetória para analisar diretamente as questões estruturais, ou seja, compreender as relações sociais que se dão na formação da estrutura (capitalismo agrário) e as classes sociais (campesinato), Nestor Vera é o ponto

²⁸ THOMPSON, **A formação da classe**, 2004, p. 13.

²⁹ STONE, Lawrence. O ressurgimento da narrativa: reflexões sobre uma nova velha história. **Revista de História**. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1991.

³⁰ BURKE, Peter. A história dos acontecimentos e o renascimento da narrativa. In. _____. **A escrita da História: Novas perspectivas**. São Paulo: Editora Unesp, 1992.

³¹ GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes. O cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

de intersecção representativo da forma de resistência camponesa. Nossa documentação pode trazer o modo que os camponeses se organizaram autonomamente, mas também – e principalmente – sob influência dos comunistas, dessa forma, o contexto que o líder camponês estava inserido interfere nas suas ações e pensamento. Por esse motivo dividimos em três períodos para melhor compreender junto as fontes como as mudanças e continuidades ocorreram.

A metodologia pode ser comparada com a usada por Welch, em “*O atentado: tentando encontrar a história nos relatos de um assassinato que não houve*”, que conta alguns momentos da vida do líder camponês Jofrê Corrêa Netto, mais precisamente a tentativa de assassinato que sofreu em 1959.³² A partir de um minucioso trabalho com as fontes de diversas origens (reportagens, história oral, relatórios policiais - mostrando como cada qual havia uma representação do ocorrido), assim apresenta diversas memórias de um mesmo fato. Infelizmente, em nossa pesquisa, não dispomos dessa amplitude de fontes, mas configura como referência metodológica.

Welch evidencia algo além do atentado contra Jofrê, evidencia as relações sociais no mundo rural, como era a repressão estatal e do latifundiário; indaga a memória criada sobre o Estado de São Paulo, da não existência de conflitos rurais e do estado ser conhecido apenas pelo seu aspecto industrial. Esse trabalho, à semelhança dos outros, foi de importância fundamental para a realização de nossa pesquisa, uma vez que demonstra como se desenvolveu a luta camponesa em São Paulo, e como as lideranças camponesas formavam-se sob a orientação do PCB.

Jofrê Corrêa é uma liderança bem estudada pela historiografia, devido a construção de uma figura de “camponês autêntico”, como explica Welch, o que é questionado pelo historiador ao entrecruzar as fontes. Essa liderança “autêntica” nos traz alguns indagamentos, por que Jofrê teve todo destaque pela mídia e posteriormente pela historiografia, enquanto Nestor Vera, que teve uma História semelhante, não é lembrado? São pouquíssimos os trabalhos que reconhecem a importância de Nestor como líder camponês. Entre eles, podemos citar Leôncio Martins Rodrigues, que intitula a autenticidade da liderança camponesa.³³

³² WELCH, Clifford Andrew. O atentado: tentando encontrar a história nos relatos de um assassinato que não houve. **Projeto História (PUC-SP)**. n. 35, dez, 2007.

³³ RODRIGUES, Leôncio Martins. O PCB: os dirigentes e a organização. In. FAUSTO, Boris. **História geral da civilização brasileira. Tomo III, v. 3. O Brasil republicano. Sociedade e política (1930-1964)**.

Benito Bisso Schmidt é um dos principais pesquisadores sobre trajetórias e biografias, sobre a importância da biografia na História e suas contribuições e sobre os debates em relação a esse modo de fazer histórico. Para compreensão da biografia histórica o autor se ampara na ideia de regimes de historicidade, realizado por François Hartog, no qual apresenta como a biografia fora escrita ao longo dos anos. Ao tratar das novas biografias, Schmidt começa com uma provocação se há realmente algo de novo nas biografias ou se seriam à mesma forma. Acredita na renovação, principalmente por ser usada a concepção de história-problema com interesse biográfico. É nesse sentido que encaixamos nossa metodologia, a qual parte de um problema, que seria entender a formação da luta camponesa no Brasil e, para tal, utilizamos a trajetória de um camponês.

Contra a crítica de que as biografias são elitistas, Benito, apoiado em Le Goff, escreve a dificuldade de apresentar os de baixo antes do século XIV na Europa. Contesta essa afirmativa ao mostrar como a micro-história vem modificando essa perspectiva e como no Brasil historiadores vêm escrevendo sobre operários e movimento operário, escravos e ex-escravos, além de camponeses.

Nossa intenção é nos posicionar contra essa ideia de que apenas os grandes nomes devem ser biografados. A importância histórica de Nestor Vera auxilia compreender o modo de vida de uma parcela que se empenhou na luta por direitos no país. O alargamento do biografado aparece a questão da representatividade, com uma resposta forte, Schimidt escreve: *“O estranho é que tais questionamentos normalmente só são feitos aos “pequenos personagens”, como se a atuação de um “grande homem” justificasse por si só a realização de sua biografia (essa sim uma perspectiva elitista!)”*³⁴

A partir dessa leitura, podemos constatar a biografia histórica contribui para a realização da História Social, como uma maneira de resgatar a história de diversos agentes sociais. Por anos a fio, a biografia é algo que desperta interesse do leitor, assim o historiador pode não apenas escrever uma biografia centraliza na história de vida, mas que possa, além disso, compreender as dinâmicas sociais.

São Paulo: Difel, 1986.

³⁴ SCHMIDT, Benito. Biografia e regimes de historicidade. **Métis: história e cultura**, v. 2. n. 3, 2003. p. 67.

CAPÍTULO I

Expropriação e resistência: Da formação das ligas à sindicalização rural

*“Foi no dia 4 de maio de 1912 que se pôde efetuar a primeira reunião; seriam três horas da madrugada ficando resolvido empregar todos os expedientes consoantes à razão do livre-pensamento, resistindo até a morte no caso da justiça falhar.”*³⁵ Essas são palavras de “Um Socialista” que participou das greves de colonos da região de Ribeirão Preto, ele escreve alegre após terem suas reivindicações conquistadas pelas 70 famílias envolvidas no movimento da Fazenda Iracema.

A historiografia relembra constantemente sobre as greves operárias da Primeira República, principalmente a greve geral de 1917, que ocorreu nos principais centros industriais do país, a citar São Paulo e Rio de Janeiro. Todavia, no mundo rural ocorreram diversas greves nos primeiros anos da década de 1910, resultado da intensa mobilização e luta por parte dos colonos.

As fazendas de café de Ribeirão Preto foram palco da disputa entre trabalhadores do campo e fazendeiros. Os imigrantes traziam da Europa ideias e experiências de lutas sociais e, em consequência, resistiam contra as péssimas condições de trabalho oferecidas. Entre maio e abril de 1913, romperam greves em diversas fazendas da Alta Mogiana devido às violações nos contratos, as péssimas condições de vida e ao baixo valor dos produtos.³⁶ O colono “Um Socialista” comparava o colonato à escravidão.

Thomas H. Holloway escreve que a prática de endividamento do colono, frequente no século XIX, ainda persistia nos cafezais paulistas, o que piorava mais a vida no colonato. Os fazendeiros paulistas preferiam o sistema de subsidiamento dos imigrantes, para que viessem aqueles com as piores condições econômicas; dessa forma, acreditavam que poderiam controlar melhor a força de trabalho.³⁷ Contudo, os resultados das mobilizações nas plantações de café apresentam que os desejos do patronato não sucederam totalmente como planejados.

É nesse contexto o nascimento de Nestor Vera, descendente de imigrantes andaluzes e que teve a vida marcada pela luta pela terra e pelos direitos dos camponeses.

³⁵ PINHEIRO, Paulo Sérgio; HALL, Michael (orgs.). **A Classe Operária no Brasil. Documentos (1889 a 1930)**. São Paulo: Editora Alfa e Omega, 1979.

³⁶ WELCH, Clifford Andrew. **A semente foi plantada. As raízes paulistas do movimento sindical camponês no Brasil, 1924-1964**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

³⁷ HOLLOWAY, Thomas H. **Imigrantes para o café: café e sociedade em São Paulo, 1886-1934**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

Nascido em Ribeirão Preto (SP), em 19 de maio de 1915, filho de Manoel Vera e Pilar Velásques. Segundo seu sobrinho, Omene Vera, Nestor é o terceiro filho do casal que teve dez filhos, seus pais eram espanhóis da Andaluzia, sendo o senhor Manoel Vera nascido na Argélia, mas que imigrou para Espanha ainda criança.³⁸

O casal de imigrantes andaluzes veio para o Brasil para trabalhar nas fazendas de café da região de Ribeirão Preto, esse tipo de imigração passou a ser recorrente a partir dos anos de 1910. Segundo Martins,

na sua maioria, os imigrantes espanhóis eram camponeses que chegaram ao Brasil com a família, imigrando em definitivo, indo diretamente para o interior, para as fazendas, na maioria realmente pobres, cuja viagem fora subvencionada pelo governo brasileiro.³⁹

No início dos anos de 1930 a família de Vera foi para a região da Alta Sorocabana onde surgiam novas plantações de café. Teve sua mudança de região sob a influência das migrações internas no Estado de São Paulo com o avanço do capitalismo agrário para o oeste.⁴⁰

O oeste paulista era uma região fronteira de desenvolvimento agrário, na qual latifundiários grilaram, ao longo dos anos de 1930 e 1940, diversas propriedades. Segundo Cliff Welch, a região foi bastante disputada por camponeses e fazendeiros no decorrer das datas descritas, haja vista que era um local de florestas, especialmente pouco habitado e terras em abundância, o que gerou interesses de várias pessoas, principalmente com a política varguista de povoamento do oeste.⁴¹ Assim sendo, a família de Nestor Vera é uma dentre centenas que migram no estado para buscar melhores condições de vida; posto que a produção cafeeira paulista demandava muita força de trabalho. Mais típica ainda, a família Vera seguiu a expansão das estradas de ferro para o oeste, estabelecendo-se nas proximidades de Santo Anastácio.

Por muito tempo, Santo Anastácio tinha sido um importante povoado no Pontal do Paranapanema. Um ribeirão no lugar ganhou o nome do santo em maio de 1769 quando uma tropa portuguesa, morrendo de sede, encontrou-o e a vila gradualmente fincou raízes ali. Em 1925, ela tornou-se a segunda municipalidade incorporada da região. À medida que a estrada de ferro Sorocabana era construída até o rio Paraná, Santo Anastácio tornou-se base da construção do trilho, levando espanhóis e italianos a mudar-se para a região.⁴²

³⁸ Entrevista concedida ao autor em São Gabriel d'Oeste (MS), em junho de 2013.

³⁹ MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. São Paulo: Contexto, 2013. p. 98.

⁴⁰ WELCH, **Os com-terra e os sem-terra**, 2009.

⁴¹ WELCH, **Os com-terra e os sem-terra**, 2009.

⁴² WELCH, **Os com terra e os sem-terra**, 2009, p. 210.

Juntado certo pecúlio com seu trabalho, Manoel Vera comprou um pequeno sítio nos arredores da cidade, do qual retirava o sustento da família contava com o trabalho de sua companheira Pílar Velásques e dos filhos. Nestor trabalhou na lida com a terra, se destacou pela criatividade e diversidade de suas atividades. Segundo seu sobrinho, Vera gostava muito de música, sendo que trabalhou algum tempo como professor desta arte e até na confecção de instrumentos.

Acerca da militância comunista de Nestor Vera, nas fileiras do Partido Comunista do Brasil (PCB)⁴³, não há documentação que possa corroborar com uma data precisa de seu início. No entanto, os primeiros dados que constam é de forte atuação na região de Presidente Prudente no fim do Estado Novo. Seus primeiros passos dentro do Partido foram prontamente vigiados pelo órgão de investigação e repressão, o DOPS (Delegacia de Ordem Política e Social), em sua certidão de antecedentes criminais consta que, desde 18 de Outubro de 1945, Vera era considerado como líder do PCB na cidade de Santo Anastácio.⁴⁴

O DOPS foi criado pela lei estadual nº 2.034/1924, sob a ordem do presidente da República Artur Bernardes. O momento de sua criação é da efervescência dos anos de 1920, que contou com a greve geral de 1917, com o avanço das revoltas tenentistas no Rio de Janeiro em 1922, da fundação do Partido Comunista – Seção da Internacional Comunista no Brasil no mesmo ano, e, em 1924, com o levante tenentista - que tomou a cidade de São Paulo por quase um mês - e posterior formação da Coluna Prestes. Esses acontecimentos impulsionaram o Estado a criar maneiras de investigar e coibir a atuação de grupos opositores.

Segundo o relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV) de 2014,

Sob uma visão financeira, quem mais lucrou com a criação do DOPS foi o empresariado, que, até o surgimento desse braço da polícia política, era obrigado a manter a suas expensas um caro arquivo com os nomes dos ativistas de questões sociais. O Centro de Indústrias de Fiação e Tecelagem comemorou a criação da delegacia com este anúncio: “Agora a Delegacia de Ordem Política e Social está identificando todo o operariado de São Paulo – da capital e do interior. Dentro de algum tempo o Centro passará a fornecer

⁴³ Até o ano de 1961 o PCB chamava-se Partido Comunista do Brasil, mas por uma determinação do Tribunal Superior Eleitoral passou a ser intitulado Partido Comunista Brasileiro para não ser considerada um partido internacional em solo nacional. Cf. SEGATTO, José Antonio. **Reforma ou Revolução. As vicissitudes políticas do PCB (1954-1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995; GORENDER, Jacob. **O combate nas trevas. A esquerda brasileira nas ilusões perdidas à luta armada**. 2 ed. São Paulo: Ática, 1987.

⁴⁴ Certidão de antecedentes de Nestor Vera, 12 de abril de 1949, Prontuário 82.320 – Nestor Vera – Fundo DEOPS, AESP.

uma ficha completa dos indesejáveis – arquivo em que haverá o nome do delinquente, sua filiação, estado civil, impressão do polegar e fotografia.⁴⁵

O DOPS teve forte atuação no Estado Novo da ditadura varguista (1937-1945), perseguindo e fichando os opositores de Getúlio Vargas, principalmente os comunistas que haviam tentado organizar um levante militar contra o ditador em 1935. Os Comunistas e as forças progressistas da sociedade civil estiveram na linha de frente contra a ditadura e pela democratização do país inspirados pela luta contra o nazifascismo que bradava na Europa do fim da II Guerra Mundial.

Após 15 anos no poder, Getúlio Vargas foi deposto por um golpe militar em 29 de outubro de 1945, movimento encabeçado pelo General Goés Monteiro e pelo General Eurico Gaspar Dutra, candidato, até então, pouco expressivo pelo Partido Social Democrático (PSD). Mesmo com forte apoio popular, o ditador deixou a cadeira de presidência que passou para o presidente do Supremo Tribunal Federal, José Linhares, que tinha como objetivo realizar eleições livres no país.⁴⁶

As eleições presidenciais aconteceram e também formação da Assembleia Nacional Constituinte. O Partido Comunista, que conseguiu sua legalização e a possibilidade de participar do páreo eleitoral, teve uma expressiva votação com 10% dos votos para presidente, com o candidato Yedo Fiúza, além de eleger para a Constituinte 15 deputados e o senador mais votado da história, Luiz Carlos Prestes.⁴⁷

Nestor Vera candidatou-se a deputado estadual pelo PCB nas eleições de 7 de janeiro de 1946, mas não conseguiu se eleger, segundo informações de seu prontuário nos arquivos da polícia política.⁴⁸ Isso nos mostra uma determinada importância de Vera na região que atuava, pois, o Partido não colocaria alguém que não fosse quadro para essa tarefa.

A historiadora Anita Leocádia Prestes escreve como o PCB, após sua rearticulação no Congresso da Mantiqueira, em 1945, tem como princípio a luta pela democracia e a

⁴⁵ BRASIL. **Relatório da Comissão Nacional da Verdade**. v. 1. Brasília: CNV, 2014. p. 162.

⁴⁶ FERREIRA, Jorge. A democratização de 1945 e o movimento queremista. In: FERREIRA, Jorge, DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil republicano. O tempo da experiência democrática de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

⁴⁷ NEGRO, Antonio Luigi, SILVA, Fernando Teixeira da. Trabalhadores, sindicatos e política. In: FERREIRA e DELGADO, **O Brasil Republicano**, 2003.

⁴⁸ Certidão de antecedentes de Nestor Vera, 12 de abril de 1949, Prontuário 82.320 – Nestor Vera – Fundo DEOPS, AESP.; NESTOR VERAS, Anexo 5. Serviço de Informações do DOPS. Doc. 14, fls 042. Delegacia de Ordem Social, Dossiês do Setor de Análises, Operações e Informações – SOI. AESP, OS 1043, Pasta 124.

unidade nacional, isso embasados na estratégia de revolução democrático-burguesa.⁴⁹ Sendo assim, deixaram de lado a concepção revolucionária de tomada de poder e apostaram na via parlamentar para conseguir os avanços progressistas no país. Os comunistas consideravam inclusive que a classe trabalhadora deveria se unir à burguesia progressista pela unidade nacional, para com isso poder desenvolver as forças produtivas contra o atraso do latifúndio.⁵⁰

As ilusões parlamentaristas era outro aspecto de toda essa visão do desenvolvimento capitalista na democracia. Assim, dizia-se: “Estamos convencidos de que dentro de um Parlamento democrático livremente eleito, de que participem os genuínos representantes do povo, será possível e relativamente fácil encontrar a solução progressista de todos os nossos problemas. Será possível então legislar sobre a propriedade da terra, em particular dos latifúndios abandonados nas proximidades de grandes centros de consumo e das vias de comunicação já existentes, colocando seus donos ante o dilema inexorável de explorá-los por métodos modernos ou de entregá-los ao Estado que sejam suas terras distribuídas gratuitamente à massa camponesa sem terra que nelas queiram viver, trabalhar e produzir para o mercado interno em expansão e cada vez mais livre, do que tanto necessita a nossa indústria. Num Parlamento democrático será possível legislar contra o capital estrangeiro mais reacionário, contra os contratos lesivos ao interesse nacional e ao progresso do país.”⁵¹

Se por um lado o PCB angariava lugares entre os parlamentares, de outro colocava seus militantes para a organização das trabalhadoras e trabalhadores do campo, a tática foi a formação de ligas camponesas por todo o interior do país.⁵² A primeira liga camponesa que se conhece é a Liga de Dumont, próximo de Ribeirão Preto, entre seus fundadores estava o líder camponês Irineu Luis de Moraes.⁵³ O cientista político Fernando Azevedo, em tom de crítica, acredita que a formação das Ligas estava relacionada a legalidade eleitoral. Assim, era necessário ampliar o número de eleitores e sua atuação, sendo que as ligas eram apenas apêndices da estrutura pecebista.⁵⁴ Essa leitura se aproxima muito dos críticos das atividades comunistas no meio rural, afirmam que o PCB tutelava os camponeses. Azevedo não leva em consideração o caráter orgânico do campesinato na constituição das ligas, veremos o exemplo de Nestor Vera como liderança camponesa e comunista em sua região.

⁴⁹ PRESTES, Anita Leocádia. A que herança os comunistas. **Revista Oitenta**, 1980.

⁵⁰ CUNHA, Paulo Ribeiro da. **Aconteceu longe demais**. São Paulo: Editora Unesp, 2007.

⁵¹ PRESTES, **A que herança os comunistas**, 1980, p. 211.

⁵² Cf. SANTOS, Leonardo Soares dos. As ligas camponesas do PCB: a transformação da questão agrária em ação política (1928-1947). **Trocadero: Revista de Historia Moderna y Contemporanea**, nº 17, Cádiz – Espanha, 2005.

⁵³ WELCH, Clifford; GERALDO, Sebastião. **Lutas camponesas no interior paulista: memórias de Irineu Luís de Moraes**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

⁵⁴ AZEVEDO, Fernando. **As Ligas Camponesas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

A liderança camponesa de Nestor Vera aparece com a Liga Camponesa de Santo Anastácio (SP), organizada por posseiros em luta junto aos comunistas, datada de 1946. A Liga foi organizada em um contexto das primeiras eleições democráticas de amplo alcance, mesmo sem ser de sufrágio universal elegeu o General Dutra. No entanto, esse governo foi mais centralizador e cassou direitos dos trabalhadores sem a pretensão de ser uma democracia participativa, como aponta Pedro Estevam Pomar em sua obra *A democracia intolerante*⁵⁵.

Segundo Leonardo Santos, o PCB em seu breve momento de legalidade tinha como princípio fundamental respeitar a legislação vigente sem ir de encontro com o governo estabelecido.⁵⁶ Portanto, a Liga de Santo Anastácio realizou todo o rito jurídico de qualquer entidade civil, no dia 17 de março de 1946, formalizou sua assembleia de fundação, posteriormente registrada em cartório e publicação em Diário Oficial.

LIGA CAMPONEZA DE SANTO ANASTÁCIO – Extrato dos Estatutos – Capítulo I – Da sociedade e seus fins – Art. 1) A Liga Camponeza de Santo Anastácio fundada em 17 de Março de 1946, com sede na cidade de Santo Anastácio Estado de São Paulo e uma organização que pugna pela melhoria das condições de vida da família camponeza elevação de seu nível educativo melhoria na construção de estradas e a criação de ambulatórios para aplicação de soros e vacinas. Art 2) tem a liga por finalidade reunir como sócios todos os camponeses de qualquer categoria como sócios afim de lhes proporcionar assistência social, econômica, educativa, Judiciária e Beneficente, promovendo a sua unificação. Art. 3) Compõem-se a sociedade número ilimitado de sócios de ambos os sexos sem distinção de nacionalidade cor e credo político e religioso. Da assistência aos associados. Art. 4) Beneficente – a) socorrer os associados enfermos de acordo com o estipulado em assembleia geral – b) Auxiliar nos funerais dos associados. Art. 5) Judiciária. Defender o associado em Juízo ou fora dele e, todas as questões em que estiverem envolvidos os seus interesses ou sua pessoa – Art. 6) Educativa – a) reclamar junto às autoridades competentes a criação de escolas de alfabetização, diurnas e noturnas para menores e adultos de ambos os sexos. b) promover palestras e conferências educativas. Capítulo II – Da diretoria seus encargos e seu mandato. Art. 7) A diretoria será composta de 6 (seis) membros, eleitos em assembleia geral, cujos cargos serão assim distribuídos: - Presidente: - NESTOR VERAS – Secretário: - FRANCISCO ALAMINO GIMENES- Tesoureiro – MANOEL SAMARANO – Conselho fiscal – ANTONIO VALERO VALDEVISSO- SIBERTO RABONE- JOÃO MARTINS CAVALHEIRO. Santo Anastácio 4 de abril de 1946.⁵⁷

É importante salientar, nesse documento, dois aspectos interessantes: o primeiro é a questão jurídica e o segundo a preocupação com a educação. Santos explica que, sob o ideal de legalidade continha o amparo jurídico aos associados das ligas, que pode ser observado no Art. 5 do Estatuto da Liga Camponesa de Santo Anastácio, ou no

⁵⁵ POMAR, Pedro Estevam da R. **A democracia intolerante: Dutra, Adhemar e a repressão do Partido Comunista (1946-1950)**. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2002.

⁵⁶ SANTOS, **As ligas camponesas do PCB**, 2005.

⁵⁷ Publicação Diário Oficial de 15 de Maio de 1946. Contido no Prontuário 82.320 – Nestor Vera – Fundo DEOPS, AESP.

funcionamento de departamentos jurídicos nas Ligas de Ipatinga e do Distrito Federal, sendo que na segunda o presidente era o advogado Pedro Coutinho.⁵⁸

A questão escolar era fundamental para os camponeses da Liga de Santo Anastácio, sendo que constava em seu principal documento. A educação também era uma forma de estar dentro do cenário político, haja visto a proibição do voto dos analfabetos. A taxa de analfabetismo no Brasil era de 56,2% em 1940, estando 68,8% da população vivendo no meio rural nesse período.⁵⁹ Dessa forma, o acesso a educação era uma maneira de lutar contra o controle do coronelismo que imperava nos sertões do país. Como já dizia Vladimir Ilitch Lenin: “(...) o conhecimento e a ciência deixem de ser um assunto de privilegiados, deixem de ser um material que reforça a posição dos ricos e dos exploradores, e se tornem um instrumento de libertação dos trabalhadores explorados.”⁶⁰

Segundo Clifford Welch,

a Liga Camponesa estabeleceu-se em Santo Anastácio em abril de 1946, em resposta ao crescimento expressivo das reclamações de trabalhadores rurais do lugar. Com a liga, o PCB pretendia agrupar todos os pobres e médios ‘trabalhadores da terra’, uma diversidade de relações de trabalho, em uma categoria só. (...) Os participantes ‘elegeram democraticamente’ a comissão diretora da liga, tendo Nestor Veras na presidência e outros 11 representantes e substitutos nomeados na oportunidade.⁶¹

A luta dos arrendatários, meeiros, sitiantes e terceiros foi em busca de melhorias nas suas condições de vida e trabalho, portanto as reivindicações eram sobre “a questão do preço do arrendamento das terras, a manutenção da estrada, a criação de escolas e clínicas médicas.”⁶² O prontuário do DEOPS sobre Nestor Vera contém uma entrevista sua ao jornal *Notícias de Hoje* afirmando que a Liga de Santo Anastácio era uma organização nova, porém “vinha ao encontro dos desejos de todos os trabalhadores do campo da localidade em que reside; suas justas reivindicações em torno dos problemas mais sentidos do nosso camponês fortaleciam sua estrutura, devendo ser este motivo principal que levou a polícia e demais autoridades a determinar seu fechamento.”⁶³

⁵⁸ SANTOS, *As ligas camponesas do PCB*, 2005. pp. 93-94.

⁵⁹ IBGE. **Censo demográfico 2010. Resultados Preliminares do Universo**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Brasília, 3/5/2011. Disponível em: <http://ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/000000408.pdf>

⁶⁰ LENIN, Vladimir Ilitch. **Obras escolhidas. Obras escolhidas**. São Paulo: Alfa e Omega, 1988. p. 388.

⁶¹ WELCH, **Os com-terra e os sem-terra**, 2009, p. 144.

⁶² WELCH, **Os com-terra e os sem-terra**, 2009.

⁶³ *Notícias de Hoje*, Prontuário 82.320 – Nestor Vera – Fundo DEOPS, AESP.

Nas eleições municipais de 1947, Nestor Vera foi eleito vereador pelo Partido Trabalhista Nacional (PTN) na cidade de Santo Anastácio.⁶⁴ Não se candidatou com a sigla do PCB devido à cassação do registro eleitoral do partido, para continuar mesmo que na ilegalidade disputando a eleição os “candidatos de Prestes”⁶⁵ usaram a estratégia de se candidatarem com outras legendas.

Com o governo Dutra, o anticomunismo ganhou força na sociedade, embalado pelas influências da Guerra Fria, os órgãos de fiscalização e repressão política fichavam os comunistas pelo país.⁶⁶ Um caso que envolveu Nestor Vera foi a sua prisão junto de mais 11 militantes por terem assinado um “manifesto” contra a intervenção federal no Estado de São Paulo. O referido texto “*Contra a intervenção pela defesa de São Paulo*” foi publicado em 28 de março de 1948, no jornal *O Popular*, entre os signatários que posteriormente iriam ser presos constavam: Milton Cayres de Brito, José Maria Crispim, Oswaldo Pacheco, Lourival Vilar, Mario Schemberg, José Sanches Segura, Armando Mazzo, Orlando Piotto, Calil Chade, Zuleika Alamberg, Roque Trevisan, Caio Prado Junior, Celestino dos Santos, Aluisio Gomes, José Felix, João Taibo Cadurniga, Nestor Vera, Mario Souza Sanches.

Segundo o documento que se encontra no prontuário de Vera, a prisão havia sido solicitada pelo então Ministro da Justiça e Negócios Internos, Adoaldo de Mesquita Costa, e que acompanhou o processo com certa proximidade e interesse.⁶⁷ Os comunistas foram detidos por conta de uma lei do Estado Novo, Decreto-Lei 431 de 18 de maio de 1938, que estabelecia punições àqueles que praticassem crimes contra segurança nacional. Nestor Vera e os demais respondiam aos Art. 2º, inciso 7, que previa pena de morte para aqueles que incitaram a guerra civil, Art. 3º, incisos 10, 13 e 25, que estabeleciam punições às pessoas que incitassem o ódio entre as classes e aos militares, e pela injúria ao poder público.

No Quartel da 1ª Cia Independente da Força Pública de São Paulo ficaram presos: Caio Prado Jr., Milton Caires de Brito, Mário Schenberg, Mário Sanchez, Taibo Cadorniga, André Mazzo, Celestino dos Santos, Elias Chaves Neto e Nestor Vera. Na

⁶⁴ Ficha policial de Nestor Vera. Prontuário 82.320 – Nestor Vera – Fundo DEOPS, AESP.

⁶⁵ Alcinha dada aos candidatos do PCB nas eleições de 1947, tanto a repressão os intitulava assim como pode ser visto nos prontuários do DEOPS, como os próprios comunistas usavam essa expressão como é apresentado em seu panfletos e jornais *Novos Rumos*, *Voz Operária* e *Notícias Hoje* (todos ligados ao Partidão).

⁶⁶ POMAR, **A democracia intolerante**, 2002.

⁶⁷ Cópia de documento assinado em 12 de dezembro de 1948. Prontuário 82.320 – Nestor Vera – Fundo DEOPS, AESP.

biografia política de Caio Prado Jr., Luiz Bernardo Pericás escreve que “os homens ficaram os primeiros oito dias incomunicáveis, em péssimas condições: todos os nove num único quarto, pequeno e mal arejado, parcamente iluminado e com pouco espaço para movimentação.”⁶⁸

Em 19 de maio, o Tribunal de Justiça de São Paulo aceitou o *habeas corpus* para liberação dos ex-parlamentares do PCB, sendo o desembargador Manuel Carlos que liberou Caio Prado Jr., Milton Caires de Brito, e José Maria Crispim, já para Vera quem subscreveu o *habeas corpus* foi o desembargador de Presidente Prudente Sr. Vicente de Azevedo. No entanto, ninguém foi liberado por conta do pedido de vistas do processo feito pelo Tribunal devido ao então Secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo, Cel. Nelson de Aquino, afirmar que haviam novas informações e estavam presos por ordem do Ministro de Justiça Adroaldo Costa.⁶⁹

Elias Chaves Neto escreveu em suas memórias que no período que estiveram presos sua única distração e de seus colegas era ouvir o Repórter Esso pelo rádio e jogar vôlei no pátio interno.⁷⁰ Em 1 de junho de 1948, o jornal *O Estado de São Paulo* publicou uma matéria sobre o depoimento dos militantes presos, nessa ocasião Nestor Vera concedeu algumas palavras para o jornal, dando sua versão sobre sua prisão,

este[Vera] não esteve no intuito subversivo, mas sim o de conclamar o povo para a luta pela defesa da autonomia de São Paulo contra intervenção federal. Na qualidade de camponês, conhece muito bem ‘os sofrimentos do homem do campo e as suas misérias, que seriam agravadas com a intervenção’.⁷¹

Após 53 dias de sua prisão e quase um mês que o *habeas corpus* havia sido lavrado, os comunistas puderam sair da cadeia pública. Em 7 de junho, Nestor Vera e seus colegas foram libertados, mas apenas em 1952 que o promotor público da 2ª Vara Criminal José Barros Bernardes deu como improcedente o processo.⁷²

O PCB teve pouco tempo de sobrevivência na legalidade, com a justificativa de que era um partido internacionalista a serviço de Moscou seus opositoristas entraram com o pedido de sua extinção no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Em meio aos embates

⁶⁸ PERICÁS, Luiz Bernardo. **Caio Prado Júnior: uma biografia política**. São Paulo: Boitempo, 2016.

⁶⁹ “Habeas corpus” a favor de ex-parlamentares comunistas. **O Estado de São Paulo**, ano LXIX, 19 de maio de 1948, p. 3.

⁷⁰ CHAVES NETO, Elias. **Minha vida e as lutas do meu tempo**. ; PERICÁS, **Caio Prado Júnior**, 2016. p. 138.

⁷¹ Prosseguiu ontem o interrogatório dos signatários do manifesto comunista. **O Estado de São Paulo**, ano LXIX, 1 de junho de 1948. p. 3.

⁷² Alvará de Soltura via habeas corpus contra prisão preventiva de Nestor Vera em 25 de abril de 1948. Prontuário 82.320 – Nestor Vera – Fundo DEOPS, AESP.; PERICÁS, **Caio Prado Júnior**, 2016.

da Guerra Fria, o Partido foi extinto em maio de 1947 pelo TSE, por 3 votos a favor e 2 contra. Segundo Daniel Aarão Reis, os ministros do Tribunal utilizaram argumentos políticos para aferir seus votos, enquanto os outros dois se apegavam aos autos do processo.⁷³

Quase um ano após a cassação da legenda comunista é a vez dos mandatos dos parlamentares serem atacados. O projeto apresentado por Ivo de Aquino pedia o fim dos mandatos comunistas, que por ampla maioria foi aprovado na Câmara dos Deputados, dessa forma os 14 deputados e seus suplentes, além do cargo de senador de Luiz Carlos Prestes, foram extinguidos.⁷⁴

Ao analisar os ocorridos contra a organização do campesinato, a extinção do PCB e a proibição das greves, encontramos um tortuoso caminhar da cidadania e da democracia brasileira. Como reflete José Murilo de Carvalho, que o recém pós-Estado Novo, ainda dificultava a inserção política de diversos agentes sociais.⁷⁵ O governo Dutra se alinhou diretamente aos interesses dos EUA, dessa maneira o anticomunismo foi impregnado na sociedade de um modo que os direitos sociais e políticos acabaram por serem confundidos com ações dos Comunistas.

Pomar destaca que as liberdades democráticas não eram bem livres, sendo o movimento dos trabalhadores cerceado em vários momentos, a democracia em andamento estava sendo fundamentada ainda pelo controle de uma elite sobre as demais camadas da sociedade.

O conteúdo profundamente antipopular e os estreitos limites da democracia liberal, na economia e na política, mostraram-se de corpo inteiro no período Dutra. Nele, o instituto democrático do voto coexistiu com um poder coercitivo desenfreado dos aparelhos repressivos do Estado, só 'regulado' pela legislação outorgada pelo próprio governo, como o Decreto-lei nº. 9.070, que Dutra editou em março de 1946 a pedido da burguesia industrial, com a finalidade de proibir as greves e punir os trabalhadores desobedientes.

⁷⁶

Contra a atitude autoritária de Dutra os comunistas tentaram organizar algumas manifestações em poucas regiões do país, como é registrado pelo jornal *Novos Rumos*.

⁷³ REIS, Daniel Aarão. **Luiz Carlos Prestes. Um revolucionário entre dois mundos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

⁷⁴ SILVA, Heber Ricardo da. A DEMOCRACIA AMEAÇADA: repressão política e a cassação do PCB na transição democrática brasileira (1945-1948). **Histórica – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo**, nº 39, 2009.

⁷⁵ CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil. O longo Caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

⁷⁶ POMAR, **A democracia intolerante**, 2002, p. 21.

Porém, não havia uma força direcionada para chamar a massa em defesa do Partido, pois até mesmo Luiz Carlos Prestes pensava que a ilegalidade não iria acontecer.⁷⁷

A medida de colocar os comunistas na ilegalidade é posta pelo governo do General Eurico Gaspar Dutra, para barrar o prestígio e apoio massivo que o PCB angariou no pós-1945. Welch descreve que no campo, a principal organização que buscava colocar os camponeses como força política era a dos comunistas,

durante os anos de 1950, o PCB havia ajudado a dar forma a uma diversidade de reivindicações e exigências dos lavradores e trabalhadores agrícolas. Como escreve [a socióloga rural Leonilde] Medeiros, ‘é ininteligível fora da ação do PCB’ o conflito agrário da época. O partido havia unido militantes de todo o país, e facilitado a criação de organizações camponesas. Com suas ações e debates, o PCB havia ajudado a semente do movimento camponês a nascer e a árvore a crescer, mais do que qualquer outra entidade no Brasil.⁷⁸

Com os direitos do Partido Comunista cassados, os Comunistas voltaram suas posições políticas mais à esquerda com o Manifesto de Janeiro de 1948, que propunha uma postura de enfrentamento com o governo de Dutra. Esse documento, assinado por Prestes, tinha por título *Como enfrentar os problemas da Revolução Agrária e Anti-imperialista*, no qual faz autocrítica por terem apostado no jogo democrático burguês e reformista. Segundo o Manifesto,

Os sérios golpes contra nós desfechados, com a cassação do registro eleitoral de nosso Partido e, agora, dos mandatos parlamentares dos representantes comunistas, vieram chamar a atenção de todos, do povo em geral, da classe operária e do próprio Partido, com especial vigor, para a ativa luta de classes que se trava no país e para as contradições que se aprofundam no campo internacional.⁷⁹

Nesse sentido, a orientação não era por “vias legais” dentro de sindicatos legalizados ou associações institucionalizadas. Segundo Angelo Priori, o PCB utilizou as experiências com as ligas e associações camponesas como mote para avanço na luta de libertação nacional, os comunistas estavam deslumbrados com o exército popular e camponês de Mao Tsé-Tung na China, o qual, pouco tempo depois, consegue a vitória em 1949.⁸⁰

O Manifesto de 1948 proclamou a organização armada de luta contra o capitalismo; no campo, isso refletiu na formação das lutas das ligas camponesas, que teve

⁷⁷ POMAR, **A democracia intolerante**, 2002.

⁷⁸ WELCH, **A semente foi plantada**, 2010, p. 291.

⁷⁹ PRESTES, Luiz Carlos. **Como Enfrentar os Problemas da Revolução Agrária e Anti-Imperialista**. brochura sem data de edição nem editora - texto escrito, provavelmente, entre 1947 e 1948 e editado pela Editorial Vitória. Disponível em <https://www.marxists.org/portugues/prestes/ano/mes/enfrentar.htm>.

⁸⁰ PRIORI, Angelo Aparecido. Paixões políticas e militância partidária (PCB: 1947-1954). **Espaço Plural** (Marechal Cândido Rondon. Online), v. 16, 2015.

como destaque de enfrentamento direto o caso de Porecatu (1949-1951), no norte do Paraná, e Trombas e Formoso (1950 a 1964), em Goiás. Outros levantes também ocorreram por todo o país.

A duplicidade contida no Manifesto de Agosto, mas já apontada no de janeiro de 48, se expressa na atuação do Partido no campo neste período que encaminha desde reclamações judiciais e tentativas de obtenção de cartas sindicais e criação de associações de caráter civil, até greves e manifestações de força (...). A ‘solução revolucionária’ está explícita na condução de dois importantes conflitos rurais que envolvem outras categorias econômicas que não os assalariados, ‘a luta pelo arrendo’ a ‘guerrilha de Porecatu’ no norte do Paraná.⁸¹

Essa visão de Maria Isabel Faleiros sobre a duplicidade é interessante para pensarmos as ambiguidades no seio do Partido Comunista, se por um lado mantinha uma atuação muito à esquerda, de enfrentamento armado, por outro às condições materiais o levavam a organização sindical para pautas trabalhistas. Contudo, um partido pode ter em seu momento histórico frentes de atuação diferentes sem perder seu norte. No fundo, o fundamento político não era contraditório, pois ambas as formas de luta procuravam o caminho da libertação nacional e formação do governo democrático e popular.

Em 1948, consta em documentação do serviço secreto de informações que Nestor Vera esteve envolvido na organização do congresso de trabalhadores do campo patrocinado pelo governo paulista de Adhemar de Barros. Vera foi um dos signatários do “*Manifesto aos Trabalhadores do Campo*” chamando para o “*Congresso Rural*”.⁸² Segundo Clifford Welch, o PCB, apesar de ilegal, conseguiu negociar apoio do governo estadual para realização de um congresso sobre o campesinato que seria realizado em fevereiro de 1948. Sob os auspícios do então secretário da agricultura Hugo Borghi.

O congresso prometia ser uma reunião séria, conduzida para a criação de ideias para reforma vindas pelos próprios camponeses. Depois de anos de discussão elevada da elite sobre o problema do trabalho rural, esta era para ser a uma reunião histórica, dando a oportunidade aos camponeses para terem seu primeiro fórum oficial para sua participação.⁸³

Entretanto, devido à articulação dos comunistas para realização do congresso, que contaria com 1.500 camponeses, recebeu críticas por parte das organizações latifundiárias, como a Sociedade Rural Brasileira (SRB). Dessa forma, Barros sofreu pressão para que não acontecesse a reunião. Além da SRB, o próprio presidente Dutra foi

⁸¹ FALEIROS, Maria Isabel. **Percursos e percalços do P.C.B no campo (1922-1964)**. Tese de Doutorado, História. FFLCH-USP, São Paulo, 1989. p. 50.

⁸² Ficha NESTOR VERAS. Serviço de Informações do DOPS. Doc. 14, fls 043. Delegacia de Ordem Social, Dossiês do Setor de Análises, Operações e Informações – SOI. AESP, OS 1043, Pasta 124.

⁸³ WELCH, **A semente foi plantada**, 2010. p. 149.

contra, por ver o congresso como uma artimanha populista de Adhemar de Barros para ganhar prestígio e se projetar eleitoralmente. Nas disputas governamentais, Borghi via a oportunidade de ampliar a influência do seu PTN no estado. Ao fim, Dutra se utilizou da Federação das Associações Rurais de São Paulo (Faresp), para colocar mais pressão sobre Borghi e Barros que acabaram por desistir do congresso.⁸⁴

Para Welch, a ação da classe dominante deu “*oportunidade de neutralizar a influência comunista no campo*”⁸⁵, restando ao PCB apoio na clandestinidade. Todavia, a trajetória de Nestor Vera demonstra que, embora na ilegalidade, os Comunistas avançaram sua influência sobre os camponeses, como estamos apresentando ao longo deste texto. Foi uma tarefa um tanto árdua com momentos de refluxos no âmbito da organização, porém, como podemos ver no próprio trabalho de Welch, o PCB se tornou a principal organização que articulava a luta camponesa.

Mesmo não conseguindo ter mais participação no governo, os Comunistas buscavam outros jeitos de formar organizações camponesas em todo o Estado de São Paulo. Nestor Vera e o Dr. José Guerra articulavam um congresso de fundação da União dos Camponeses da Alta Sorocabana para o dia 20 de março de 1949, com ampla divulgação na região, iriam participar delegados camponeses de Santo Anastácio, Presidente Prudente e Presidente Bernardes. O congresso tinha como intuito levantar os anseios dos trabalhadores da região, no convite distribuído para o evento configurava como pauta:

- I - Garantia para os preços dos produtos da lavoura;
- II - Conseguir crédito fácil e barato;
- III - Redução dos impostos dos pequenos proprietários;
- IV - Redução dos impostos dos veículos dos pequenos proprietários;
- V - Baixa do custo do arrendamento de terras e divisão das terras devolutas não cultivadas;
- VI - Melhoria dos contratos dos colonos e melhoria de salário para os camaradas.⁸⁶

Assinavam o documento: Nestor Vera, Miguel Fiori, Cicero José de Sant’Ana, Manoel Pais da Silva, Antonio de Souza Viana, Jorge Paro, Jorge Alves Guerra, José Domingues, David Pinheiro de Machado, Antonio Santos Silva. Vera, naquele momento vereador, já era considerado comunista perigoso pelas autoridades da cidade. Mas, desde

⁸⁴ WELCH, **A semente foi plantada**, 2010, pp. 149-150.

⁸⁵ WELCH, **A semente foi plantada**, 2010, p. 150.

⁸⁶ Convite para os camponeses da Alta Sorocabana –Março de 1949 – Pasta Santo Anastácio, Delegacias do Interior, Fundo Ordem Social – DEOPS, AESP.

1º de Janeiro daquele ano, figurava como presidente da Câmara dos Vereadores, ocupação decidida pelo voto de 11 membros.⁸⁷

O delegado de polícia local proibiu a realização do Congresso camponês, não obstante, os comunistas e camponeses mantiveram-se firmes em suas posições. No dia 20 de março, quando o congresso iria acontecer a polícia cercou toda a cidade para que os delegados camponeses da região não pudessem chegar ao local designado, mesmo assim o bloqueio foi furado.

O congresso para a fundação da União dos Camponeses da Alta Sorocabana iria ocorrer na Cooperativa Agrícola Mista de Santo Anastácio. Contudo, a custa da movimentação contrária de um dos dirigentes cooperados, que mantinha posições anticomunistas, interpelou o presidente da cooperativa, Olindo Bagatelli, para que o encontro não ocorresse no salão da entidade. Assim, tiveram de se organizar na sala de máquinas onde ficava a beneficiadora de café. No dia evento, Bagatelli se desentendeu com os dirigentes divergentes ao congresso, pois tentavam de toda forma que a reunião não ocorresse nas dependências da cooperativa.⁸⁸

A polícia havia infiltrado dois agentes entre os participantes para que fossem enviadas informações constantes do que estava acontecendo. A reunião camponesa começou seus trabalhos a revelia do delegado, na mesa estavam Nestor Vera, como presidente da sessão, o médico e vereador de Presidente Bernardes, José Guerra, Pedro Grecco, Sebastião Paes, José Portela, Mario Bonfoqui e outros camponeses. Quase ao final do congresso, a polícia invadiu a casa de máquinas e iniciou um confronto entre policiais e camponeses. Segundo o relatório, os tiros começaram com os comunistas, algo interessante e diferente do relato de um investigador o qual afirma que primeiro houve um conflito braçal depois houve tiros. O saldo foi um guarda morto, o cabo José Luiz de França, e dois camponeses feridos.⁸⁹

O correspondente do jornal *Notícias de Hoje*, em Santo Anastácio, escreveu sobre o conflito na casa de máquinas. Segundo ele, a polícia estava preparada para atacar a partir das 9 horas da manhã, mas não realizou seu intento por falta de munições, que apenas chegaram as 13h30, logo partiram para a Cooperativa para findar o evento dos

⁸⁷ *Notícias de Hoje*, matéria de 08 de Janeiro de 1949. Pasta Santo Anastácio, Fundo Ordem Social – DEOPS, AESP.

⁸⁸ *Notícias de Hoje*, matéria de 23 de maio de 1949. Pasta Santo Anastácio, Delegacias do Interior, Fundo Ordem Social – DEOPS, AESP.

⁸⁹ *Notícias de Hoje*, matéria de 23 de maio de 1949. Pasta Santo Anastácio, Delegacias do Interior, Fundo Ordem Social – DEOPS, AESP.

camponeses. Segundo o jornal “*os policiais entraram distribuindo cacetadas a torto e a direito, visaram principalmente os vereadores Guerra e Nestor Vera.*”, prossegue o relato afirmando que o delegado e seus policiais que iniciaram a troca de tiros. O correspondente também retratou a morte do cabo França, afirmando a impossibilidade de saber de qual arma saiu o disparo, pois a autópsia não foi divulgada. Sua intenção, portanto, é deixar a dúvida da possibilidade do tiro que matou o cabo poder ser de algum colega policial.⁹⁰

No relato do informante do DEOPS, José Antonio Leitão, o confronto entre os comunistas e a polícia iniciou-se com ação do primeiro grupo. Afirmou que após discussão inflamada entre o Dr. Guerra e o delegado de polícia Lousada, alguém gritou “*é agora!*” nesse momento foram quebrados os bancos e médico partiu para cima do delegado, com isso começaram os tiros e as brigas corporais.⁹¹ Enquanto que no depoimento de Francisco Moniz Barreto, encontramos outra versão, segundo ele o conflito começou quando o delegado tentou pegar os papéis que estavam sob a mesa onde se encontrava Dr. Guerra, Nestor Vera, Dr. Erico Magalhães, entre outras lideranças. Quando um homem que participava do congresso também começou a pegar os ditos documentos, no mesmo instante um camponês de nome Cícero irrompeu contra José Leitão tendo iniciado a briga generalizada.⁹² Em nenhum momento Leitão faz referência a bancos quebrados utilizados como armas e nem que tenha sido José Guerra o iniciador do confronto.

Pelo ocorrido foram indiciadas 65 pessoas no inquérito policial. O juiz da região, Sr. Carlos Dias, assinou o pedido de prisão preventiva contra Pedro Grecco, Nestor Vera, Sebastião Paes, Mario Bonfoqui. O delegado que montou o processo contra Nestor Vera foi o Sr. Eduardo Lousada Rocha, da Delegacia de Ordem Social.⁹³

O relatório produzido pelo delegado de polícia, Cesidio Pinto da Fonseca Moniz, nos mostra o clima de anticomunismo que pairava no Brasil com o cenário mundial da Guerra Fria. Há referência no documento, também, à cassação do mandato dos comunistas. O inquérito contra a formação da União dos Trabalhadores Rurais da Alta Sorocabana inicia com um discurso político que expõe os motivos pelos quais o PCB

⁹⁰ A firmeza dos camponeses impediu a chacina planejada pela polícia. **Notícias de Hoje**, 23 de março de 1949. Pasta Santo Anastácio, Delegacias do Interior, Fundo Ordem Social – DEOPS, AESP.

⁹¹ Termo de declarações de José Antonio Leitão. Delegacia de Santo Anastácio. Pasta Santo Anastácio, Delegacias do Interior, Fundo Ordem Social – DEOPS, AESP.

⁹² Termo de declarações de Francisco Moniz Barreto. Delegacia de Santo Anastácio. Pasta Santo Anastácio, Delegacias do Interior, Fundo Ordem Social – DEOPS, AESP.

⁹³ Radiograma expedido pelo delegado Eduardo Lousada Rocha, DOPS, 24 de maio de 1949. Pasta Santo Anastácio, Delegacias do Interior, Fundo Ordem Social – DEOPS, AESP.

havia sido cassado. Escreve que o partido era um órgão do Kominform no Brasil, sendo assim, agentes internacionais contra os interesses nacionais.

Partido de caráter revolucionário, que não é brasileiro porque é de caráter internacional, que fez sempre questão de ser o Partido Comunista “do Brasil”, subordinado servilmente a um organismo supostamente dissolvido, o “Komintern”, ressuscitado depois nesse mesmo “Kominform”, que ditou uma campanha internacional de derrotismo, partido que não tem presidente e cujo chefe supremo no Brasil, Prestes, apenas se chama secretário geral.⁹⁴

Nestor Vera descreveu em uma matéria do jornal comunista *Voz Operária* o apoio que os camponeses renderam aos acusados de Santo Anastácio, em suas palavras “*os camponeses sentem a necessidade de defender a liberdade e a vida de seus líderes e, por isso, os protestos se avolumam para desmascarar a cambada de grileiros que estão por trás dos processos.*”⁹⁵

Em comunicado da chefia do DEOPS, consta a cassação do mandato dos vereadores Comunistas que participaram do congresso camponês em Santo Anastácio, sendo eles, Nestor Vera e Dr. José Guerra. No entanto, em 17 de maio de 1949, Vera havia pedido licença do cargo, algo que foi negado. Nestor Vera entrou na clandestinidade logo após o conflito, as autoridades suspeitavam que ainda estivesse na região, pois seu pedido foi endereçado de Presidente Bernardes.

A partir de suas experiências no Pontal do Paranapanema, Nestor Vera logo se destacou entre os comunistas como defensor dos camponeses do interior paulista, bem como do Brasil inteiro. Ao ser incriminado na luta, eleito vereador e sofrendo a cassação de seu mandato, o camponês de Santo Anastácio recebeu forte apoio de comunistas e camponeses de várias regiões do Estado de São Paulo. Em uma reação às medidas autoritárias contra a ilegalidade do PCB e a cassação dos mandatos, camponeses e sindicatos organizaram um encontro paulista de apoio aos comunistas, chamado de II Congresso de Câmaras Municipais, reunidos em Ribeirão Preto, em 1949, sendo que na carta final do encontro, Nestor Vera foi um dos homenageados pelo seu fervor na luta pelo campesinato.

Cumprindo o nosso dever de Vereadores de Prestes, eleitos pelos trabalhadores das cidades e do campo, nosso dever é estar à frente das lutas do nosso povo. Os exemplos de Nestor Vera, de Valentina Loyola, de Ofélia Botelho, de Mário Longo, de Christovam de Haro e outros vereadores de Prestes que têm estado à frente das lutas dos trabalhadores,

⁹⁴ Relatório do inquérito policial instaurado em Santo Anastácio. Prontuário 82.320 – Nestor Vera – Fundo DEOPS, AESP.

⁹⁵ VERA, Nestor. Milhares de camponeses protestam contra o processo. **Voz operária**, 12 de maio de 1950.

vivendo intimamente no seio das massas, são a afirmação de que jamais deixaremos cair a bandeira desfraldada por Prestes.⁹⁶

A partir dos anos 1950, o PCB traçou como objetivo a sindicalização dos trabalhadores do campo, mesmo que a legislação trabalhista não previsse esse direito para a área rural. As associações e ligas camponesas foram amplamente difundidas pelo partido em todo o país, no Nordeste tivemos a brava atuação de Gregório Bezerra e a fundação das Ligas Camponesas – que posteriormente foram ligadas ao nome do deputado Francisco Julião – e tiveram ampla difusão nacional na segunda metade dos anos 1950 até 1964, na qual os Comunistas nordestinos tiveram forte influência para sua concretização.⁹⁷

Sobre a questão da sindicalização rural como principal meio de organização camponesa, o líder camponês Lyndolpho Silva afirmava:

Nossa posição sectária e esquerdista contribuía para os ataques da reação. A nossa linha política naquele período nos levava a ver os sindicatos rurais mais como um instrumento de agitação para a luta armada, dentro da tese errônea da revolução a curto prazo. A preocupação principal, logo que surgia um sindicato, não era conseguir o seu registro nem lutar pela sua consolidação e educação das massas de assalariados, por suas reivindicações mínimas, imediatas ou parciais, de acordo com seu nível de consciência. Ao contrário, era marchar para exigências muito elevadas, para lutas violentas, armadas, inclusive, se fosse o caso, arrancar greve sem que a massa estivesse preparada, etc., o que nos levava a cometer aventuras sem contar que só causavam prejuízo (Silva s/d).⁹⁸

A participação de Nestor Vera estava nesse sentido de formar ligas camponesas e sindicatos rurais, em um artigo no *Terra Livre* chama aos trabalhadores à luta intensivamente contra os latifundiários, que fosse direta de enfrentamento, principalmente no momento da colheita. Nestor tem em seu discurso na necessidade da atuação em conjunto para conseguir seus direitos trabalhistas, forçar o patronato latifundiário a ceder os direitos algo que acaba entrando em contradição com a citação de Lyndolpho Silva⁹⁹ que afirmou o interesse dos militantes no campo não estava voltado para questões trabalhistas.

⁹⁶ Os vereadores de Prestes, do II Congresso de Câmaras municipais reunido em Ribeirão Preto, dirigem-se ao povo. In. POMAR, **A democracia intolerante**, 2002, p. 207.

⁹⁷ Cf. MEDEIROS, Lavradores, trabalhadores rurais, BEZERRA, Gregório. Memórias. São Paulo: Boitempo, 2011.; MORAIS, Clodomir Santos de. História e Natureza das Ligas Camponesas. In. STÉDILE, João Pedro. **A Questão Agrária no Brasil**. Vol 4. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

⁹⁸ COSTA, Flávio de Carvalho; SANTOS, Raimundo. Os camponeses e a política pré-64. **Estudos Sociedade e Agricultura**, nº 8, abr., 1997. Rio de Janeiro: UFRRJ/CPDA.

⁹⁹ Destacado militante comunista no meio rural, o qual compartilhou com Nestor Vera vários anos de parceria na luta na ULTAB e CONTAG, além de participarem juntos do Comitê Central do PCB.

Na matéria “*Intensificar as lutas na época das colheitas*”, publicado em 1950 no jornal *Voz Operária*, Nestor Vera escreve da possibilidade das massas camponesas se unirem no período das colheitas para fazerem reivindicações por direitos básicos, como,

conservação das estradas, criação de escolas, garantia de preços dos [ilegível], assistência médica e hospitalar gratuita, aumento dos salários, descanso remunerado e férias, além de dezenas de [ilegível], que variam de local para local. Portanto, durante uma época do ano, os camponeses podem e devem se [ilegível] pela conquista de suas reivindicações.¹⁰⁰

As reivindicações que Nestor Vera escreve são por direitos sociais, como conceituado por José Murilo de Carvalho: “*direitos sociais garantem a participação na riqueza coletiva. Eles incluem o direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, à aposentadoria.*”¹⁰¹ Na divisão que Carvalho faz, referente ao processo histórico da cidadania brasileira, coloca que de 1930 a 1945 foram os anos nos quais se consolidaram os direitos sociais com o governo Vargas. Entretanto, as palavras de Vera nos apresentam um outro aspecto do desenvolvimento dos direitos: se a classe trabalhadora da cidade havia alcançado esses direitos e na década de 1950 reivindicava os direitos políticos, no campo nesse contexto era uma junção de lutas primárias por direitos sociais em conjunto dos primeiros passos pelos direitos políticos.

No mundo rural, questões básicas de direitos humanos, nos meados dos anos de 1950, ainda estavam começando a serem debatidas; um caminho tortuoso que, em pleno século XXI, ainda não foi alcançado. Nesse artigo, publicado em 20 de maio de 1950, Nestor Vera reivindica o direito fundamental ao acesso à educação e à saúde, uma das principais pautas das ligas camponesas, além de questões trabalhistas como o direito a férias e descanso remunerado. O trágico do desenvolvimento histórico da cidadania é que em 2017 a luta por essas questões volta a ser pauta dos movimentos sociais e partidos de esquerda.

Vera explica como os arrendatários devem pedir a baixa do arrendo no momento da colheita do algodão, momento este que é mais favorável a ele, pois se o algodão demorar muito para ser colhido pode estragar. Assim, o fazendeiro tem pressa e cede a pressão. Por diversas vezes o tatuíra (latifundiário) roubava pela via de um juiz, ou seja, quando o arrendatário entrava com um processo na justiça contra o aumento do arrendamento, sempre o judiciário estava do lado patronal.¹⁰² Como explica José Murilo

¹⁰⁰ VERA, Nestor. Intensificar as lutas na época das colheitas. **Voz Operária**, 20 de maio de 1950. p. 9.

¹⁰¹ CARVALHO, **Cidadania no Brasil**, 2012.

¹⁰² VERA, Nestor. **Intensificar as lutas na época das colheitas**, 1950.

de Carvalho, a população não tinha quase acesso ao sistema judiciário no pós-1945, estando esse poder nas mãos das elites e assim seus interesses interligados.¹⁰³

O PCB lançou o Manifesto de Agosto de 1950 reforçando a ideia de enfrentamento direto contra o governo e o capital, denominado de *Prestes Aponta aos Brasileiros o caminho da libertação*, conclamando uma frente de libertação nacional para desenvolvimento de uma política nacional-democrática, com direcionamento de ir contra o imperialismo e o latifúndio que mantinham o Brasil no atraso econômico. Para o campo a linha diretiva era “*pela entrega da terra a quem a trabalha*” conclamando o fim do latifúndio para o fim do sentido semicolonial e semifeudal do Brasil.

Essa posição pecebista vai ao encontro da luta empreendida por Vera e seus companheiros no Pontal do Paranapanema, seja na liga camponesa de Santo Anastácio ou na União dos Lavradores da Alta Sorocabana. Nesse sentido, o programa previa a

confiscação das grandes propriedades latifundiárias com todos os bens móveis e imóveis nelas existentes, sem indenização e imediata entrega gratuita da terra, máquinas, ferramentas, animais, veículos etc., aos camponeses sem terra ou possuidores de pouca terra e a todos os demais trabalhadores agrícolas que queiram se dedicar à agricultura. Abolição de todas as formas semifeudais de exploração da terra, abolição da ‘meia’, da ‘terça’ etc., abolição do vale e obrigação de pagamento em dinheiro a todos os trabalhadores. Imediata anulação de todas as dívidas dos camponeses para com o Estado, bancos, fazendeiros, comerciantes e usurários.¹⁰⁴

Essa guinada para a esquerda do PCB, somada com a volta de Vargas e com apoio da população na década de 1950, não garante total apoio a tática do partido. No campo encontramos o contínuo enfrentamento ao latifúndio, no entanto, a pauta necessariamente era em sua maioria por questões mais econômicas e trabalhistas, o cerne da luta pela terra e pela reforma agrária ainda estava começando a se firmar.¹⁰⁵

Como crítica às medidas do Partido com a continuidade de direcionamentos dos manifestos de 1948 e de 1950, a historiadora Anita Leocádia Prestes analisa as posições do PCB de uma maneira a demonstrar como a guinada para a esquerda estava na prática de forma esquerdista e de “direita”:

a estratégia de direita permanecia com todas suas consequências desastrosas, dentre as quais a mais importante consistia exatamente na incapacidade de formular uma orientação tática que correspondesse à real correlação de forças sociais e políticas e permitisse o avanço rumo a objetivos políticos corretos, que só poderiam ser decorrência de uma justa análise das particularidades do capitalismo dependente que se desenvolvia no Brasil.”¹⁰⁶

¹⁰³ CARVALHO, A *cidadania no Brasil*, 2012.

¹⁰⁴ CARONE, Edgard (org.) *O PCB (1943-1964)*. São Paulo: Ática, 1982. p. 104

¹⁰⁵ COSTA e SANTOS, *Os camponeses e a política pré-64*, 1997.

¹⁰⁶ PRESTES, *A que herança os comunistas devem esquecer*, 1980.

O que faz sentido e corrobora com Lyndolpho Silva ao tratar que o Partido buscava uma saída para a Revolução e tinha como objetivo imediato a organização dos trabalhadores para apoiar uma revolução democrático-burguesa em solo brasileiro, porém, no campo as questões imediatas trabalhistas eram o principal apelo dos camponeses. Nos artigos que Nestor Vera escreveu, publicados pelo *Terra Livre, Voz Operária* e *Novos Rumos*, demonstra como o campesinato buscava sanar a opressão do latifúndio nas questões trabalhistas, mesmo que Nestor Vera tenha como causa apontar o quanto é importante o campesinato para a Revolução brasileira.¹⁰⁷

Ainda dentro do contexto do Manifesto de Agosto de 1950, o camponês comunista teve uma participação importante na organização dos camponeses na luta da Fazenda Gariroba em América de Campo (SP), na região de São José do Rio Preto (SP), a luta dos arrendatários teve a participação de cerca de 400 pessoas. Lutavam contra o aumento da plantação de capim na região e contra a invasão de grileiros em suas terras; dessa forma, em seu programa de reivindicações exigiam a baixa do arrendamento, não plantio de capim e contra os despejos realizados pelo latifúndio da região contra os camponeses.¹⁰⁸

A Fazenda Gariroba, ou Guariroba, era de propriedade de uma empresa multinacional inglesa, denominada “Anglo”, sendo importante fonte de empregos recebia trabalhadores de diversas regiões do país, principalmente com as migrações internas do Estado de São Paulo com o avanço para o oeste, mas também atraía migrantes de Minas Gerais e do Nordeste.¹⁰⁹ Nos idos de 1950, os ingleses começaram a arrendar as terras da Gariroba para o plantio do algodão, apesar disso, logo passou para o cultivo da pecuária o que transformou radicalmente a vida dos arrendatários.

Antes do domínio da pecuária a produção de gêneros alimentícios, para subsistência e pequeno comércio, ocorria entre os camponeses da Gariroba. Mas a queda do valor do algodão e do café levaram os capitalistas a se interessarem pela pecuária, que logo se alastrou na região de São José do Rio Preto. Os arrendatários da fazenda denunciavam o contrato abusivo que o frigorífico firmou com estas famílias, sendo que elas tinham a obrigação de derrubar as matas para o plantio de capim, mas não podiam plantar nada nas terras para uso próprio. O contrato era válido por três anos, ao final o

¹⁰⁷ VERA, Nestor. Intensificar as lutas na época das colheitas. **Voz Operária**, 20 de maio de 1950, p.9; Experiências na luta na fazenda Gariroba. **Voz Operária**, 15 de julho de 1950, p. 9.

¹⁰⁸VERA, Nestor. Experiências na luta na fazenda Gariroba. **Voz Operária**, 15 de julho de 1950.

¹⁰⁹Memorial dos Municípios, retirado de <http://www.memorialdosmunicipios.com.br/listaprod/memorial/historico-categoria,175,H.html>, acesso 30 de outubro de 2017, às 10h51.

arrendatário deveria sair das terras ou firmar outro contrato sem direito a ganhos sobre as benfeitorias realizadas.¹¹⁰

A questão do plantio do capim na região de São José do Rio Preto começou a ser frequente com o desenvolvimento da economia pecuária no Estado de São Paulo, visto que o capim seria o alimento para o gado, deixando de lado qualquer outro tipo de plantação nas terras.¹¹¹ Mesmo o latifúndio sendo uma forma retrógrada dentro do capitalismo brasileiro, ele se adaptou e deu forma compatível para seu desenvolvimento no campo, dessa forma, as contradições entre os interesses de classes antagônicas gerou enfrentamentos, como estamos apresentando. O interesse dos arrendatários da região era poderem cultivar em suas terras um tipo de agricultura para sua subsistência ou mesmo para uma pequena inserção no mercado, por outro lado os latifundiários visavam lucros com a pecuária.

Segundo o sociólogo Paulo Cunha,

o processo de expansão capitalista, característico do modelo de desenvolvimento iniciado a partir da década de 50, trouxe à luz contradições de um cenário que, no campo, apontava para uma situação de miséria face às condições de trabalhos existentes e também à concentração fundiária que se constituía em um dos pilares inalterado do sistema político brasileiro.¹¹²

Contra esse processo de expropriação os arrendatários da Gariroba reuniram cerca de 400 famílias contra os desmandos dos ingleses do frigorífico. Em princípio realizaram um abaixo-assinado, enviado aos donos da empresa estrangeira, pela melhoria nos contratos e contra os despejos. Como nada adiantou, em seguida encaminharam outro abaixo-assinado para a Câmara Municipal de Américo de Campos, que teve como resultado a lei que proibia o plantio de capim em terras com menos de cinco anos de cultivo. No entanto, os despejos mantiveram-se executados pela força pública e por jagunços.¹¹³

O movimento iniciou sob a liderança de Francisco José Rezende, o Chico Mineiro, qual passou por diversas torturas e perseguições por ter resistido à expulsão de sua casa.

¹¹⁰ Voz dos campos. **Voz Operária**. Rio de Janeiro, 15 de abril de 1950. p. 9.

¹¹¹ Ao longo dos anos de 1950 e 60 tiveram várias revoltas camponesas na região contra o plantio do capim, uma que teve maior destaque foi a Guerra do Capim em Santa Fé do Sul, na qual os camponeses lutaram contra o latifundiário Zico Diniz com a liderança de Jôfre Corrêa Neto. Cf. CHAIA, Vera Lúcia. **Os conflitos de arrendatários de Santa Fé do Sul – SP, 1959-1969**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FFLCH-USP, 1981; WELCH, **A semente foi plantada**, 2010.

¹¹² CUNHA, Paulo Ribeiro da. Redescobrimo a História: a República de Formoso e Trombas. **Cadernos AEL**, n. 07, Campinas, 1997.

¹¹³ MATIAS. Lutam os camponeses da Fazenda Gariroba. **Voz Operária**. Rio de Janeiro, 22 de setembro de 1951. p. 10.

Segundo Nestor Vera, Chico Mineiro foi mergulhado por jagunços em um córrego e só retirado após desmaiar; posteriormente, preso junto de outros 16 camponeses que resistiram, passaram por diversas cadeias da região sob a acusação de serem comunistas.¹¹⁴

Segundo as memórias de Edgard de Almeida Martins, em *Clandestino: memórias políticas de Edgard de Almeida Martins*, Nestor Vera recebeu a tarefa do PCB de ir à fazenda Gariroba com a finalidade de organizar a luta do local, ou seja, foi um militante enviado especialmente para intervir no conflito.¹¹⁵ Nesse contexto Vera já havia participado nas lutas na região de Santo Anastácio e possuía prestígio entre os camponeses do Estado de São Paulo, dessa forma, estaria apto para a tarefa.

Em princípio a movimentação começou como uma iniciativa local por aqueles que perderiam as terras, mas logo obtiveram o apoio dos comunistas da cidade. Devido à proporção que o conflito começou a ter, o Partido decide intervir mais diretamente com um destacado militante. Nestor Vera aponta que os 400 camponeses atingidos e outros da região fundaram a Associação dos Camponeses da Alta Araraquarense mesmo em abaixo de forte repressão dos latifundiários e do governo estadual.¹¹⁶

Em matéria para ao *Voz Operária* Vera escreveu que a organização camponesa passava por um salto qualitativo importante, pois a resistência da Fazenda Gariroba movia-se da luta econômica – que era a questão do valor do arrendo – para a posse da terra. Vera buscou apresentar que a luta local era anti-imperialista, por se tratar de um enfrentamento contra um frigorífico inglês, tenta apresentar aos camponeses que seu intento deveria ser contra o governo Dutra por ser aliado do imperialismo.

As reivindicações que levaram os camponeses dessa zona à luta – a baixa do arrendamento, não plantar capim nas roças e contra os despejos – mostraram que o objetivo final das lutas camponesas será, naturalmente, a luta pela tomada das terras. A luta contra os despejos, por exemplo, já é uma forma do camponês exigir o direito de se fixar na terra que trabalha.¹¹⁷

É nítido em seus dizeres o direcionamento do manifesto pecebista, na Gariroba Nestor Vera e a Associação de Camponeses implementaram, de certa forma, o que o Partido buscava no campo. Nesse sentido, não encontramos a contradição entre os anseios

¹¹⁴ VERA, **Experiências da fazenda gariroba**, 1950.; Dezenas de famílias camponesas ameaçadas de expulsão da fazenda “Gariroba”. *Voz Operária*. Rio de Janeiro, 18 de agosto de 1950. p. 9.

¹¹⁵ MARTINS, Edgard Almeida. **Clandestino: memórias políticas de Edgard de Almeida Martins**. No prelo disponibilizado ao autor por Thaelman Almeida Martins (org.).

¹¹⁶ VERA, **Experiências da Fazenda Gariroba**, 1950.

¹¹⁷ VERA, **Experiências da fazenda Gariroba**, 1950.

dos camponeses e a posição do PCB nessa luta local, diferentemente do que Lyndolpho Silva acreditava que o partido forçava um enfrentamento, a experiência da Fazenda Gariroba apresenta uma união efetiva nos interesses dos arrendatários.

Vera levanta palavras de ordem contra o governo federal de Dutra e na esfera estadual de Adhemar de Barros, esses governantes são chamados de aliados do imperialismo.¹¹⁸ Na dinâmica da Guerra Fria, os comunistas constantemente, em seus jornais e intervenções, denunciavam o que chamaram de “entreguismo do governo brasileiro” para o capital estrangeiro. Na dinâmica da economia mundial, os EUA obrigaram os países da sua zona de influência a se alinharem diretamente as suas subordinações, dessa maneira a produção brasileira se voltou totalmente ao mercado estadunidense.¹¹⁹

Cabe ressaltar nessa experiência de Nestor Vera na fazenda Gariroba, as duas frentes de atuação do Partido Comunista, se por um lado, entre 1950-1964, teve toda uma preocupação em difundir a sindicalização rural levando a cabo seu projeto de garantir os direitos trabalhistas dos camponeses, por outro lado, como vai afirmar o sociólogo Paulo Cunha, teve toda uma luta paralela de enfrentamento direto ao capital e ao latifúndio. Lutas como as ocorridas em Tupã e Fernandópolis, a qual teve as mulheres uma fundamental importância para assegurar a luta insurrecional local, ambas em São Paulo em 1949, Fazenda Gariroba em Américo de Campos (1950), Porecatu (1950-1951) no norte do Paraná, e Trombas e Formoso (GO) iniciada em 1950 e vitoriosa até 1964, junto de outras, ocorridas no âmbito rural, entre 1950-1964, não são destacadas na memória dos comunistas e foram deixadas de lado como momentos de insurreição para a concretização da Revolução brasileira.

Paralelamente à sindicalização rural, clandestinamente estava em curso o projeto estratégico da revolução via luta armada – ou seja, a implementação de áreas liberadas -, proposta insurrecional que nunca deixou de estar no horizonte do Partido. Vários desses esforços insurrecionais são quase que completamente ignorados pelos pesquisadores acadêmicos e são muitos estudos de caso demandando pesquisas; sem falar que o processo de intervenção armada no campo se desenvolvia com táticas bem curiosas.¹²⁰

Aqui faremos um pequeno parênteses para refletirmos sobre três desses movimentos: a chacina de Tupã, o levante de Fernandópolis e a guerra de Porecatu. Os

¹¹⁸ VERA, **Experiências da fazenda gariroba**, 1950.

¹¹⁹ BOMBARDI, Larissa Mies. *Campesinato, Luta de classe e Reforma Agrária (A Lei de Revisão Agrária em São Paulo)*. **Tese de Doutorado em Geografia Humana**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005.

¹²⁰ CUNHA, **Aconteceu longe demais**, 2007. p. 81.

dois primeiros sem grande relevância na historiografia, mas que nos mostra aspectos interessantes das lutas e do contexto histórico que aconteceram. Já a luta dos posseiros de Porecatu foi mais trabalhada pela Sociologia rural e História, e na memória dos comunistas teria sido um momento ideal para o avanço da luta armada no campo brasileiro.

Em Tupã, no ano de 1947, começaram os comunistas da cidade a se organizarem para a formação de uma associação dos trabalhadores do campo. Esse fato gerou o descontentamento do latifundiário e prefeito Souza Leão, que se considerava fundador da cidade e um novo bandeirante no interior de São Paulo, “dono de Tupã”. O fato de haver uma movimentação e militância comunista na região desagradou o prefeito que deu ordens à polícia para desarticular qualquer organização.¹²¹

Edgard Almeida Martins era o militante do PCB que tinha a tarefa de organizar os camponeses da cidade, as primeiras intervenções foram na campanha do petróleo nacional puxadas pelos comunistas em todo o Brasil. A principal manifestação dos camponeses de Tupã foi pela questão do transporte da zona rural para a cidade, ocorreu em julho de 1949 uma grande passeata por toda a cidade contra as cobranças abusivas do transporte público.¹²²

Dessas manifestações surgiu a oportunidade de organizar os trabalhadores. Assim, começaram a se articular os comunistas da região, para fazer um congresso regional dos trabalhadores rurais. Essa era uma ação contemporânea a União dos Camponeses da Alta Sorocabana que teve a participação de Nestor Vera, além da tentativa de formação da União dos Trabalhadores da lavoura da Alta Paulista que teria sua fundação em Marília. Pelas evidências a orientação do Partido era de formar as diversas uniões de camponeses por todo o Estado de São Paulo.

Em princípio seria baseado em Bauru não em Tupã. Nós deveríamos levantar o problema da carteira assinada e a questão do salário mínimo para o homem do campo [...] isso era considerado uma heresia. Com o impacto do congresso nós esperávamos sensibilizar a opinião política de forma que a Assembléia Legislativa de São Paulo tomasse a si a discussão desses assuntos.¹²³

A reunião dos comunistas fora marcada para ocorrer na casa de Dário de Paula, fazenda de um latifundiário ligado ao prefeito Souza Leão. Em 25 de setembro de 1949

¹²¹ LIMA, Airton S. **Vítimas do ódio: a luta pela terra em Tupã e a militância comunista no interior paulista**. Dissertação de Mestrado em História. Marília: Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2005.

¹²² MARTINS, **Clandestino: memórias políticas de Edgard de Almeida Martins**.

¹²³ ALVES FILHO, 2003 apud LIMA, **Vítimas do ódio**, 2005.

diversas lideranças comunistas estiveram em um mesmo local, todos clandestinos pela ilegalidade do PCB, tentaram não mostrar pistas do que estava acontecendo, porém, um morador denunciou à polícia a movimentação de diversas pessoas na fazenda. De imediato o chefe de polícia local juntou seus homens e foram exterminar a reunião.

Uma versão do acontecido, descrita pelo jornal *Voz Operária*, afirma que a repressão chegou na casa atirando ao esmo e atingiu de imediato um dos camponeses que caiu morto, era Pedro de Godói¹²⁴. Os camponeses comunistas estavam desarmados como afirma Lima em seu estudo sobre a chamada “chacina de Tupã”, o único homem armado que não era militar portava uma velha garrucha, com a qual atirou contra o rosto de um policial matando-o.¹²⁵ Outros dois comunistas foram mortos Miguel Rossi e Affonso Marma.

A polícia pretendia provar que houve resistência à voz de prisão; todavia, de acordo com Aparecida Azedo, os policiais teriam ‘plantado provas’ disso, como por exemplo, uma espingarda que colocaram em sua bolsa e tiros que deram, aleatoriamente, para marcar as paredes da casa. ‘Além do mais eles tinham posto arma nas mãos dos nossos e disseram que eu também estava armada. Eles tentavam me ridicularizar me chamando de ‘Cavaleira da Esperança’.¹²⁶

O caso de Tupã foi para “acabar com o mal pela raiz”, antes mesmo que os camponeses pudessem se organizar de fato, a repressão institucional esteve presente. A intervenção foi feita pela polícia militar local que estava ligada à política do prefeito Souza Leão, porém não é apenas um caso isolado, a política nacional naquele momento era de intervir repressivamente contra qualquer maneira que o camponês pudesse lutar pelos seus direitos.

Os três militantes assassinados tornaram-se heróis na imprensa comunista, o jornal *Voz Operária* disponibilizou diversas páginas para homenagens e denúncia contra a repressão da polícia. Segundo Nestor Vera, a morte de Pedro de Godói mostrou como os governos de Dutra e Adhemar de Barros eram contra os direitos dos trabalhadores em se organizarem, que ambos os governos, federal e estadual, reprimiam a mando do imperialismo.

Em Fernandópolis, a situação não diferiu das outras tentativas de levantes armados ou mesmo da organização de uma associação rural. Por conta do aumento do arrendo, do monopólio do veneno e da questão do vale ao invés de pagamento, os camponeses da

¹²⁴ “O massacre de Tupã”. *Voz Operária*, Rio de Janeiro, 25 de outubro de 1949.

¹²⁵ LIMA, *Vítimas do ódio*, 2005.

¹²⁶ LIMA, *Vítimas do ódio*, p. 103, 2005.

região, sob a liderança do comunista Antônio Joaquim, buscaram ajuda na Câmara de Vereadores, algum auxílio para suas demandas, mas sem sucesso.¹²⁷

O plano dos camponeses da região de Fernandópolis era tomar a cidade afim de distribuir a terra para quem quisesse cultivá-la. Em 23 de junho de 1949, foi organizado o assalto da cidade e de algumas fazendas. Segundo o historiador Vagner José Moreira, o movimento partiu do campo para cidade aproveitando as festividades do dia de São João, pois, segundo consta na memória de alguns participantes, se houvesse algum conflito, os tiros seriam confundidos com os rojões da comemoração junina.¹²⁸ No meio do caminho tiveram imprevistos com a polícia, assim não conseguiram completar a tomada da cidade, todavia os camponeses conseguiram tomar a Fazenda do Jaú e os distritos de Populina, Sol, Guarani D'Oeste e Brasitânia. No *Voz Operária* se comemorou o feito dos camponeses comunistas,

a área ocupada por aqueles trabalhadores agrícolas abrange uma vasta região, compreendendo faixas de Populina, Sol, Guarani do Oeste e Brasitânia. Em Populina, os camponeses realizaram um grande comício expulsando o tatuira da localidade. A polícia apesar do terror que vem desencadeando nas imediações, não conseguiu penetrar na zona ocupada pelos trabalhadores.¹²⁹

O movimento de tomada das terras teve como protagonismo a Associação Feminina de Fernandópolis, mulheres de armas nas mãos que enfrentaram a polícia e os jagunços. Infelizmente, algumas acabaram entrando para o movimento comunista obrigadas pelos maridos, como é o caso de Idalina Maldonado companheira de um espanhol que não participou ativamente no levante.¹³⁰ Mesmo buscando uma nova sociedade, por diversas vezes os comunistas reproduziam (e reproduzem) a dominação patriarcal e machista da sociedade burguesa, como podemos ver no caso de Idalina e tantas outras mulheres.

A Associação Feminina contava com 15 mulheres, tendo por liderança Idalina. Essas senhoras que seguraram a responsabilidade da família após a repressão atingir o movimento dos camponeses. Algumas foram presas e torturadas, outras tiveram que cuidar da casa, a exemplo Ana Zandrão, companheira de Zé Cearense, migrante

¹²⁷ Ocupam a terra de armas na mão. *Voz Operária*, Rio de Janeiro, 23 de julho de 1949.

¹²⁸ MOREIRA, Vagner José. **Memórias e Histórias de Trabalhadores em Luta pela Terra: Fernandópolis-Sp, 1946-1964**. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Uberlândia, 2009.

¹²⁹ Ocupam de armas nas mãos o latifúndio Jaú. *Voz Operária*, Rio de Janeiro, 30 de julho de 1949.

¹³⁰ CASQUEL, Laís Regina. Associação Feminina: as memórias e as histórias comunistas em Fernandópolis (1949). **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**, São Paulo, julho 2011.

nordestina, como aponta seu apelido “Anita Cearense”, lutou pela sobrevivência de seus quatro filhos e pela liberdade do marido, preso junto de seus camaradas rebelados.¹³¹

O chamado “Conflito armado de Porecatu”, ou “Revolta de Porecatu”, foi um levante de posseiros na região norte do Paraná contra latifundiários que, através de papéis grilados, tentaram tomar suas terras, as quais eram devolutas. Ou seja, de propriedade do Estado, sendo aquele que as cultivasse por determinado tempo iria receber sua posse. A revolta ocorreu na região de Ribeirão Tenente, Centenário, Guaraci, Água das Pelotas, Água Tupi e Ribeirão do Capim, contando com dezenas de camponeses.¹³²

Os camponeses de Porecatu tiveram a ajuda do PCB de Londrina e Jaguaritã, tendo forte apoio do militante Ângelo Gajardoni, conhecido comunista de Londrina, sendo que este vendeu sua farmácia na cidade para comprar um lote ao lado dos resistentes de Porecatu. A luta dos posseiros passou por um período de reivindicações legais pela terra, apelando para o presidente e para interventor do Paraná, todas sem sucesso. Ao partirem para um protesto, trancando a passagem na estrada que ligava Londrina e Presidente Prudente, chamou mais a atenção das autoridades, que iniciaram um processo de repressão aos posseiros com o uso de jagunços.¹³³

A partir da repressão, os camponeses optaram pela resistência armada. Líderes do movimento começaram a ter maior contato com o PCB, foi o caso de Hilário Gonçalves Padilha e José Billar. O Comitê Central passou a monitorar de perto os acontecimentos no norte paranaense, dessa forma, destacaram militantes com mais experiência para a região, além de denunciar em seus jornais o conflito.¹³⁴

A Força Pública do Estado do Paraná reprimiu duramente os posseiros de Porecatu, principalmente depois que os camponeses conseguiram uma série de vitórias e o controle da região. Ao fim depois de vários incursos da repressão, os camponeses tiveram que fugir do local para findar o massacre que iria ocorrer. Diversos erros de comando do PCB acabaram por atropelar os rumos dos acontecimentos, afoitos com a luta armada, retiraram o caráter inicial de defesa da posse da terra passando para apelos

¹³¹ CASQUEL, *Associação Feminina*, 2011.

¹³² PRIORI, Angelo. A revolta camponesa de Porecatu. In: MOTTA, Márcia; ZARTH, Paulo (orgs.). **Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história, vol. 2: concepções de justiça e resistência nas repúblicas do passado (1930-1960)**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, NEAD, 2009.

¹³³ PRIORI, Angelo. **A revolta camponesa de Porecatu**, 2009.

¹³⁴ PRIORI, Angelo Aparecido. **O levante dos posseiros: a Revolta Camponesa de Porecatu e a ação do Partido Comunista Brasileiro no Campo**. Maringá: Eduem, 2011.

da tomada de poder pelos resistentes camponeses.¹³⁵ Todavia, essa dissonância gerou conflitos internos favorecendo um desfecho favorável aos latifundiários.

A Guerra de Porecatu foi um evento que ocorreu quase no “quintal” de Nestor Vera, há uma grande proximidade do norte paranaense com a região que atuava. Contudo, não há registro de seu envolvimento, visto que Nestor já estava envolvido com outras disputas pela terra em Santo Anastácio e, posteriormente, em Américo de Campos, tal cenário nos mostra a ideia de vários levantes camponeses empreendidos pelo PCB para posterior unificação na luta de libertação nacional.

Se traçarmos algumas linhas entre os conflitos agrários que comunistas estiveram presentes com os caminhos feitos por Gregório Bezerra, enquanto esteve na ilegalidade, iremos encontrar indícios que corroboram com a ideia que os Comunistas estavam empenhados em um levante camponês, aos moldes chineses: “o campo cerca as cidades”.¹³⁶

Em suas memórias, Gregório Bezerra não explica claramente seu trabalho em algumas regiões do país depois do seu envolvimento político em Pernambuco com a Assembleia Constituinte, e mesmo na ilegalidade.¹³⁷ No entanto, um dos primeiros locais foi no Triângulo Mineiro, em 1948, onde tentaram implementar seus planos, aproveitaram os conflitos do Triângulo, de Uberlândia e de Capinópolis, mas sem sucesso.¹³⁸ Posteriormente, Bezerra foi para Goiás, com a finalidade de atuar na Colônia Agrícola Nacional de Ceres, – com o pretexto que estava colhendo assinaturas para o “Apelo de Estocolmo” ou “Apelo de Vársovia” – que segundo Paulo Cunha era “*o ponto de apoio e organização de Formoso e Trombas, quando, á época, deu início à intervenção armada dos militantes do conflito.*”¹³⁹

Mais a frente a liderança pernambucana passou por São José do Rio Preto, próximo de Américo de Campos, onde Nestor Vera participava nas lutas da Fazenda Gariroba, além de ser na região dos levantes de Votuporanga e Fernandópolis. Segundo conta, esteve por lá para ministrar cursos do Partido, não obstante, manteve seu caminho apenas em locais de levantes camponeses.¹⁴⁰ De lá encaminhou para Porecatu, Londrina e Nova Fátima para reorganizar os sindicatos dos trabalhadores rurais.¹⁴¹

¹³⁵ WELCH, **A semente foi plantada**, 2010.

¹³⁶ CUNHA, **Aconteceu longe demais**, 2007, p. 71.

¹³⁷ BEZERRA, Gregório. **Memórias**. – Ed. ampl. e atualizada. São Paulo: Boitempo, 2011.

¹³⁸ CUNHA, **Aconteceu longe demais**, 2007, p. 83.

¹³⁹ CUNHA, **Aconteceu longe demais**, 2007, p. 91.

¹⁴⁰ BEZERRA, **Memórias**, 2011, p. 458.

¹⁴¹ BEZERRA, **Memórias**, 2011, p. 478.

Segundo Paulo Cunha, o PCB havia organizado um setor chamado “Trabalho Especial” o qual tinha por tarefa organizar, planejar e disponibilizar armamentos para a luta armada.¹⁴² Gregório Bezerra era uma importante liderança dentro do Partido Comunista, além de ser militar e ter participado do levante de 1935, tinha grande prestígio entre os camponeses e experiência em armamentos. Sendo assim, ele não estaria nas regiões de conflito apenas para colher assinaturas ou realizar cursos, esteve presente como estrategista e no apoio militar.

Isso corrobora a ideia de que o Partido Comunista manteve duas linhas de atuações uma “legal”: na luta pelos direitos fundamentais e direitos trabalhistas – como as realizadas por Nestor Vera em Santo Anastácio e na região de Presidente Prudente; e outra pela via armada – que tinha como princípio a tomada do poder pela classe trabalhadora, ocorrida em diversas tentativas nas regiões descritas anteriormente.

Devemos ressaltar também o apoio dos camponeses às lutas dos comunistas, sem o campesinato tomando as armas e enfrentando o latifúndio, de nada adiantaria os estratagemas pecebistas. Há uma base material para o apoio de posseiros, arrendatários e dos trabalhadores e trabalhadoras do campo, Com o avanço do capital no campo, houve a expropriação de suas terras e a tentativa de subjugar sua força de trabalho ao latifundiário. Esse processo histórico de retirada da população rural de suas terras não é um caminho único, linear e inexorável, como já apontado por Marx e Engels a *“história de toda sociedade, até nossos dias, é a história da luta de classes. [...] opressores e oprimidos sempre estiveram em constante oposição; empenhados numa luta sem trégua, ora velada, ora aberta”*¹⁴³. Nesse sentido, os camponeses brasileiros buscaram de diversas formas lutarem contra a expropriação de suas terras e da sua força de trabalho.

Os Comunistas tiveram forte influência na consolidação das lutas dos trabalhadores rurais no Brasil, destacando o estado paulista em nossa explanação, o que gerou nos grupos anticomunistas grande inquietação sendo a Igreja Católica outra proeminente força política que disputava a liderança dos camponeses. Temos também no Nordeste brasileiro a fundação das Ligas camponesas, consolidadas na segunda metade da década de 1950, com um discurso inflamado de Francisco Julião de uma reforma

¹⁴² CUNHA, **Aconteceu longe demais**, 2007, p. 86.

¹⁴³ MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Cooperativa Inverta, 2010.

agrária radical, dessa forma, a igreja buscava junto de outros grupos a reforma agrária que não levasse os camponeses a partilharem as ideias do PCB e das Ligas.¹⁴⁴

Nas eleições presidenciais de 1950, Getúlio Vargas venceu a disputa, o ditador voltou ao governo pela via democrática. Vargas com suas alianças conseguiu 48,70% do eleitorado, vitória com folga para o segundo colocado Brigadeiro Eduardo Gomes (UDN), que obteve 29,70%.¹⁴⁵ No segundo mandato tem uma postura mais voltada para o nacionalismo e uma visão trabalhista de seu Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), sendo que o único ministério que ficou sob sua tutela do seu partido foi o Ministério do Trabalho.¹⁴⁶ Político sagaz, Vargas, vendo a forte organização que estava ocorrendo no campo, havendo resistência e um clamor pela reforma agrária e os direitos trabalhistas, começa a ceder às reivindicações dos trabalhadores do campo.

Durante 1952, Vargas falou sobre a necessidade de melhorar a situação dos trabalhadores rurais. Em janeiro, a CNPA – Comissão Nacional de Política Agrária, criada em julho de 1951 pelo Decreto-Lei número 29.803 – começou a estudar e compor soluções legislativas para os problemas da agricultura brasileira. Vargas também ordenou que a Comissão Nacional da Previdência Social propusesse uma legislação que incluísse os trabalhadores rurais no sistema de benefícios do seguro social. [...].até o ano chave de 1953, Vargas limitou as ações de reforma agrária à manipulação de impostos e tarifas, tirando os lucros das exportações de café com a taxa de câmbio.¹⁴⁷

O Ministro do Trabalho varguista, João Goulart, ao ser nomeado buscou institucionalizar o discurso do presidente em relação aos direitos trabalhistas para o campo. As considerações de Goulart geraram descontentamento nos fazendeiros, aumentando ainda mais a crise política que Vargas passava devido às concessões que fazia à classe trabalhadora para manter seu populismo, além, é claro, da crise econômica que o país sofria.¹⁴⁸

Clifford Welch define que os camponeses vendo a formação dos sindicatos mais a precariedade que as pessoas viviam, os levaram a crer que na organização poderiam mudar de vida,

o poder em potencial dos sindicatos, junto com condições de vida e de trabalho decadentes, inspirou alguns camponeses a darem o salto do estágio de resignação quieta e busca migratória infundável por um destino melhor à ação conjunta com seus companheiros de trabalho. O próprio direito de formar um sindicato para levar adiante

¹⁴⁴ WELCH, **A semente foi plantada**, 2010, p. 296.

¹⁴⁵ ALMEIDA JUNIOR, Antonio Mendes. Do declínio do Estado Novo ao suicídio de Getúlio Vargas. In: GOMES, Ângela de Castro [et all]. **O Brasil Republicano. 3 Sociedade e Política (1930-1964)**. Rio de Janeiro: Beltrand Brasil, 2003.

¹⁴⁶ ALMEIDA, Do declínio do Estado Novo ao suicídio de Getúlio Vargas, 2003.

¹⁴⁷ WELCH, **A semente foi plantada**, 2010, p. 216.

¹⁴⁸ WELCH, **A semente foi plantada**, 2010, pp. 222-225.

interesses coletivos, ouvidos no rádio, discutidos por aqueles alfabetizados que podiam ler os jornais e ocasionalmente debatidos por políticos.¹⁴⁹

Vera participou ativamente na elaboração do jornal *Terra Livre*, órgão jornalístico do PCB direcionado para o campo, e na proliferação de eventos e organizações de mobilização dos pequenos agricultores e trabalhadores rurais. O jornal foi o principal meio de comunicação para a organização dos camponeses, sendo porta-voz da ULTAB (União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil) desde sua fundação em 1954. O *Terra Livre* teve seu início em 1949, em meio ao conturbado contexto de repressão às lutas no campo. Leonilde S. de Medeiros descreve o caráter didático do jornal em relação às outras publicações comunistas,

as matérias tinham linhas mais espaçadas, letras maiores do que nos demais jornais, seções diversificadas. A propaganda das teses do partido muitas vezes se fazia através da apropriação dos canais de cultura popular.¹⁵⁰

O jornal utilizava uma linguagem direcionada para o camponês, assim manteve seu formato quase sem alterações durante o período que foi publicado. Eram publicados ilustrações e poemas que ditavam a linha do Partido, mas que eram produzidos pelas pessoas do campo, outro aspecto muito importante que proporcionava uma ligação entre campesinato e PCB era a seção “*Cartas da Roça*”, onde os camponeses escreviam sobre suas condições de vida e trabalho.¹⁵¹

O *Terra Livre* teve uma edição comemorativa em seu 14º aniversário tendo alguns dos principais líderes dos camponeses como Nestor Vera e Lyndolpho Silva escrevendo sobre a importância do jornal como órgão organizativo das lutas no campo. Vera explica como o jornal foi fundamental na divulgação das lutas pelos direitos trabalhistas para a formalização de sindicatos rurais.

Era preciso orientar os camponeses em suas lutas, espalhar as experiências e protestar contra os crimes que os latifundiários e os governos praticavam contra os que lutavam pelos seus direitos no campo. E foi assim que apareceu TERRA LIVRE como órgão de luta, de organização e orientação, tarefa que vem sendo continuada. Com sua ajuda desenvolveu-se os grandes movimentos pela reforma agrária.¹⁵²

As palavras de Nestor Vera apresentam bem sua formação leninista, a importância do jornal enquanto órgão organizativo das lutas e direcionador ideológico. O líder

¹⁴⁹ WELCH, *A semente foi plantada*, 2010, p. 223.

¹⁵⁰ MEDEIROS, *Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses*, 1995, p. 210.

¹⁵¹ MEDEIROS, *Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses*, 1995.

¹⁵² VERA, Nestor. *Terra Livre e a luta dos camponeses*. 1963. Retidado de http://r1.ufrj.br/cpda/als/corpo/html/teses/tes_nvera.htm, acesso 29 de outubro de 2017, às 11h47.

bolchevique teorizou sobre como deveria ser organizado um partido comunista, tendo dois centros dirigentes: o comitê central e o órgão central. Sendo o primeiro aquele quem dirige e direciona as ações práticas, enquanto o segundo se preocuparia com os apontamentos ideológicos. O jornal *Iskra* cumpriu a função de divulgar e organizar os militantes do POSDR de Lênin.¹⁵³ É nesse sentido que Nestor Vera explica a função e necessidade do jornal *Terra Livre* em levar para as diversas partes do país o pensamento pecebista para os camponeses e, nesse mesmo sentido, de organizar as lutas pela terra.

Nesse momento Nestor Vera denunciava o capitalismo, o latifúndio e todas as mazelas que o campesinato passava chamando a todos a se organizarem. Suas palavras continuam com a perspectiva de luta contra o imperialismo e o sistema semifeudal oriundo, segundo seu pensamento, do latifúndio que atravancava o desenvolvimento do país. Para romper com o atraso do campo, segundo Nestor Vera, era necessário por fim ao latifúndio. Para isso os camponeses, junto ao Partido, tinham de implementar a reforma agrária, um passo decisivo da Revolução, pois estaria cortando um sustentáculo do imperialismo no país.¹⁵⁴

Essa maneira de pensar o Brasil era proveniente das teses do Partidão que tinha por princípio a ideia de Revolução por etapas, sendo que o país primeiro teria que passar pela etapa democrático-burguesa – para desenvolver um capitalismo nacional que pudesse elevar as contradições internas; e, posteriormente, os trabalhadores poderem fazer a Revolução Socialista.¹⁵⁵

Para avançar sua influência sobre os camponeses, os comunistas buscavam organizar a Conferência Nacional dos Trabalhadores Agrícolas, sendo que Nestor Vera teve forte atuação no interior paulista e foi convocado para a realização do Congresso. O contexto da realização da primeira conferência nacional foi à pressão da direita golpista contra Vargas, Welch vai caracterizar a atuação dos comunistas utilizando o jornal *Terra Livre* como um meio de aglutinar os camponeses para a reunião nacional,

o Terra Livre colocou os camponeses no centro da resistência, tão capazes como os operários de entender a situação real, identificar os golpistas e oportunistas e apontar a via revolucionária como único jeito de garantir um governo popular. Assim, no primeiro

¹⁵³ LENIN, **Carta a um camarada** Rio de Janeiro: CEPPEPES, s/d. Disponível em: <https://ceppes.org.br/biblioteca/biblioteca-marxista/lenin/carta-a-um-camarada>.

¹⁵⁴ VERA, Nestor. A garantia da posse da terra e o programa do PCB. **Voz Operária**, Rio de Janeiro, 24 de abril de 1954.

¹⁵⁵ VINHAS, Moisés. **O partidão**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1982.

momento, o partido aproveitou o suicídio de Vargas, sem tomar uma posição pró ou contra Getúlio para avançar a mobilização em torno da CNTA.¹⁵⁶

O saldo da conferência não teve o sucesso que o Partido esperava, dos 700 delegados planejados apenas 303 compareceram e nem todos os estados estavam sendo representados. Algo positivo foi o apoio e dedicação de trabalhadores e sindicatos urbanos em parceria para a realização do encontro. Porém a mobilização não parou e, quase um ano depois, em 1954, no dia 21 de setembro, na II Conferência Nacional dos Trabalhadores Agrícolas e Camponeses, realizada no parque do Ibirapuera em São Paulo, a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil foi fundada, primeira instituição de representação das massas camponesas com amplitude nacional.

¹⁵⁶ WELCH, **A semente foi plantada**, 2010, p. 246.

CAPÍTULO II

Dos sindicatos à contrarrevolução: Da formação da ULTAB e CONTAG ao Golpe de 1964

Na “*Tribuna de Debates*” para o congresso comunista Nestor Vera escreveu um artigo que defendia basicamente os preceitos contidos no programa do PCB, isso meses antes da divulgação dos documentos da União de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB).

[...] São dois pontos fundamentais da questão agrária. O ponto 37 trata da tomada das terras dos latifundiários e a sua entrega gratuita aos milhões de camponeses sem terra e com pouca terra. A aplicação deste ponto liquidará nesta primeira etapa da revolução os latifundiários. A aplicação deste ponto do Programa cria as condições para liquidar a miséria, a fome e a opressão de milhões de camponeses, aumentará o mercado interno e criará uma base sólida para o desenvolvimento da indústria nacional.¹⁵⁷

Durante os festejos do IV Centenário de São Paulo ocorreu a II Conferência Nacional dos Camponeses, o evento contou com a participação de 303 delegados de 16 Estados brasileiros. O líder Sebastião Dinart dos Santos, Secretário Geral da Comissão Promotora da conferência, abriu os trabalhos com a leitura do informe de como foram os trabalhos preparatórios do evento.¹⁵⁸ Foi desse encontro que saiu a primeira instituição camponesa de caráter nacional, a ULTAB, comandada pelos comunistas, tendo Geraldo Tibúrcio como Presidente, José Alves Portela como Secretário-Geral, Lyndolpho Silva como Primeiro-Secretário e Sebastião Dinart como Primeiro-Tesoureiro.¹⁵⁹

A linha programática da entidade propunha a reforma agrária como uma das reivindicações centrais e a proibição de todas as formas de exploração semifeudal, como a “meia”, a “terça” e outras formas de parceria. Ao tratar das reivindicações de arrendatários, meeiros e parceiros, propunha uma série de medidas para regulamentar essas relações. Esses aspectos conjugados, inegavelmente, refletem um quadro de novidades e dificuldades de organização, e principalmente a complexidade do cenário com que os militantes comunistas defrontavam a todo o momento quanto às formas de produção e às categorias de trabalhadores envolvidas.¹⁶⁰

Em suas memórias, Lyndolpho Silva explica a dificuldade que passaram nos primeiros anos da entidade, primeiro retrata como foi sua chegada de forma inesperada e

¹⁵⁷ VERA, Nestor. A garantia da posse da terra aos camponeses e o Programa do PCB. *Tribuna IV Congresso, Voz Operária*, Rio de Janeiro, 24 de abril de 1954.

¹⁵⁸ 303 lavradores de 16 Estados encontram-se em São Paulo. *Terra Livre*, Ano V, nº 49, São Paulo, 1954. p. 1.

¹⁵⁹ Cf. CUNHA, Paulo Ribeiro da. (org). **O camponês e a história. A construção da Ultab e a fundação da Contag nas memórias de Lyndolpho Silva**. São Paulo: IPSO, 2004.

¹⁶⁰ CUNHA, *Aconteceu longe demais*, 2007, p. 81.

pouco organizada. Logo após a fundação da ULTAB foram para São Paulo as principais lideranças da entidade, estiveram alocados na Rua Direita, 36, no centro da capital paulista, onde também era sede do jornal *Terra Livre*, “tentamos armar o nosso plano de trabalho recebendo e telefonando para o interior e para o resto do Brasil que às vezes ligava pra cá para saber exatamente o que tinha que fazer.”¹⁶¹

Segundo a socióloga Leonilde Medeiros, a principal ação da ULTAB foi a de “sensibilizar” a sociedade e o campesinato sobre importância da reforma agrária, para tal realizaram uma Campanha Nacional pela Reforma Agrária. Para divulgação elaboraram um *Memorial* endereçado ao Presidente da República e parlamentares, que seria divulgado com uma coleta de assinaturas em todo o país.¹⁶²

Esse documento tinha como norte as teses do PCB sobre o campo, e claramente apresenta o contexto do IV Congresso do partido que ocorreu no mesmo ano. Medeiros destaca os conceitos básicos da “*Carta dos Direitos e das Reivindicações*” (documento de fundação da ULTAB) que estiveram presentes no “*Memorial*”, como a ideia de distribuição de terras para o desenvolvimento do mercado interno.¹⁶³ Ambos os documentos trazem o que pensavam alguns comunistas de como deveria ser a reforma agrária.

A “*Carta dos Direitos e das Reivindicações*” declara: “*Realização de uma Reforma Agrária democrática, através da distribuição das terras dos latifundiários aos trabalhadores agrícolas e aos lavradores sem terra ou possuidores de terra insuficiente.*”¹⁶⁴ O Memorial continha: “*Desejamos o progresso para nossa agricultura, nosso comércio e nossa indústria. A Reforma Agrária é medida que se impõe para o amplo desenvolvimento do nosso mercado interno, é medida básica para o progresso da economia nacional.*”

Por mais que em seu artigo Nestor Vera defendia e direcionava posições que foram tomadas pela ULTAB, ele não figurou entre seus principais dirigentes até a diretoria dos anos 1960, quando foi eleito. Sem indícios do motivo de Vera não participar dessa primeira diretoria, podemos levantar algumas hipóteses que seu trabalho enquanto militante comunista no interior era mais necessário do que na burocracia interna em São Paulo. Ou talvez, com as dificuldades dos primeiros anos, como apontou Lyndolpho

¹⁶¹ CUNHA, *O camponês e a história*, 2004, p. 57.

¹⁶² MEDEIROS, *Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses*, 1995, pp. 106-108.

¹⁶³ MEDEIROS, *Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses*, p. 106.

¹⁶⁴ Carta dos Direitos e das Reivindicações dos lavradores e trabalhadores agrícolas do Brasil. *Terra Livre*, 2ª quinzena de Setembro-1ª quinzena de Outubro, nº 49, São Paulo, 1954.

Silva, não poderiam contar com mais um militante destacado para essa função. O sociólogo Paulo Cunha expressa que havia certa desconfiança do Partido em relação ao futuro da entidade.¹⁶⁵No ano de 1954, o PCB teve a realização de seu IV Congresso Nacional, no qual teve por finalidade reafirmar posições que já estavam sendo seguidas. As diretrizes do PCB em seu congresso tinham por programa explicar que a Revolução e a luta eram contra o imperialismo no país eliminando sua base econômica e social fundamentada no latifúndio.

O Programa do Partido reflete esta realidade e levanta a necessidade do confisco da terra dos latifundiários e sua entrega gratuita aos camponeses em terra ou possuidores de pouca terra e a todos que nelas queiram trabalhar, assim como a abolição de todas as formas semifeudais de exploração.¹⁶⁶

Em relação ao IV Congresso, Nestor Vera teve grande admiração e apoiou as atitudes do Partido em relação ao campo. Em um artigo “No programa do PCB está a salvação dos camponeses”, publicado no jornal *Voz Operária*, em março de 1954, Vera enalteceu o programa do PCB como referência importante para a luta do campesinato. Faz uma análise sobre como estava a situação do latifúndio no Brasil, levando em consideração o progresso do capitalismo no campo, que gerou uma maior concentração de terras em mãos da burguesia rural. Ataca o discurso varguista de reforma agrária afirmando que este, por fazer parte da elite que comanda o Brasil, tendo apoio dos latifundiários, nunca iria atuar em prol do campesinato, principalmente por sua condição de classe burguesa.

Em suas palavras, “o projeto de Programa do PCB é a bússola das forças do progresso. Com este documento trilharão pelo caminho certo e mais rápido. Destruirão as cadeias do atraso e liquidarão o atual regime caduco, fazendo florescer nova vida em nosso país”.¹⁶⁷ Sua passagem declara como era a intenção do Partido em continuar com o discurso de luta de libertação nacional para o desenvolvimento de uma etapa da revolução democrático-burguesa.¹⁶⁸

Vera começou a contribuir ao debate em março de 1954, quando publicou “*Um problema fundamental do programa: a questão do poder*”. No artigo, ele coloca a importância da união operário-camponesa para a libertação nacional, explica que a luta

¹⁶⁵ CUNHA, O camponês e a história, 2004.

¹⁶⁶ IV Congresso do PCB (dezembro de 1954 a fevereiro de 1955). In. CARONE, Edgard. O PCB (1943-1964). Vol.2. São Paulo: Difel, 1982. p. 81.

¹⁶⁷ VERA, Nestor. No programa do PCB está a salvação dos camponeses. *Voz Operária*. 20 de março de 1954. p. 9.

¹⁶⁸ VINHAS, O Partidão, 1982.

deveria possuir o caráter antifeudal e anti-imperialista contra Vargas. O Programa do PCB é uma articulação de classes para a tomada do poder, instaurando um governo com operários, camponeses, pequena burguesia e burguesia nacional para acabar com as intromissões do imperialismo.

Mostrando que a aliança dos operários e camponeses é possível e necessária, que sem a aliança dos operários e camponeses a revolução não pode ser vitoriosa, o Programa apresenta uma das teses centrais do marxismo-leninismo, (...). A aliança operário-camponesa é a base da frente única antifeudal e anti-imperialista, cuja a tarefa principal é a derrubada do governo de Vargas, sua substituição pelo governo democrático de libertação nacional.¹⁶⁹

As palavras de Vera vão ao encontro do programa do IV Congresso do PCB que tiveram por diretrizes apenas uma reafirmação de suas teses de revolução antifeudal e anti-imperialista para a construção de um governo democrático-burguês. Em relação ao campesinato, postulavam a criação de associações rurais e sindicatos, há um pensamento leninista de união entre camponeses e operários contra o imperialismo e o latifúndio, por essa decisão Nestor se coloca prontamente em favor das resoluções pecebistas. Alguns anos passados na organização dos sindicatos, Nestor Vera escreveu o quanto foi importante o apoio dos sindicatos urbanos para consolidação da sindicalização rural,

os sindicatos rurais receberam uns mais, outros menos a ajuda dos operários paulistas, como orientação, visitas de líderes sindicais e operários esclarecidos para fundar esses sindicatos, preparar os papéis necessários ao seu registro e, mesmo, ajuda financeira.¹⁷⁰

Essa afirmação de Vera pode ser complementada com a memória de Lyndolpho Silva sobre a relação entre os sindicatos rurais e operários,

Desde 1953, o movimento sindical urbano começou apoiando fortemente a organização dos camponeses. Muito bem, agora a maioria dos sindicatos – os principais estavam geralmente aqui em São Paulo e no Rio de Janeiro, em vários outros pontos importantes – eram aqueles que, se nem todos estavam ligados ao Partido Comunista, tinham condições democráticas e estavam a favor disso.¹⁷¹

Nesse sentido os militantes do PCB buscavam, de alguma forma, colocar em prática as suas resoluções. De certa forma, como comunistas e influenciados pelo pensamento leninista, Vera e seus companheiros mantinham firmes a busca pela unidade operário-camponesa, por mais que em determinados momentos questionavam a debilidade da aliança pela falta de apoio dos operários urbanos no interior.¹⁷²

¹⁶⁹ VERA, **No programa do PCB está a salvação dos camponeses**, 1954

¹⁷⁰ VERA, Nestor. Os sindicatos rurais e a ajuda fraternal da classe urbana. **Voz Operária**, Rio de Janeiro, 08 de março de 1958.

¹⁷¹ CUNHA, **O camponês e a história**, 2004, p. 64.

¹⁷² VERA, **Os sindicatos rurais e a ajuda fraternal da classe urbana**, 1958.

As reflexões sobre a questão camponesa e a questão agrária geraram debates desde os primórdios das lutas socialistas, e no PCB isso se manteve ao longo de toda a sua trajetória no século XX. Dentro do Partido, com aumento das lutas camponesas e sua importância na esfera política levaram a uma elevação da discussão sobre esse aspecto. Por muitos anos seguiram o direcionamento da III Internacional Comunista em relação ao mundo rural, sobre a ideia de países semifeudais, na justificativa de colocar em prática o modelo russo em outras realidades. No Brasil, como em outros diversos países, os comunistas não faziam de fato uma interpretação realista da sociedade agrária, de uma maneira mecanicista tentaram encontrar um feudalismo no país que fosse base para afirmar sua visão etapista da História e justificar sua ação política.

Medeiros faz uma leitura que da reforma agrária proposta pelo PC a partir dos direcionamentos feitos no IV Congresso, e nas conferências camponesas de 1953 e 1954,

a partir dessas duas conferências, a reforma agrária passou a ganhar progressiva centralidade como elemento articulador das diferentes lutas que se travaram no campo, ao mesmo tempo em que se procurava fazer, mais intensamente, a socialização dos significados de que ela era portadora. Ela também começou a aparecer mais organicamente articulada com as linhas políticas gerais do PCB, principalmente a partir do IV Congresso do partido, que ocorreu em 1954.¹⁷³

A conjuntura política daquele ano teve influência dos caminhos tortuosos da dinâmica da luta de classes. O antigo ditador brasileiro que havia voltado para o cargo de Presidente da República pelo voto popular teve como fim trágico o suicídio. Getúlio Vargas ao longo de 1954 sofreu com as intemperes econômicas, com a oposição nacional e internacional, além da forte pressão dos latifundiários devido ao seu apoio à ideia de sindicalização rural. Com o avanço das mobilizações camponesas no Estado de São Paulo em prol da realização da CNTA, que estabeleceria a ULTAB, Vargas tentou bloqueá-los de alguma forma, como bom manipulador o jeito encontrado foi criar os sindicatos rurais aos seus moldes, sendo anunciado que este estado seria o primeiro a receber essas organizações representativas.¹⁷⁴

O historiador Cliff Welch ressalta o antagonismo da Sociedade Rural Brasileira (SRB) aos planos de Vargas. Os ruralistas afirmavam que aquele não era o momento de sindicalização rural, que seria uma manobra varguista para uma “*futura república soviética*” no país, chegando a entrar com uma representação contrária ao projeto encaminhada ao General Aginaldo Caiado de Castro, chefe do Conselho de Segurança

¹⁷³ MEDEIROS, **Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses**, 1995. p. 105.

¹⁷⁴ WELCH, **A semente foi plantada**, 2010, pp. 234-240.

Nacional. De forma não muito inteligente, mas com uma retórica patronal característica da elite, a SRB afirmou que a organização sindical era um direito sagrado, mas que não poderia ocorrer naquele momento devido aos problemas econômicos e que os patrões já estavam reféns dos trabalhadores no tocante as negociações devido à “*escasez de braços e o êxodo rural*”.¹⁷⁵

No curso do desenvolvimento econômico brasileiro, o governo varguista se empenhou em um processo de autonomização de sua economia. Como aponta Ruy Mauro Marini, no desenvolvimento das forças produtivas, em um determinado momento, passam da indústria leve, aquelas ligadas aos bens de consumo não duráveis, para a indústria pesada que produza bens duráveis e capital.¹⁷⁶ Para que esse processo econômico se complete é necessário, segundo Marini, que a burguesia nacional crie consciência do esgotamento relativo do mercado interno para se posicionar frente ao mercado externo.

Esto la impulsa a intentar la ampliación de la escala de mercado, ya mediante la apertura de frentes externos (política seguida inicialmente por Perón), ya a través de la dinamización del mismo mercado interno, mediante políticas de redistribución del ingreso, que van desde el aumento de salarios hasta el planteamiento de una reforma agraria (lo que sucedió, un poco, con Perón y más con Vargas, en su segundo período de gobierno, 1950-54).

É nesse processo histórico que a crise do governo de Vargas se fixou, pois, sua política conciliatória entre as classes e as frações de classe chegou ao seu ponto crítico. Marini aponta que ao adotar uma política econômica para o desenvolvimento das forças produtivas, a burguesia nacional exige mais excedente de capital para investimento, necessita transferir o capital do setor exportador para investir no mercado interno e na defesa do mercado nacional. Dessa forma, “*la burguesía choca simultáneamente con la clase latifundista-mercantil y con los trusts internacionales a los que está conectada la economía por sus actividades de exportación e importación.*”¹⁷⁷

É nesse nó górdio que Getúlio Vargas tentou seu apoio na classe trabalhadora urbana e rural, no entanto, do outro lado do campo de batalha foram se fixando mais inimigos do que aliados. Na ânsia de levar o governo mais para a esquerda, o PCB também levantava críticas ao ex-ditador, os comunistas tiveram forte atuação na “*Campanha do Petróleo é Nosso*” e na criação das empresas estatais. Nestor Vera

¹⁷⁵ WELCH, A **semente foi plantada**, 2010, p. 235. Interessante pensarmos que em pelo 2017 os herdeiros dessa elite ainda mantem o mesmo discurso para acabar com a CLT e os direitos da classe trabalhadora.

¹⁷⁶ MARINI, Ruy Mauro. **Subdesarrollo y revolución**. México: Siglo XXI Editores, 1974. p. 6.

¹⁷⁷ MARINI, **Subdesarrollo y revolución**, 1974, p. 6

comandou diversas manifestações em Santo Anastácio e Presidente Prudente pelo petróleo nacional.¹⁷⁸

Vera criticou Vargas por não empreender de fato um projeto de reforma agrária, segundo ele, o presidente era um latifundiário que atendia aos interesses dos grandes capitalistas e ao imperialismo. Nestor Vera escreveu alguns artigos defendendo o Programa Comunista que tinha como meta a luta de libertação nacional, mas se posicionava contra o líder petebista, dessa forma afirmava que em

torno do Programa, sente-se a aglutinação de todas as forças e camadas sociais do país dedicadas ao justo caminho de romper os grilhões do odioso domínio do imperialismo norte-americano e extirpar as raízes apodrecidas do regime colonial-feudal dos latifundiários e grandes capitalistas representados pelo governo nefando de Vargas.¹⁷⁹

Ao posicionarem contrários a Vargas, os comunistas também corriam certo risco político de perderem apoio da classe trabalhadora, que via no Presidente alguém que olhava por eles. Assim, próximo do fim trágico de Getúlio, o PCB começou a defendê-lo, saindo fortalecido politicamente após o seu suicídio.¹⁸⁰ Com isso, os comunistas passaram a hegemonizar os sindicatos brasileiros, mesmo dividindo o palco, em alguns locais, com petebistas.¹⁸¹

Segundo consta na ficha do Serviço de Informação do DOPS, Nestor Vera, em 1955, era suplente da direção do Comitê do PCB de Santo Anastácio.¹⁸² Provavelmente Vera estava naquela região de conflitos agrários do Pontal do Paranapanema, na organização dos sindicatos rurais.

Neste mesmo ano, a conjuntura política foi se alterando para a organização camponesa, a vitória de Juscelino Kubitschek (Partido Social Democrático - PSD) e João Goulart (PTB), Presidente e Vice-Presidente respectivamente. Na posse dos dois, como símbolo de uma aliança, figurou Geraldo Tibúrcio, da ULTAB.¹⁸³ O jornal *Terra Livre* publica uma matéria com o seguinte título “*Dia de festas para o povo a posse de Juscelino e Jango*”.¹⁸⁴ Os camponeses puderam contar com liberdade de atuação em suas entidades

¹⁷⁸ Ficha do Serviço de Informação. Delegacia de Ordem Social – Dossiês do Setor de Análises, Operações e Informações, SOI OS 1043, pasta 124, documento nº 12.

¹⁷⁹ VERA, Nestor. Um problema fundamental do Programa: A questão do Poder. Tribuna de IV Congresso, **Voz Operária**, 2º Suplemento, Rio de Janeiro, 26 de junho de 1954. p. 2.

¹⁸⁰ WELCH, **A semente foi plantada**, 2010, p.240.

¹⁸¹ Cf. SANTANA, Marco Aurélio. **Homens partidos: sindicatos e comunistas no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2001.

¹⁸² Ficha do Serviço de Informação. Delegacia de Ordem Social – Dossiês do Setor de Análises, Operações e Informações, SOI OS 1043, pasta 124, documento nº 12. p. 1.

¹⁸³ WELCH, **A semente foi plantada**, 2010, p. 261.

¹⁸⁴ **Terra Livre**, Ano VII, nº 60, Janeiro de 1956.

representativas, Kubitschek e Goulart eram mais favoráveis com as reformas e fez “vista grossa” a atuação do PCB.

Com a realização do XX Congresso do PCUS, em 1956, e a denúncia de Krushev contra Stálin, houve todo um abalo nas estruturas dos partidos comunistas em todo o mundo. No Brasil, dentro do PC já estava ocorrendo, há alguns anos, disputas internas e questionamentos pelo mandonismo que foi característica herdada da entrada dos tenentes da década de 1930.¹⁸⁵

A crise interna do PCB levou ao imobilismo das atividades no campo, alguns dos principais dirigentes, como José Portela e Geraldo Tibúrcio, voltaram para suas casas para trabalharem na roça. Da direção da ULTAB sobrou apenas Lyndolpho Silva, sem saber exatamente qual trabalho iria realizar.¹⁸⁶ A crise política dos comunistas teve inflexão também nas suas finanças. O jornal *Terra Livre*, em 1956 publicou apenas 19 números, no ano seguinte a queda foi drástica, foram publicados dois números apenas. A sindicalização rural também sofreu queda de 52 sindicatos, em 1956, para somente 6 em 1957.¹⁸⁷

O Partido Comunista passou por transformações internas a partir de 1956, o silêncio diante as declarações de Krushev durou nove meses até um grupo de jornalistas e intelectuais questionarem a política interna dos Comunistas brasileiros e críticas ao PCUS. Segundo José Antonio Segatto,

em meio à crise e às contestações, o grupo de dirigentes e militantes que havia iniciado o debate e propugnava por uma renovação drástica, liderado por Agildo Barato, é colocado para fora do PCB. No outro extremo, um grupo conservador que se recusava a fazer autocrítica e resistia às transformações reivindicadas (João Amazonas, Maurício Grabóis, Pedro Pomar e outros) é isolado. No centro, uma maioria pragmática que absorve concepções do primeiro, conservando ideias do segundo, implementa as mudanças renovadoras.¹⁸⁸

Nos anos de 1956/1957 não há referências das atividades políticas de Nestor Vera, os órgãos de repressão que o vigiavam não apontam nada em sua documentação. Uma hipótese é que as fragilidades internas, que levaram Portela e Tibúrcio para suas casas, também pode ter afetado Nestor Vera e ter se preocupado com sua subsistência e da sua família. Todavia, isso não quer dizer que esteve afastado do Partido ou mesmo dos

¹⁸⁵ PRESTES, A **que herança os comunistas devem esquecer**, 1980.

¹⁸⁶ CUNHA, **O camponês e a história**, 2004.

¹⁸⁷ CUNHA, **Aconteceu longe demais**, 2007, p. 94.

¹⁸⁸ SEGATTO, José Antonio. PCB: a questão nacional e a democracia. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática: da democracia de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Vol 3**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

debates internos. Em artigo publicado pelo *Voz Operária*, em maio de 1957, Vera realizou uma crítica ao principal articulador dos “reformistas”, Agildo Barata.¹⁸⁹

A crítica de Vera à ideia de reformas de Barata é referente a concepção da luta pela reforma agrária. De acordo com Vera, o ex-tenentista acreditava que o PCB tinha um programa muito radical que não atendia as demandas do campesinato devido ao seu atraso organizacional,

É inegável, no momento atual, o avanço mais rápido da luta anti-imperialista em nosso País, em relação ao movimento camponês que se encontra em grande atraso. Este fato indica um desenvolvimento preponderante das tarefas anti-imperialistas no processo atual da luta revolucionária, tarefas que possivelmente não coincidirão com as medidas agrárias de caráter radical, formuladas pelo Programa do PCB, mas que podem e devem coincidir com algumas reformas na estrutura agrária.

Na interpretação de Nestor Vera a ideia de reformar a estrutura agrária feriria os anseios dos camponeses pela posse da terra, o camponês comunista manteve firme sua posição de que para acabar com a influência do imperialismo era necessário abolir o latifúndio, e para tal tinha que ser feito a distribuição de terras dos latifundiários para os trabalhadores sem-terra e com pouca terra.

Diminuir a luta contra o atual regime de posse da terra, como propõe o camarada Agildo, alegando atraso do movimento camponês, e colocar em segundo plano a luta pela revolução agrária, que visa destruir o monopólio da terra é enfraquecer a luta anti-imperialista em nosso país, é favorecer ao imperialismo norte-americano.¹⁹⁰

Esse artigo de Vera apresenta algumas evidências interessantes sobre seu posicionamento nos embates internos do PCB. Primeiro é sua posição frente a Agildo Barata, rebatendo a tese de reformas deste; a outra evidência são as diversas citações que faz sobre Luiz Carlos Prestes, o líder comunista aglutinava um ala importante no partido e que manteve uma posição de renovadora na direção partidária. Por fim, o conteúdo em si do artigo revela que Vera preservava sua confiança no programa do partido e na luta que havia realizado em seus anos de militância.

Em março de 1958 o Partidão lança um novo documento fazendo autocrítica de suas posições, o grupo dos “renovadores”, liderados por Luiz Carlos Prestes e Giocondo Dias, tornou pública a “*Declaração sobre a política do Partido Comunista Brasileiro*”, conhecida como “*Declaração de Março de 1958*”, clamava o Partido a tomar posições de massa, incentivou o debate interno e a democracia. Entretanto, no tocante a realidade

¹⁸⁹ VERA, Nestor. O Programa do PCB e a Reforma Agrária. *Voz Operária*, Rio de Janeiro, 25 de maio de 1957. p. 8.

¹⁹⁰ VERA, *O Programa do PCB e a Reforma Agrária*, 1950.

brasileira, manteve-se a ideia de semifeudalidade e do domínio imperialista; dessa forma, a luta continuava a ser antifeudal e anti-imperialista, com uma frente composta por operários, camponeses, pequena burguesia e a burguesia nacional.

Esse importante documento refletiu o contexto da economia política daquele momento, segundo Anita Leocádia Prestes a *Declaração* possuía um caráter nacional-desenvolvimentista.¹⁹¹ Outras formas de pensamento também apostavam nessa vertente como é o caso da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), fundada em 1948, que contou com o célebre economista brasileiro Celso Furtado.

Anita Prestes faz uma crítica a essa ideia que o PCB adotaria o caráter de massas,

não seria correto afirmar que com a ‘Declaração de Março’, o ‘PCB iniciou sua longa caminhada em direção a ampla política de massas’, pois, em primeiro lugar, se estaria negando todo o passado de lutas do PCB, negando páginas da sua história, como a formação de uma ampla frente única em 1935 – a Aliança Nacional Libertadora – e, em segundo lugar, seria exagerar os êxitos reais que o Partido obteve no período pós-58, esquecendo a grave derrota de 1964 – testemunho de que sua ligação com as massas era na verdade débil. Debilidade esta que provinha de anos de erros acumulados, de uma visão estratégica da revolução falsa e de direita, de orientações táticas imediatistas e desligadas de uma visão política geral.¹⁹²

Com a perspectiva de aumento dos sindicatos para a formalização da política de massas, o Partido buscou ampliar novamente sua influência junto às massas camponesas. Um dos principais articuladores da tese de formação de sindicatos rurais foi Alberto Passos Guimarães que, segundo Raimundo Santos, “*não só oferece fundamento à reorientação do PCB anunciada na Declaração de Março de 1958, como propicia referência à nova tática pecebista de “criar sindicatos para mobilizar as massas camponesas”*”.¹⁹³

A Declaração política dos Comunistas em relação ao setor camponês era de dúvidas e desconfiças. No comunicado afirmava que o movimento no campo ainda estava muito atrasado e com baixo nível de adesão e organização; assim, deveriam, os militantes, apoiarem as reivindicações imediatas e na formação dos sindicatos rurais. Segundo a Declaração:

Os camponeses constituem a massa mais numerosa da Nação e representam uma força cuja mobilização é indispensável ao desenvolvimento conseqüente das lutas do povo brasileiro. O movimento camponês se encontra, entretanto, bastante atrasado, sendo baixíssimo o seu nível de organização. Para impulsionar o movimento camponês é preciso

¹⁹¹ PRESTES, Anita Leocádia. **Luiz Carlos Prestes: o combate por um partido revolucionário (1958-1990)**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

¹⁹² PRESTES, **A que herança os comunistas devem esquecer**, 1980, p. 217

¹⁹³ SANTOS, Raimundo. Política e Agrarismo no Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura**, vol. 17, n. 1, abr. 2009. p. 122

partir do seu nível atual, tomando por base as reivindicações mais imediatas e viáveis (...). Também no campo, a atuação através de formas legais de luta e de organização é aquela que permite alcançar êxitos para as massas. Assim é que tem progredido, além das associações rurais e cooperativas, a organização dos assalariados e semi-assalariados em sindicatos, que já obtiveram vitórias em contendas com fazendeiros.¹⁹⁴

Esse posicionamento, tomado dentro do Partido, não levava em consideração as vitórias na conquista de terras em Porecatu, Trombas e Formoso ou mesmo nas questões organizativas frente aos camponeses nas lutas com as Ligas camponesas, até mesmo com a ULTAB. Conciliando com outras organizações, o PCB teve uma efetiva vitória no campo, fazendo com que no cenário político e social brasileiro, o campesinato fosse visto como agente social atuante.

Nego Carreiro, camponês da luta de Trombas e Formoso, em um depoimento realizado com Janaína Amado, mostrou a importância das lutas camponesas para quem se rebelou contra a opressão que sofriam. Nas palavras de Nego, até então ele não era visto como pessoa, sendo a participação no movimento organizado em colaboração com militantes comunistas como Geraldo Tibúrcio, que lhe trouxe o sentimento de ser visto de outra forma:

- ‘Alimpou’, assim como?
- Alimpou, mostrou pr’aquele povo ruim de lá que eu não era o que eles achava que eu era. Eu penso que eu respondi a eles. Mostrei que eu era alguém. Eu mostrei que era uma pessoa.¹⁹⁵

Foi com a participação dos comunistas que o camponês pobre passou a ser visto como gente.

O ano de 1959 marcou a retomada dos trabalhos da ULTAB, Lyndolpho Silva que havia ficado sozinho na sede da capital paulista teve de volta seus companheiros, incluindo a chegada para a direção da entidade Nestor Vera. Em setembro realizou-se a I Conferência Nacional da entidade. Para o historiador Cliff Welch foi o momento que o Partido Comunista “*retomou seu lugar na vanguarda do movimento*”.¹⁹⁶ A Conferência Nacional contou com a participação de 122 associações de lavradores e sindicatos, representados por delegados de dezessete estados brasileiros. Sobre a direção do movimento formou-se o Conselho de Representantes da ULTAB, tendo como presidente

¹⁹⁴ “*Declaração sobre a política do Partido Comunista Brasileiro*”. In. SANTOS, Raimundo. **Agraristas políticos brasileiros**. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira, 2007. p. 188-189.

¹⁹⁵ AMADO, Janaína. **Eu quero ser pessoa. Revolta camponesa e política no Brasil**. (Mímeog), s/d. p. 50.

¹⁹⁶ WELCH, **A semente foi plantada**, 2010, p. 291.

Pedro Renaux Duarte e Lyndolpho Silva como secretário-geral.¹⁹⁷ Segundo a memória de Silva,

Em setembro de 1959 aconteceu um negócio bonito, porque, apenas por controle de atividade e tal da entidade, acabaram realizando a eleição nesse encontro na sede do Sindicato da Construção Civil, aqui em São Paulo. Estavam todos lá. Não veio gente de todo o país, mas só do estado do Rio de Janeiro veio um ônibus com todas as pessoas, tinha gente do interior de São Paulo, daqui, dali, enfim, permitiu a eleição da diretoria da Ultab. Eu fiquei como presidente.¹⁹⁸

Um dos primeiros conflitos que Nestor Vera teve contato, após assumir a diretoria da ULTAB, foi em Santa Fé do Sul em fins de 1959. Em 1950, José de Carvalho Diniz, conhecido por Zico Diniz, adquiriu terras da Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização (CAIC) que posteriormente, em 1954, repassou para três prepostos com intuito de desmatar a área para criar uma propriedade de inverno, os prepostos subarrendaram para 300 famílias com contrato verbal de que deveriam arrancar a mata e plantar capim-colonião em três anos.

Após dois anos do trabalho mais duro que era derrubar a mata e cultivar a terra, os subarrendatários foram expulsos. Mesmo procurando a Justiça as famílias foram expulsas, o juiz deu ganho de causa para Zico Diniz, pois afirmava que não havia autorizado os prepostos a subarrendarem as terras, e como o contrato era verbal o juiz ligado a latifundiário disse que não havia nada a ser feito. Depois de um tempo, Zico Diniz e seus prepostos subarrendaram novamente as terras, com valores mais altos sobre o arrendamento, os novos subarrendatários poderiam cultivar a terra no prazo de três anos.

199

Ao todo, 800 famílias trabalhavam nas fazendas de Diniz plantando capim, mas tinham o direito de cultivar alimentos de subsistência e pequeno comércio. Antes de terminar o contrato os subarrendatários pediram prorrogação de mais um ano, pois no ano anterior houvera poucas chuvas o que atrapalhou no cultivo. Dessa forma, ficou acordado que julho de 1959 findaria o contrato. No entanto, como explica a socióloga Vera Chaia, enquanto os arrendatários serviam aos interesses de Zico Diniz tudo corria tranquilamente, ao término de seu trabalho com a terra, já não se importava.

Verifica-se que, na realização da frente pioneira enquanto expressão do capitalismo no campo, tensões sociais são geradas entre o proprietário de terras e os pequenos arrendatários. O proprietário pretendeu formar sua propriedade para a

¹⁹⁷ Convocada para setembro a conferência da Ultab. **Terra Livre**, nº 86, São Paulo, Março de 1959.

¹⁹⁸ CUNHA, **O camponês e a História**, 2004, p. 76.

¹⁹⁹ CHAIA, Vera. **Os conflitos de Arrendatários em Santa Fé do Sul - SP (1959-1969)**. Dissertação de mestrado, FFLCH-USP, São Paulo, 1980.

invernada, de tal maneira que aumentasse a rentabilidade de seu capital, enquanto os arrendatários desejavam, orientados por uma ética paternalista, prorrogar seus contratos, acreditando na boa vontade do proprietário.²⁰⁰

Novamente antes do término do contrato Zico Diniz tentou expulsar as famílias de suas terras, e dessa vez houve resistência. Por não saírem o proprietário mandou plantar capim-colonião junto às plantações para sufocá-las e obrigar os camponeses saírem das terras. Nesse momento, formaram a Associação dos Lavradores de Santa Fé do Sul, liderada por Jofre Correa Neto, que tinha ligações com o PCB.²⁰¹ A partir daí começou a “*operação arranca capim*”, os camponeses arrancavam o capim plantado por Diniz.

O conflito teve maior repercussão com o atentado contra Jofre Correa Neto, conhecido também como Capitão Jofre. Um capanga de Zico Diniz atirou na boca e na perna do líder dos arrendatários, mas sem sucesso para um trágico fim. O atentado chamou a atenção da mídia, e os Comunistas ampliavam a divulgação do embate, a grande imprensa deu *status* para Jofre Correa Neto de “*Fidel Castro do sertão*”. Com medo que a situação saísse do controle o governo do estado encaminhou uma comissão para intermediar uma solução.

Em 1959, Vera publicou um artigo na *Revista Brasiliense* sob o título “*Os Acontecimentos de Santa Fé do Sul*”, Nestor Vera explicava que o embate naquelas fazendas só ocorreu devido à estrutura monopolista da terra, ou seja, o latifúndio. A concentração de terra no Estado de São Paulo se assemelha a situação brasileira; para Vera, por mais que o capital tenha avançado extensamente no interior paulista não entrou em contradição com o latifúndio, pelo contrário se fundiram.

Se em São Paulo a grande maioria das terras já se acha apropriada, a mesma mentalidade latifundiária domina: aquela que pretende defender pela violência, pelo assassinato, não os direitos dos proprietários, mas o abuso destes direitos. Este é o caso de Santa Fé do Sul, em que latifundiário, para expulsar de suas terras famílias que as arrendavam e que exigiam unicamente que lhes fosse reconhecido o direito de nelas permanecerem (embora não possam provar este direito com algum contrato escrito) manda assassinar o homem que dirigia aquele povo em sua luta. O que se verifica no Estado de São Paulo é o monopólio da terra; a especulação sobre o seu valor.²⁰²

Essa questão do monopólio da terra que ocorreu em São Paulo, descrita por Nestor Vera, é inerente ao modo de produção. No livro III de *O Capital*, Karl Marx conceitua sua ideia sobre a renda da terra e apresenta que o “*monopólio da propriedade da terra é uma premissa histórica e segue sendo o fundamento permanente do modo capitalista de*

²⁰⁰ CHAIA, Vera. Santa Fé do Sul: A Luta dos Arrendatários. **Cadernos AEL**, n. 7, 1997. p. 13.

²⁰¹ CHAIA, **Os conflitos de arrendatários**, 1980.

²⁰² VERA, Nestor. Os acontecimentos em Santa Fé do Sul. **Revista Brasiliense**, nº 25, set/out, 1959.

produção”.²⁰³ Assim, o processo histórico que ocorreu em Santa Fé do Sul, e outras regiões do interior paulista, representa o movimento apontado por Marx e descrito pelo geógrafo Tiago Cubas ao analisar a São Paulo agrária cuja a lógica do capital sobre o monopólio da terra leva a uma menor população no campo e mais na produção de investimentos de capital nas terras, ou seja, a expropriação dos camponeses para venderem sua força de trabalho ao latifundiário.²⁰⁴

Em agosto de 1960, Nestor Vera, representando a ULTAB, participou de uma comitiva composta por José Flores e Dante Pelacani, ambos dirigentes sindicais, o deputado Luciano Lepera e Paulo Vanzolini, representante do governo estadual. A comitiva conversou com os camponeses e tentou diálogo com Zico Diniz, mas este não facilitou a conversa, segundo o jornal *Terra Livre* o latifundiário estava armado junto de mais oito capangas afirmando terem diversas armas na fazenda. Dessas reuniões não saiu nenhum tipo de acordo entre as partes.²⁰⁵

Segundo Vera Chaia, Nestor Vera esteve junto aos camponeses de Santa Fé do Sul até o final do conflito, conjuntamente de outros militantes, bem como José Flores Navarro e Luciano Lepera.²⁰⁶ Com as negociações o contrato entre Diniz e os subarrendatários foi estendido, mas não contemplou todos camponeses que estiveram na disputa, e nem mesmo ao agrado de todos os que firmaram a prorrogação do contrato.

Em julho de 1960, os camponeses da Associação pediram a renovação automática do contrato para novo período, algo que foi negado por Zico Diniz. Novamente tentou-se uma mesa de negociações entre Governo, PCB, camponeses e o latifundiário, todavia este último não queria mais conversa e começou a reprimir fortemente as famílias dos camponeses. Nem mesmo ao governo de Carvalho Pinto conseguiu parar Zico Diniz que soltou sua “*boiada*” nas fazendas destruindo tudo por onde passava. Os subarrendatários, com medo e sem a mesma organização que tiveram no ano anterior, acabaram por abandonar a terra.²⁰⁷

O V Congresso do PCB aconteceu em agosto de 1960, como tendência da conjuntura política do partido houve um debate interno que preparava os trabalhos para o congresso. Em abril daquele ano foram divulgados as *Teses Para Discussão* e os

²⁰³ MARX, Karl. **O Capital, livro III**. Ed. Os economistas. São Paulo: Nova Cultura, 1985-1986. p. 122.

²⁰⁴ CUBAS, Tiago Egídio A. **O São Paulo Agrário na era globalização**. Tese de doutorado em Geografia. Unesp – FCT, Presidente Prudente, 2017.

²⁰⁵ Zico Diniz e seu cangaço estão queimando ranchos em Santa Fé. **Terra Livre**, ano XI, nº 94, São Paulo, 1959. p. 2

²⁰⁶ CHAIA, **Santa da Fé do Sul**, 1997, p. 26.

²⁰⁷ CHAIA, **Santa Fé do Sul**, 1997.

Estatutos do PCB no novo órgão central o “*Novos Rumos*”, o nome do jornal é bem elucidativo sobre a tendência de “renovação” partidária. Nos meses que antecederam o encontro comunista o “*Novos Rumos*” publicou a seção *Tribuna de Debates*, espaço aberto para o debate entre militantes e dirigentes sobre a política pecebista, as *Teses* e suas propostas para o Congresso.

Anita Leocádia Prestes aponta que na *Tribuna de Debates* se evidenciou duas tendências no Partido. O primeiro grupo, liderado por Prestes, que apostava nas leituras da *Declaração de Março de 1958*, tido como os “renovadores” e um segundo grupo que integrava João Amazonas, Maurício Grabois e Pedro Pomar, os quais defendiam a política anterior a 1958 se recusando a reconhecer os erros sectários cometidos pela Direção.²⁰⁸

Para o setor agrário adotou-se uma mudança na tática em comparação ao ciclo de conflitos anteriores a *Declaração de 1958*, como aponta o cientista social Paulo Cunha, houve uma acomodação das lutas como de Porecatu (PR) e Trombas e Formoso (GO), dessa forma se valorizou a sindicalização rural algo que já estava sendo bem utilizada pela ULTAB.

Decorrente dessa reflexão, observam-se como ponto central de linha de ação a mobilização e a organização dos trabalhadores rurais, mediante uma tática que procurava ocupar espaços, principalmente pela sindicalização a partir das reivindicações imediatas, como a baixa das taxas dos arrendamentos, a prorrogação dos contratos, a garantia contra despejos, a permanência dos posseiros na terra e a legitimação das posses. Essa proposta tinha por objetivo desarticular a influência das Ligas de Francisco Julião e da igreja, ambas nesse momento bastante atuantes no meio rural.²⁰⁹

Em 1960, Nestor Vera participou da *Tribuna de Debates* com três artigos referentes ao campesinato, “*O papel dos camponeses na Revolução*”, “*As teses e a análise crítica da atuação do Partido*” e “*Ainda sobre os camponeses*”, publicados em junho e julho respectivamente no *Novos Rumos*. Esse primeiro artigo Vera inicia aclamando a importância do momento que o Partido se encontrava ao debater as *Teses de Discussão* e os *Estatutos*, nesse sentido confiava que Partido Comunista deveria estar alinhado ao movimento comunista internacional priorizando a URSS e o PCUS, ser fiel aos soviéticos poderia auxiliar no caminho correto para a Revolução no Brasil.

O fundamental é ter uma posição correta com o movimento comunista internacional estar enquadrado com justeza dentro do internacionalismo proletário. Esta

²⁰⁸ PRESTES, Luiz Carlos Prestes, 2012.

²⁰⁹ CUNHA, *Aconteceu longe demais*, 2007, p. 104.

é a pedra 'toque' que define a posição de classe marxista-leninista de um Partido Comunista.²¹⁰

O líder camponês deixa clara sua crítica ao grupo que denominou de “*revisionista*”, posição que mantinha desde as oposições de 1956. Com o XX Congresso do PCUS, o revisionismo aumentou nas fileiras do PCB atacando três princípios fundamentais de um Partido Comunista, segundo Nestor Vera, são eles: “1º) a hegemonia do proletariado na Revolução; 2º) a existência do Partido Comunista; 3º) a aliança operária camponesa”.²¹¹ Apresenta que os revisionistas tinham como política central a revolução democrática burguesa, tendo a burguesia a hegemonia e o proletariado seu aliado, renegando o campesinato como força nessa etapa. Por outro lado, ao se referir sobre a “*Declaração de Março de 1958*” explicita que a questão camponesa foi deixada de lado ou mesmo em segundo plano, com isso posições à direita foram sobrepostas como do aliado principal do proletariado ser a burguesia.

Na hipótese de Vera, o campesinato seria o aliado fundamental do operariado para avançar a etapa democrático-burguesa, pois essas classes pressionariam a burguesia nacional entrar em contradição com o imperialismo e ao latifúndio. Tão somente assim poderiam vencer, pois se deixassem apenas pela burguesia não superariam o monopólio da terra e latifúndio, que seriam as bases de exploração imperialista no Brasil.

Não se pode falar da hegemonia do proletariado na revolução sem falar e colocar em primeiro plano a questão camponesa, como não se pode falar de um Partido Comunista à altura, ideologicamente, de conduzir o proletariado ao poder e mantê-lo no poder, se não colocar a questão camponesa como questão central para a vitória da revolução.²¹²

Nos debates internos do PCB havia um grupo que descrevia que, no sentido etapista brasileiro, a única saída viável para avançar em seu desenvolvimento era a união com a burguesia nacional, para combater o imperialismo estadunidense; por pensarem que essa fração de classe teria o interesse de desenvolver um capitalismo nacional, assim barrariam os interesses do capital estrangeiro e colocaria fim no caráter semifeudal da sociedade agrária. O que se refletiu diretamente nas teses do PCB, na “*Declaração de Março de 1958*” e no V Congresso, algo que gerou forte crítica de Nestor Vera.

Infelizmente nosso Partido não está tratando a questão camponesa com acerto. Não temos uma posição de princípio justa. A subestimação e desprezo pelo trabalho camponês reflete bem nossa posição de direita. Se não mudarmos de posição, os prejuízos ao movimento revolucionário serão incalculáveis. No trabalho de campo está o ‘calcanhar

²¹⁰ VERA, Nestor. O papel dos camponeses na Revolução. **Novos Rumos**, nº 66, ano II, Rio de Janeiro, 3 a 9 de junho de 1960.

²¹¹ VERA, **O papel dos camponeses na revolução**, p. 3.

²¹² VERA, **O papel dos camponeses na revolução**, p. 3.

de Áquiles' de nosso partido. Esta é uma questão ideológica ainda a ser resolvida por nós. (...) E há mesmo dirigentes de alta responsabilidade que acham que, como o movimento camponês está atrasado em relação ao movimento contra o imperialismo americano, então o fundamental é a aliança com a burguesia e setores de latifundiários, quando a luta anti-imperialista só tomará seu devido impulso na hora em que tivermos um forte movimento camponês pela terra contra o latifúndio.²¹³

Vera não entra em contradição com a tese etapista do PCB, para ele, no Brasil, deveria realizar a Revolução por etapas: primeiro a democrático-burguesa e posteriormente a etapa superior, a socialista. Sua contradição está no papel dos agentes para realizar tal tarefa, tinha por certeza que mesmo na primeira etapa o proletariado deveria ser hegemônico com fundamental aliança com o campesinato.

O pensamento etapista apareceu na época da II Internacional Socialista, na qual os socialdemocratas criam um dogma em volta dessa ideia. Mesmo que os comunistas tenham rompido com a socialdemocracia, fundando a III Internacional Comunista, no que tange a questão de Revolução por etapas, continuou como se fosse uma tradição do movimento. No IV Congresso da III I.C. foram aprovadas teses sobre os chamados “*países coloniais e semicoloniais*”, no qual se incluíam os países latino-americanos, os comunistas dessas regiões junto às massas deveriam realizar uma luta contra o imperialismo e regime feudal. Portanto, realizar a revolução democrático-burguesa a fim de fortalecer o desenvolvimento das forças produtivas para, só assim, partirem para o socialismo.

A teoria da revolução por etapas pertencia ao arsenal teórico do socialismo; mas a social-democracia fizera disto uma espécie de dogma subtraído a oscilações e destacado da realidade, o qual, por seu turno, contribuía para construir uma rede de leitura deformante do significado das lutas camponesas no processo revolucionário. Apatia e jacqueries, conseqüentemente, terminavam por ser atribuições mais adequadas com que se caracterizava a realidade complexa do mundo camponês.²¹⁴

Alberto Passos Guimarães teve papel fundamental em 1958, e também no programa do V Congresso (1960), ele acreditava que a revolução agrária poderia ser realizada sem a participação do campesinato, por avaliar que no Brasil essa classe e movimento eram incipientes e não revolucionários. Acreditava que o país deveria fazer sua revolução anti-imperialista e antifeudal, sendo que o operariado, organizado e mais consciente de seu papel histórico revolucionário, poderia caminhar em direção de aplicar uma transformação no âmbito rural, sem contar com o apoio do campesinato. Fazer uma

²¹³ VERA, **O papel dos camponeses na Revolução**, p. 3.

²¹⁴ RIZZI, Franco. A Internacional Comunista e a questão camponesa. In. HOBBSAWM, Eric. **História do Marxismo VI: o Marxismo na época da Terceira Internacional**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. p. 222.

reforma agrária não camponesa, Passos Guimarães, afirmava que depois de o proletariado fazer a reforma agrária, assim, poderia contar com o camponês para dar sequência na revolução antifeudal e antiimperialista.

O cerne da sua teoria de reforma agrária não camponesa se baseava, como explica Raimundo Santos, em utilizar os assalariados agrícolas e os semi-assalariados, como meio de fazer a ponte entre o grupo revolucionário, os operários, com os camponeses,

Alberto Passos Guimarães diz que a brasileira seria uma revolução rural que começaria a partir de uma base de apoio criada pela luta de classes, isto é, por meio de um ‘movimento’ não camponês. Ela poderia iniciar-se a partir de uma mobilização de assalariados e semi-assalariados agrícolas (ou, repetindo os termos das Teses: ter suas ‘bases iniciais’ nos sindicatos que o PCB organizava com vistas a alcançar o campesinato).²¹⁵

Guimarães, ao defender as “*Teses*”, ataca o grupo divergente chamando-os de “*oposição esquerdista*”, de “*subjetivistas*” e “*dogmáticos*”. Advoga que o principal inimigo a ser atacado era o imperialismo, especialmente o domínio estadunidense, “*implica reconhecer que a opressão imperialista sobre a nação é mais forte do que a opressão feudal*”.²¹⁶ Aponta que houve uma incompreensão dos direcionamentos para o campo pelo grupo “*esquerdista*”, que não entenderam a contradição com o imperialismo. Citando o artigo de Nestor Vera como exemplo, Guimarães afirma que para Vera haveria duas frentes de luta no campo: “*a frente dos camponeses contra os restos feudais e a frente dos assalariados ou operários agrícolas contra o patronato rural*”.²¹⁷

Alberto Passos Guimarães entende que no Brasil seriam três frentes de lutas no campo: dos camponeses contra o imperialismo; do campesinato contra os restos pré-capitalistas e latifundiários e dos semi-assalariados e assalariados contra os grandes fazendeiros. Nestor Vera responde aos seus interlocutores reafirmando sua tese de que o latifúndio é base econômica do imperialismo no país; sendo assim, as massas camponesas unidas com o proletariado seriam hegemônicas na frente única pela revolução democrático-burguesa, pois se deixassem a burguesia na liderança não iriam empreender a reforma agrária radical e, portanto, não findaria o domínio imperialista.

Creio que a revolução democrático-burguesa, dirigida pela burguesia já realizou algumas de suas tarefas como a conquista da Independência, a proclamação da República, a Abolição da Escravidão, a elaboração da legislação trabalhista e a introdução da Constituição de algumas medidas de caráter democrático como resultado da pressão das

²¹⁵ SANTOS, Raimundo. **Agraristas políticos brasileiros**. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira, 2007. p. 75-76.

²¹⁶ GUIMARÃES, Alberto Passos. As três frentes da luta de classes no campo brasileiro (I). **Novos Rumos, Tribuna de Debates**, 22 a 28 de julho de 1960. p 10.

²¹⁷ GUIMARÃES, **As três frentes de lutas de classes**, 1960, p. 10.

massas. Mas hoje a burguesia não está mais em condições de dar passos decisivos adiante. A transformação radical do país, como a completa emancipação econômica, a destruição do monopólio da terra, a transformação do exército permanente num exército povo, a constituição de um governo popular, verdadeiramente nacionalista e democrático, só poderão ser realizados sob a direção do proletariado aliado, principalmente, com os camponeses.²¹⁸

Ao lado de Nestor Vera em relação às críticas às “*Teses*”, Elias Chaves Neto defende a ideia da união entre operariado e campesinato na luta contra o latifúndio. Chaves Neto se colocou contrário à tese de que a principal contradição no país fosse diretamente contra o imperialismo, em um de seus artigos na “*Tribuna de Debates*” conceitua que na etapa do desenvolvimento histórico do Brasil a fundamental contradição estaria entre latifundiários e massa camponesa, citando o artigo de Nestor Vera como “testemunho” da realidade brasileira em relação a esse assunto.²¹⁹

Se havia conexão entre Chaves Neto e Nestor Vera contra o grupo que redigiu às “*Teses*”, como Passos Guimarães e Jacob Gorender (este último se orgulhava muito, posteriormente, de suas posições no V Congresso)²²⁰, por outro lado divergiam na ação política. Vera defendia o confisco das terras dos latifundiários para distribuir entre os camponeses sem-terra ou com pouca terra²²¹, já Elias Chaves Neto sustentava que não se poderia partir para uma reforma agrária radical para manter alianças com outras classes, naquele momento deveriam receber medidas como “*a aplicação da legislação social no campo, o reconhecimento aos trabalhadores do campo seus direitos democráticos, fortes impostos territoriais que visem baixar o preço especulativo da terra etc.*”²²²

O historiador marxista Caio Prado Jr., igualmente crítico das “*Teses*” do V Congresso, participou dos debates internos do PCB, estabelecia também que a principal contradição que os comunistas deveriam se focar seria entre latifundiários e a massa de camponeses. Prado Jr. explicou em seu artigo “*As Teses e a Revolução brasileira*” que para sanar os problemas econômicos no campo deveria ser facilitado o acesso dos trabalhadores a posse da terra. Assim, sua proposta se assemelha a de Chaves Neto, referente a taxaço do imposto territorial para inibir o latifundiário a liberar terras aos camponeses.²²³

²¹⁸ VERA, Nestor. Ainda sobre os camponeses. **Novos Rumos**, Tribuna de Debates, ano II, nº 73, 22 a 28 de julho de 1960.

²¹⁹ CHAVES NETO, Elias. A contradição principal – Base de uma solução marxista. **Novos Rumos**, Tribuna de Debates, Ano II, nº 70, 01 a 07 de julho de 1960.

²²⁰ Cf. GORENDER, **Combate nas Trevas**, 1987.

²²¹ VERA, **O papel dos camponeses na Revolução**, 1960.

²²² CHAVES NETO, **A contradição principal**, 1960.

²²³ PRADO JR., Caio. As Teses e a Revolução Brasileira (II). **Novos Rumos**, Tribuna de Debates, ano II, nº 68, 17 a 23 de junho de 1960. p. 4.

Juntos Vera, Chaves Neto, Prado Jr., Calil Chade partilhavam de um escopo divergente das “*Teses*” do Partido. Não obstante, mesmo com ataques de outros agrupamentos não abandonaram as fileiras dos Comunistas como outros fizeram ao final do V Congresso, um fato interessante é que esses militantes já haviam partilhado os cárceres da repressão anos atrás. O militante Carlos R. Costa Netto questionava a participação de Nestor Vera, Maurício Grabois, João Amazonas, Caio Prado Jr., Calil Chade nos debates, acusando-os de quererem manter o “mandonismo” e sectarismo no PCB.²²⁴ Interessante é colocar todos no mesmo grupo, pois Vera divergia e já havia criticado a atuação do grupo de Grabois por não aceitarem as mudanças partidárias.²²⁵

Nas disputas internas dentro do PCB o grupo que tinha a concepção da centralidade da questão camponesa e do campesinato para a Revolução como Nestor Vera, Rui Facó, Mário Alves e Carlos Marighella foram considerados como membros da “*Corrente Esquerdista de Vanguarda*”, principalmente pelos militantes ligados a Alberto Passos Guimarães adeptos da teoria que o principal era o combate contra o imperialismo.²²⁶

Ao fim do congresso pecebista foram realizadas as eleições presidenciais de 1960, Luiz Carlos Prestes anunciava o apoio dos Comunistas ao General Henrique Lott, mesmo contra sua vontade. O resultado em 03 de outubro foi a vitória do candidato apoiado pela UDN, Jânio Quadros vence como presidente, na cadeira de vice-presidente era o candidato do PTB, João Goulart.

O controverso governo de Quadros durou apenas sete meses; em agosto de 1961 o presidente renunciou causando uma crise política no país. Os grupos conservadores ligados a parte da oficialidade do Exército articularam um golpe para que o vice-presidente João Goulart não tomasse posse, como previsto pela Constituição. Jango estava em viagem oficial na China no momento da crise, o presidente da Câmara dos Deputados Ranieri Mazzilli junto da ala mais conservadora dos militares tentou impedir a volta de Jango ao Brasil e sua posse como presidente.²²⁷

João Goulart era tido como esquerdista pelos opositores, só conseguiu assumir a cadeira presidencial depois de uma intensa luta travada na Campanha da Legalidade

²²⁴ NETTO, Carlos R. Costa. Modesta contribuição para a elaboração de uma verdadeira teoria revolucionária. **Novos Rumos**, Tribuna de Debates, ano II, nº 75, 5 a 11 de agosto de 1960.

²²⁵ VERA, **As teses e a análise crítica**, 1960.

²²⁶ CAVALCANTI, Paulo. **Os equívocos de Caio Prado Jr.** São Paulo: Argumento, s/d.

²²⁷ FERREIRA, Jorge. Crises da República 1954, 1955 e 1961. In. FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs). **O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática. Da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

impulsionada pelo então governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola.²²⁸ Como forma de resolver a crise foi feito um acordo com os golpistas que exigiam o parlamentarismo ficando com o posto de primeiro-ministro o Sr. Tancredo Neves – algo que depois de um plebiscito em 1963 foi a baixo. O então presidente Jango já tinha sido Ministro do Trabalho de Vargas, no qual tomava posições progressistas para a classe trabalhadora, tanto que aumentou quase o dobro do salário mínimo que levou uma forte reação dos patrões pedindo a destituição do cargo.²²⁹

Entre os encaminhamentos da I Conferência da ULTAB (1959) foi a realização de uma segunda conferência, mas que passou a ser o I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil, realizado em Belo Horizonte no ano de 1961. Nesse Congresso estavam presentes representantes das diversas forças do meio rural como as Ligas Camponesas do Nordeste, sob a liderança de Francisco Julião, o MASTER (Movimento dos Agricultores Sem-Terra) do Rio Grande do Sul, movimentos estudantis e grupos da Igreja Católica, dentre eles conservadores e a Ação Popular (AP). Pela primeira vez um presidente esteve presente em um congresso camponês, então presidente João Goulart, o primeiro-ministro Tancredo Neves e o governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto.

O Congresso teve como principais articuladores os comunistas - hegemônicos na ULTAB e movimento camponês - e as Ligas Camponesas que contavam na mesa com o deputado Francisco Julião. As Ligas tinham como emblema a frase “*reforma agrária na lei ou na marra*”, com uma entrega imediata e avanço das lutas pela reforma agrária radical sem levar em consideração as questões trabalhistas, já os comunistas afirmavam a necessidade da reforma agrária ampla e radical, mas sem deixar de lado os pequenos ganhos trabalhistas.

No seu último discurso, o qual era de encerramento do Congresso, o líder comunista camponês Nestor Vera afirmou:

A reforma agrária pela qual lutamos neste Congresso e prosseguiremos lutando nas regiões onde vivemos e trabalhamos, tem por objetivos essenciais a completa erradicação do monopólio da propriedade e do uso da terra, exercido pelos latifundiários e o acesso mais fácil e imediato possível pelos que verdadeiramente desejam e necessitam trabalhá-la, tornando-a altamente produtiva e rendosa. (...) Por isso mesmo julgamos necessário lutar em desfalecimento pela conquista de todas as medidas parciais, por menores que sejam, no sentido não só de através delas irmos abrindo caminho para a

²²⁸ Cf. BANDEIRA, Moniz. **O governo de João Goulart, as lutas sociais no Brasil 1961-1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.; TAVARES, Flávio. **1961 – O golpe derrotado**. Porto Alegre: LP & M, 2012.

²²⁹ FERREIRA, Jorge. **A democracia no Brasil (1945-1964)**. São Paulo: Editora Atual, 2006.

conquista da reforma agrária completa e radical que almejamos, como também, para ir melhorando as terríveis condições de vida e de trabalho a que estão submetidas presentemente as grandes massas trabalhadoras.²³⁰

As pesquisas sobre o Congresso de Belo Horizonte tendem a apresentar uma disputa entre comunistas e as Ligas pelo comando do movimento camponês. Todavia, como aponta o historiador Cliff Welch, perdeu-se o fundamental desse evento: a sua unidade. Pela primeira vez na história brasileira havia sido realizado um grande evento que pode alavancar o debate sobre a reforma agrária e colocar em discussão visões diferentes sobre como efetivamente poderiam avançar na luta contra o latifúndio.²³¹

Fernando Azevedo e José de Souza Martins ao escreverem sobre o Congresso de Belo Horizonte colocam a profunda divisão entre PCB e Ligas Camponesas, colocando peso nessa segunda organização como sendo por elas que a declaração final teve como centro a ideia de “*reforma agrária radical*”.²³² Martins ao longo de todo seu livro buscou minimizar a contribuição dos Comunistas na organização da luta camponesa, afirma que para o PCB a reforma agrária devia ser concretizada mediante pequenas reformas parciais, porém, a produção teórica e a prática de Nestor Vera apontam outra direção.

Santos e Costa escrevem que dentro da Comissão de Reforma Agrária criada no Congresso de 1961 estavam Armênio Guedes, Dinarco Reis, Alberto Passos Guimarães, Heros Trench, Nestor Vera e Francisco Julião, além de militantes de outras organizações. Apontam que a tese que ganhou a disputa política da comissão foi a de Julião, pela reforma agrária radical com a distribuição das terras. No entanto, essa tese também era defendida por Vera há anos, desde a sua participação nas ligas camponesas no interior paulista.²³³ Sendo assim, colocar a centralidade toda apenas em Julião é menosprezar a participação de outros agentes históricos, privilegiando uma visão do emaranhado de interpretações sobre a luta camponesa dos anos de 1960.

Dentre os comunistas que partilhavam da ideia sobre a relevância política do campesinato estava a liderança pecebista Mário Alves, o qual escreveu o texto “*Dois caminhos da Reforma Agrária*”, publicado na revista *Estudos Sociais*, em junho de 1962, que dialogava com Nestor Vera na questão da principal aliança com o campesinato²³⁴.

²³⁰ Discurso de Nestor Vera retirado de “*Nestor Vera: Mobilizar, esclarecer e organizar as massas camponesas*”. **Terra Livre**, ano XII nº 105, novembro de 1961.

²³¹ WELCH, **A semente foi plantada**, 2010, pp. 308-319.

²³² AZEVEDO, **As ligas camponesas**, 1982.; MARTINS, **Os camponeses e a política**, 1981.

²³³ SANTOS e COSTA, **Camponeses e política no pré-64**, 1997.

²³⁴ ALVES, Mario. *Dois caminhos da Reforma Agrária*. In: MARIGHELLA, C. et al. **A questão agrária no Brasil**. São Paulo, Brasil Debates, 1980. Cf. VERA, **O papel dos camponeses na Revolução**, 1960; VERA, **Ainda sobre os camponeses**, 1960.

Enaltece que as principais pressões nos anos de 1950 vieram do campo com a participação ou não dos comunistas, os camponeses estavam tomando consciência do seu papel político em busca de seus direitos. Mário Alves, ávido crítico das diretrizes do Partidão, foi totalmente contrário à concepção de aliança com a burguesia, afirma que os fatos reais demonstravam outra saída, sendo a Revolução Russa o paradigma de comprovação da potencialidade camponesa.

Tomando consciência de seus interesses reais, os homens explorados do campo avançam no caminho da luta e da organização, realizam seus congressos independentes, travam combates parciais contra o latifúndio (Formoso, Galiléia, Santa Fé, Sapé) e irrompe na vida política do país como uma força revolucionária cada dia mais atuante, disposta a anular os privilégios seculares dos latifundiários. (...) não corresponde à realidade a concepção de certos nacionalistas burgueses e de seus seguidores de esquerda, que se esforçam por destacar do processo revolucionário brasileiro o aspecto nacional, imprimindo-lhe um caráter absoluto. Os fatos demonstram que a revolução há de ser, em sua essência, não apenas anti-imperialista, mas também agrária.²³⁵

Mário Alves escreve no momento do principal racha no Partidão, após divergências internas entre suas teses de organização e atuação política, um grupo composto por lideranças comunistas, – como João Amazonas e Maurício Grabois, opositores claros das mudanças internas do PCB, depois de duras críticas às resoluções do partido - fez a “*Carta dos cem*”, divulgada no jornal *Novos Rumos*. Divulgaram uma severa crítica que os levou a expulsão do Partidão, assim realizaram um congresso próprio votando em um novo Comitê Central, fundaram o PCdoB (Partido Comunista do Brasil), tendo como meta a tentativa de reativar o marxismo-leninismo no meio comunista, mas não passaram de um pequeno agrupamento, que depois na ditadura teve ações mais efetivas, porém não vitoriosas.²³⁶

Em “*O papel dos camponeses na Revolução*” (1960) e “*Ainda sobre os camponeses*” (1960) encontra-se o forte teor leninista no pensamento de nosso militante, haja vista um destaque para o direcionamento do Partido Comunista para a Revolução, essa ideia baseada na teoria da vanguarda revolucionária de Lênin. O grupo mais destacado que entenda a necessidade da organização e da superação do capitalismo, agrupado dentro do Partido Comunista, direcionando o proletariado e os camponeses para

²³⁵ ALVES, Mário. Dois caminhos da reforma agrária. In: MARIGHELLA, Carlos [et all]. **A Questão Agrária no Brasil: textos dos anos 1960**. São Paulo: Ed. Brasil Debates, 1980. p. 65-66.

²³⁶ SALES, Jean Rodrigues. **As esquerdas brasileiras e a revolução cubana**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2007. p. 20-22.

a tomada do Estado e a construção de uma nova sociedade, primeiramente socialista e posteriormente comunista.²³⁷

A vanguarda revolucionária, para Nestor Vera, aparece na forma do Partido Comunista, que tem por tarefa guiar camponeses e proletariado para avançar em sua consciência para a tomada do poder. Paulo Cunha descreve como em Lênin era composto esse pensamento da vanguarda,

o partido exercendo um papel de vanguarda, teria por tarefa introjetar na classe operária os fundamentos do socialismo científico, cuidando de sua educação política e do desenvolvimento de sua consciência de classe; além disso, ele teria, principalmente, que contribuir para a formação de operários revolucionários almejando elevá-los ao mesmo nível de conhecimento dos intelectuais revolucionários.²³⁸

O campesinato, na visão de Nestor Vera e dos comunistas do PCB, deveria estar guiado pelo partido e pelo proletariado, só assim poderia fazer a reforma agrária radical. Seja pelos apoiadores de Nestor ou de opositoristas – como Passos Guimarães –, a luta no campo passaria por uma intermediação e uma direção de alguma entidade, o que é criticado por José de Souza Martins afirmando que a tutela do PC nas lutas do campo barrou seu desenvolvimento. Seu argumento consiste em atacar os marxistas que excluía o campesinato do papel político, colocando-os apenas como “aliados” ou “perigosos” na ação.

De fato, os grupos de mediação não propiciaram o avanço na revolução agrária, porém, nem mesmo grupos como as Ligas Camponesas que Martins acredita serem autenticamente camponesas alcançaram tal propósito, e muito menos alcançaram a amplitude que o PC desenvolveu ao longo dos anos em nível nacional. Mas, em relação aos grupos de mediações Paulo Cunha realiza uma síntese interessante para compreendermos suas ações:

As lutas do campesinato estiveram e estão muito à frente dos agentes de mediação, principalmente pelo processo de avanço capitalista no campo nos últimos anos; mas em geral, esses agentes também não têm conseguido incorporar as lutas e perspectivas de classe do campesinato em um projeto político tático e estratégico. Ou seja, ao procurar dimensionar o contexto de participação do campesinato no processo de formação da sociedade verifica-se paralelamente a ‘hegemônica’ condução política do proletariado (no caso do partido) ou da burguesia; esta teve em seu bojo a própria revolução agrária ou um forte componente agrário no processo de transformações.²³⁹

²³⁷ LÊNIN, Vladimir Ilitch. O Estado e a Revolução. LÊNIN, Vladimir Ilitch. **Obras escolhidas**. São Paulo: Alfa e Omega, 1988.

²³⁸ CUNHA, **O campesinato, a Teoria da organização e a questão agrária**, 2012.

²³⁹ CUNHA, **Aconteceu longe demais**, 2007, p. 29.

A referida revolução agrária da burguesia, citada por Cunha, é referência ao desenvolvimento do capitalismo agrário, no Brasil e na América Latina, a partir da década de 1970, principalmente, houve todo um processo de mecanização e capitalização agrária impulsionada pela chamada “Revolução Verde”, difundida pelo Banco Mundial e EUA. Essa tal revolução agrária proporcionou ao latifúndio sua modernização e práticas de exploração diferentes, levando a intensificação da concentração de terras e exploração capitalista das relações de trabalho no campo, com a produção voltada para as *commodities* ao mercado externo.²⁴⁰ Conseqüentemente, uma expulsão dos camponeses de suas terras para as cidades ou a venda a baixos valores de sua força de trabalho.

Após o Congresso de Belo Horizonte, Nestor passou a fazer parte da Direção Executiva do PCB em São Paulo, trabalhou junto a ULTAB na consolidação de sindicatos rurais por todo o estado paulista, além de participar de eventos em Minas Gerais como consta um relatório que o DEOPS produziu ao manter a vigilância sobre suas atividades.²⁴¹ O *Terra Livre* apresentou matérias da fundação de associações rurais e sindicatos que tiveram a presença de Nestor, no mínimo, na cerimônia de abertura em Garça, Pontal e Palmital, dessa forma colocava em prática os planos do Partido em estruturar uma malha de sindicatos rurais pelo país.²⁴²

O Brasil passava por uma crise econômica e política grave, mesmo que Goulart estivesse contando com o apoio de parcela da sociedade ainda havia os oposicionistas e o governo estadunidense tramando um golpe para derrubá-lo. O governo de Jango tomava medidas nacionalistas, como a autonomia em sua política externa; a exemplo, seu posicionamento contrário à intervenção dos EUA contra Cuba, defendida por San Tiago Dantas, em reunião da Organização dos Estados Americanos (OEA), além de defender as atitudes de nacionalização e desapropriação de empresas estrangeiras concessionárias, como fez Leonel Brizola com a Companhia Telefônica Nacional subsidiária da ITT (International Telephone & Telegraph) e a subsidiária American & Foreign Power (Bond & Share).²⁴³

²⁴⁰ Cf. FERNANDES, Bernardo Mançano. **Campe sinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

²⁴¹ Documento: “*Informações prestadas pelo agente nº 1896, de 20/11/1963*”. Fundo DEOPS, Pasta 099. Arquivo Público Mineiro.

²⁴² “Fundação da Associação dos Trabalhadores Rurais de Garça.” **Terra Livre**. Ano XI - Nº96, Nov. 1960. p. 2. “Criada a Associação dos Trabalhadores em Usinas de Açúcar”. **Terra Livre**. Ano XII - Nº100, jun. 1961. p. 4. “Tomou posse a Diretoria da Associação dos Trabalhadores Agrícolas de Palmital.” **Terra Livre**. Ano XII - Nº 107, jan. 1962. p. 6.

²⁴³ BANDEIRA, Moniz. **O governo de João Goulart, as lutas sociais no Brasil 1961-1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983. p. 44-53.

Com suas reformas de base para modernização do país, Goulart respondia aos camponeses os seus anseios de fazer a reforma agrária. Havia, também, a reforma tributária e política, propusera todo um pacote de reformas para que o Brasil desenvolvesse uma autonomia econômica e progressista. No 1º de maio de 1962, o presidente Goulart fez um discurso, por meio do qual, pela primeira vez, um mandatário conclamava uma reforma agrária radical, “*pela primeira vez, Goulart comprometia seu governo publicamente com a implementação de uma reforma agrária radical, inclusive a revisão da Constituição, para eliminar o requerimento de pagamento em dinheiro pela terra desapropriada.*”²⁴⁴

O ano de 1963 é marco da disputa pelo avanço das reformas de base, tendo o PCB e a ala nacionalista revolucionária²⁴⁵ encampando apoio ao governo para que avançasse em suas propostas. Contudo, do outro lado da mesa os golpistas já preparavam a destituição de Goulart e um não apoio no Congresso Nacional às suas medidas; o governo de Kennedy investiu forte orçamento via IPES e IBAD contra Jango.²⁴⁶ No âmbito da reforma agrária, o governo havia criado, em fins de 1962, a Superintendência de Política Agrária – que visava dar andamento e planejar a reforma; mas só pode atuar com o estabelecimento do presidencialismo em 1963.

A SUPRA proporcionou o impulso da regulamentação dos sindicatos rurais, dessa forma, como aponta Paulo Cunha, o PCB arregimentou um poder político considerável no meio rural, aliado do proletariado e de outras frentes de esquerda os Comunistas atingiram uma relevante “*capacidade de intervenção e aglutinação*”.²⁴⁷

O governo Goulart aprovou o Estatuto do Trabalhador Rural (ETR) que lhe concedeu o direito a sindicalização rural, contra a exploração abusiva, salário mínimo, fixação na terra, descanso semanal, etc.

Em fevereiro, a nova maioria populista na Câmara dos Deputados aprovou o Estatuto do Trabalhador Rural – ETR e, em 2 de março, João Goulart assinou a lei. Quando a lei entrou em vigor, no dia 18 de junho, o ETR simbolizava o coroamento de mais de duas décadas de debate entre as elites, disputas legislativas, e manifestações dos camponeses, em defesa da formalização dos direitos camponeses. Fruto de muitos ramos, o estatuto de base continuou em vigor até o fim do século, dando forma às vidas dos trabalhadores rurais e fazendo com que o Brasil fosse o país com o maior movimento sindical de trabalhadores rurais do Ocidente.²⁴⁸

²⁴⁴ WELCH, **A semente foi plantada**, 2010, p. 332.

²⁴⁵ Assim eram chamados os grupos de nacionalistas ligados ao ideário de esquerda, a exemplo Leonel Brizola e o governador de Pernambuco Miguel Arraes.

²⁴⁶ BANDEIRA, **O governo de João Goulart**, 1983.

²⁴⁷ CUNHA, **Aconteceu longe demais**, 2007, pp. 107-108.

²⁴⁸ WELCH, **A semente foi plantada**, 2010, p. 360.

O ETR foi um ganho para os trabalhadores rurais, no entanto, ainda não garantia a posse da terra, além de ser dúbia em alguns aspectos, principalmente com relação ao tipo de trabalhador que se tem no campo. Caio Prado Jr., historiador e comunista, escreveu em artigo na *Revista Brasiliense* que o ETR era de suma importância, “*se efetivamente aplicada com o devido rigor, promoverá por certo uma das maiores transformações econômicas e sociais já presenciadas neste país.*”²⁴⁹ Porém, o próprio Caio Prado retratou que o ETR é de cunho mais universal, relegando as especificidades locais, o que levaria os fazendeiros a burlar a lei em seu proveito contra o direito dos trabalhadores.

As relações de trabalho no campo variam consideravelmente no tempo e no espaço, em contraste com o que se dá na indústria e no comércio. E tal variabilidade precisa naturalmente ser levada em conta pela lei, o que absolutamente não reflete, e em que portanto não se preveem de maneira adequada as inúmeras situações que se apresentam e podem eventualmente apresentar-se. Sob esse aspecto, o Estatuto promulgado evidencia a imaturidade do assunto e a falta de um estudo e uma discussão atentos dele.²⁵⁰

Em outubro de 1963 foi organizado, em Goiás, o I Encontro Camponês de Goiânia, o qual pode ser considerado um marco na proposta de uma frente de libertação nacional da concebida pelo PCB.²⁵¹ Nos dias 25, 26 e 27 de outubro participaram do evento 1300 delegados camponeses, 144 operários e 80 de organizações estudantis, ao todo 1524 pessoas credenciadas. Mas, segundo Nestor Vera, no último dia do encontro havia muito mais participantes do que aqueles credenciados.²⁵²

Dentre as autoridades que foram convidadas para o encontro figuraram o governador de Goiás, Mauro Borges; o presidente da SUPRA, João Pinheiro Neto; deputados da Frente Nacionalista, Marcos Antônio Coelho, Neiva Moreira e o sargento Garcia Filho; o reitor da Universidade Federal de Goiás, Colemar Natal; entre lideranças de associações femininas e religiosas. Nestor Vera escreveu que o conclave tinha uma participação heterogênea em seu aspecto político e ideológico, mas com um propósito em comum: a luta contra “*o latifúndio e contra o imperialismo norte-americano e pela libertação de nossa pátria.*”²⁵³

²⁴⁹ PRADO JR, Caio Prado. O Estatuto do Trabalhador Rural. In. PRADO JR, Caio Prado. **A questão agrária no Brasil**, 1979. p. 143.

²⁵⁰ PRADO JR, **O Estatuto do Trabalhador Rural**, p. 144.

²⁵¹ Cf. PRESTES, **Luiz Carlos Prestes**, 2012.

²⁵² VERA, Nestor. O Primeiro Encontro Camponês de Goiânia. **Revista Brasiliense**, nº 50, nov-dez de 1963.

²⁵³ VERA, **O Primeiro encontro camponês**, 1963, p. 95.

O jornal *Terra Livre*, em artigo escrito por Aristides de Oliveira, enviado especial para cobrir o evento, apresentou a importância política e o salto qualitativo do debate,

O I Encontro de Camponeses de Goiás foi um marco na expansão – qualitativa e quantitativa – do seu movimento de emancipação. Colhendo e retendo os frutos da efervescência das questões pertinentes aos interesses dos trabalhadores da roça, o Encontro foi um fator de aumento da consciência de classe do homem rural de Goiás; refluindo sobre todos os camponeses do Estado, a consciência aumentada da classe será fator, por sua vez, de incremento, estímulo e crescimento de si mesmo, no seio de uma classe há séculos jungida à escravidão e a sub-humanidade.²⁵⁴

Os debates eram em torno de duas teses políticas, defendida pelo PCB, para criação de uma frente ampla nacionalista e pelas liberdades democráticas, pois nesse momento o Partido estava pressionando o governo federal para levá-lo mais à esquerda e realizar, de fato, as reformas de base. A primeira tese era a reforma agrária radical, com o fim do latifúndio e monopólio da terra, segundo Vera seria a forma de destruir os latifundiários enquanto classe; a segunda, que fosse formado um governo nacionalista e democrático com a participação dos trabalhadores.²⁵⁵ Ambas propostas foram efetivadas na declaração final do encontro, um passo importante nas alianças dos Comunistas.

O Estado de Goiás possuía uma centralidade importante nos anos de 1960, pela vitória dos camponeses em Trombas e Formoso. Os grileiros haviam sido expulsos e as terras defendidas pelos trabalhadores com armas nas mãos. Dentro do Partido, a vitória naquela região significava uma comprovação da efetiva importância da organização camponesa, ainda mais somada com a conjuntura da Revolução Cubana. O PCB mantinha a base do grupo de Trabalho Especial ativa em Formoso, e a ida de Nestor Vera para a região aponta um avanço da implementação de uma luta revolucionária via campesinato.

Nesse sentido o Encontro dos Camponeses aprovou a “*invasão e ocupação dos latifúndios e das terras griladas e sua distribuição em pequenos lotes aos camponeses*”²⁵⁶, ou seja, os participantes colocam a reforma agrária pela via de tomada das terras a exemplo de Trombas e Formoso. Essas resoluções foram apresentadas na presença de importantes autoridades como o governador Mauro Borges e do presidente da SUPRA, João Pinheiro. Isso demonstra a efetivação das diretrizes tomadas no Congresso de Belo Horizonte em 1961 e a pressão sobre o governo para que se efetivasse a reforma agrária.

²⁵⁴ OLIVERIA, Aristides de. Camponeses de Goiás Encontram-se e Exigem Terra Que Não Têm. **Novos Rumos**, ano V, nº 245, Rio de Janeiro, 1 a 7 de novembro de 1963. p. 2.

²⁵⁵ VERA, **O Primeiro encontro camponês**, 1963.

²⁵⁶ VERA, **O Primeiro encontro camponês**, 1963. p. 98.

Apresentar a ocupação de terras em Goiás tem um significado simbólico importante naquele momento histórico, pois na região o estado já havia passado pela vitória em Trombas e Formoso e a instalação da Guerrilha de Porangatu, dessa forma era um alerta de que o movimento iria radicalizar. A liderança de Nestor Vera – um quadro político com ligações diretas com o Comitê Central do PCB – naquela localidade pode ser uma evidência dos planos de radicalização do Partido no âmbito rural.

Apesar de suas limitações o ETR abriu espaço para a constituição da CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), instituição de caráter nacional que seguia a legalidade da luta que o estatuto lhes proporcionava. A CONTAG era constituída por centenas de sindicatos rurais e milhares de camponeses de todo o país, sendo que quase todos os estados foram representados na sua fundação, ocorrida em janeiro de 1964, na sede do Sindicato dos Bancários da Guanabara.

A manchete do *Terra Livre* de janeiro de 1964 era “*CONTAG: Poderoso instrumento de luta nas mãos dos trabalhadores do campo*”, na foto da principal mesa estava composta pelas forças que lhe deu vida: Lyndolpho Silva e Nestor Vera da ULTAB, Padre Lage representando a ala progressista da Igreja Católica, além da Ação Popular, grupo de esquerda derivado da juventude católica.²⁵⁷ Após acordo entre AP e comunistas, com apoio já advindo da ULTAB, o PCB consegue ganhar a direção da CONTAG tendo postos estratégicos, Lyndolpho Silva como presidente e Nestor Vera 1º tesoureiro.²⁵⁸

A maioria dos camponeses representados, então, fizeram parte do campesinato que o partido buscou mobilizar para enfrentar o latifúndio. Para Silva, a Contag nasceu gigantesca, representando ‘cerca de oitocentos sindicatos e aproximadamente 1 milhão de associados’.²⁵⁹

Com grande porte, a CONTAG foi instrumento de apoio ao governo Goulart que passou em 1964 avançar com seu discurso das reformas de base, levando a cabo a proposta de reforma agrária radical. No Comício da Central do Brasil, em 13 de março de 1964, Jango radicaliza seu discurso clamando por reforma agrária, legalização do Partido Comunista e o voto dos analfabetos.

²⁵⁷ CONTAG: Poderoso instrumento de luta nas mãos dos trabalhadores do campo. **Terra Livre**, jan. 1964, Ano XIV – nº 130, p. 1.

²⁵⁸ WELCH, **A semente foi plantada**, 2010, p. 389.; “CONTAG: Poderoso instrumento de luta nas mãos dos trabalhadores do campo”. **Terra Livre**, jan. 1964, Ano XIV – nº 130, p. 1.; Ficha de Nestor Veras no DEOPS/MG, pasta 057, Fundo DEOPS, Arquivo Público Mineiro.

²⁵⁹ WELCH, **A semente foi plantada**, 2010, p. 389.

Ao seu lado estava Lyndolpho Silva, presidente da CONTAG, e Luís Tenório de Lima, também líder camponês do PCB, o presidente do Brasil clamava por

reforma agrária, como consagrado na Constituição, com o pagamento prévio e a dinheiro, é negócio agrário, que interessa apenas ao latifundiário, radicalmente oposto aos interesses do povo brasileiro. (...) Sem reforma constitucional, trabalhadores, não há reforma agrária autêntica.²⁶⁰

No mesmo mês Nestor Vera, em Governador Valadares (MG), representando a CONTAG esteve inserido em um conflito onde os camponeses reivindicavam terras da Fazenda do Ministério. Em seu discurso aos trabalhadores rurais, Nestor reivindicava a reforma agrária radical, assim como estava exposto no congresso de fundação da CONTAG.

Eles querem terra imediatamente. Tem que ser já, porque a maioria deles está desempregada e a época do plantio já esta chegando ao fim. Por isso os companheiros de Governador Valadares já não podem esperar nem se conformar com palavras bonitas do governo nem dos políticos influentes. Se o governo demorar na entrega das terras da Fazenda do Ministério, eles terão mesmo que ocupar, de qualquer maneira. Já numa assembleia que realizamos na sede do Sindicato, com mais de 200 camponeses dirigentes, ficou decidido que entrariam nos últimos entendimentos com a SUPRA, a fim de resolverem a situação, não sendo muito o tempo que podem esperar.²⁶¹

Nestor Vera fazia campanha no interior pela ocupação das terras, na cidade de Junqueirópolis, interior de São Paulo, durante um programa de rádio realizou um discurso chamando os camponeses a tomarem os latifúndios da região. No dia 14 de março, um dia após o celebre Comício da Central do Brasil, foi aberto um inquérito policial contra Nestor Vera, Alcyr Raineri, presidente do Sindicato dos Produtores Autônomos de Junqueirópolis, Sergio Francisco Barguill e Orlando Rodrigues, comunistas da região. Todos foram enquadrados na Lei de Segurança Nacional, sob a acusação de estarem incitando a luta de classes e a invasão das fazendas.²⁶²

Mesmo nessa perspectiva de enfrentamento que Nestor estava angariando em Governador Valadares e em Junqueirópolis, o PCB traçava um discurso radical e contraditório com o governo de Goulart, deixando para ele, como critica Paulo Cunha, os caminhos para a transformação do Brasil; sem fazer uma leitura séria da realidade que gera uma complexa influência nos seus militantes, portanto, em suas direções práticas

²⁶⁰ Fragmento de discurso de João Goulart retirado de WELCH, **A semente foi plantada**, 2010, p. 401.

²⁶¹ CONTAG e movimento operário exigem: Entrega imediata de terra aos camponeses. **Terra Livre**. Mar. 1964, Ano XIV – nº 132, p. 2.

²⁶² Relatório da Delegacia de Polícia de Junqueirópolis. 19 de maio de 1964. Dossiês Delegacias do Interior. Fundo DEOPS-AESP.

um aspecto relevante é o fato de o PCB atuar em uma linha política contraditória de conciliação e ao mesmo tempo de excessiva e conflituosa prudência, procurando viabilizar sua legalização e estando o conjunto do partido receptivo a essa promessa. Alguns críticos e estudiosos apontam para o fato de que ao se colocar taticamente nessa linha de ação, o PCB não procurou fazer uso de seu potencial de mobilização, especialmente, por parte do Comitê Central, e entregou a condução do processo de reformas e até revolucionário a João Goulart, não percebendo que era um presidente burguês esvaziado de apoio de setores significativos de sua própria classe.²⁶³

Enquanto, PCB e João Goulart contavam com o apoio dos trabalhadores para as reformas de base, uma rede conspiratória tomava o país. Militares, empresários, latifundiários, deputados da oposição e o governo dos Estados Unidos concretizavam uma parceria para findar os anos democráticos no Brasil, um duro golpe foi concretizado contra o presidente Jango, que para camponeses e trabalhadores urbanos foi mais forte por interromper seus avanços políticos na construção da democracia brasileira. Os anos de chumbo, da intensificação da opressão e da perseguição surgem no 1º de abril de 1964, pelas mãos de civis e militares na derrubada do presidente.

O golpe civil-militar teve apoio, foi orquestrado e financiado pelo Departamento de Estado dos EUA. Em seus planos estava a Operação Brother Sam, que tinha o intuito de enviar uma armada para litoral brasileiro se houvesse reação ao golpe. O general Olímpio Mourão precipitou o plano golpista e saiu com suas tropas de Juiz de Fora (MG) em direção ao Rio de Janeiro, não houve reação por parte de João Goulart, nem das Ligas, nem dos trabalhadores organizados na Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT) e União Nacional dos Estudantes (UNE) ou mesmo PCB. Sem muita resistência, os golpistas tomam o país.

Não se tratava apenas de um movimento estritamente militar, mas sim de uma ampla coalizão civil-militar com apoio de forças estrangeiras, conforme confidenciou ao político Waldir Pires, no exílio, de acordo com o que apuramos no livro de Dênis de Moraes. Nesse momento, ele não tinha alternativas. Segundo sua avaliação, a resistência jogaria o país em uma guerra civil de consequências imprevisíveis. Leonel Brizola, caindo na clandestinidade, ainda teve esperanças de organizar a resistência.²⁶⁴

Como afirma o historiador Welch, a árvore do movimento camponês que floria nos anos de 1960 foi decepada a machada. O desenvolvimento de uma consciência de cidadania no Brasil encerrou seu ciclo naquela madrugada do dia 1º de Abril de 1964, os anos que seguiram obscureceram os avanços democráticos do período de 1946 a 1964, jogaram o país numa densa penumbra de repressão e dor. Analisar aquele momento

²⁶³ CUNHA, *Aconteceu longe demais*, 2007, p. 109.

²⁶⁴ FERREIRA, *A democracia no Brasil*, 2006, p. 121.

histórico a luz do presente só nos faz lembrar o Marx em “*O 18 Brumário de Luís Bonaparte*”²⁶⁵, a primeira vez como tragédia e a segunda como farsa.

²⁶⁵ MARX, *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, 2011.

CAPÍTULO III

Clandestinidad e Resistência democrática

Logo na primeira semana do golpe de 64, as liberdades democráticas foram cassadas. Na primeira lista de pessoas que perderam seus direitos políticos, encabeçada por Luiz Carlos Prestes, líder maior dos comunistas brasileiros, teve também os nomes de João Goulart, Leonel Brizola, Miguel Arraes, Roberto Morena, Darci Ribeiro, Francisco Julião, entre outros comunistas e progressistas.²⁶⁶ Com isso começavam os exílios políticos, a perseguição mais intensa ocorreu desde o segundo dia do golpe – com militares ateando fogo na sede da UNE e espancando estudantes. O comunista nordestino e líder camponês Gregório Bezerra preso no dia seguinte ao golpe foi arrastado pelas ruas de Recife, um senhor de 64 anos amarrado e espancado por militares em praça pública. A ditadura mostrou, a partir do começo, sua essência fria e cruel.²⁶⁷

Os primeiros meses do golpe abalaram as estruturas das organizações de esquerda nos primeiros meses da ditadura. As frações do Partido Comunista Brasileiro (PCB) não acreditavam na concretização do golpe, tanto a ala que pressionava João Goulart – apressando-o a ir mais à esquerda – quanto a ala que o apoiava, apostaram no “aparato militar” do então presidente. No entanto, Jango não resistiu ao golpe, os sindicatos, os movimentos e os partidos de esquerda não tinham alguma organização que pudesse ir de encontro aos golpistas.²⁶⁸

Em meio à derrota das forças democráticas, nacionalistas, progressistas e comunistas para o golpe civil-militar, restava ao PC brasileiro se manifestar junto a suas fileiras de militantes. Ainda naquele mês de abril, o líder dos Comunistas teve de se pronunciar, Luiz Carlos Prestes publicou o manifesto “*A derrota dos golpistas abrirá caminho para a revolução brasileira*”, o documento apresentava o caráter reacionário do golpe que tinha, como intuito, instituir uma “*ditadura das forças retrógradas, dos agentes do imperialismo e do latifúndio*”.²⁶⁹ A historiadora Anita Prestes aponta que esse manifesto foi um chamado à unidade das forças nacionalistas e progressistas pelas

²⁶⁶ Ato Institucional nº 01, 09 de abril de 1964.

²⁶⁷ Cf. CARNEIRO, Ana; CICOCCARI, Marta. **Retrato da repressão política no campo Brasil 1962-1985. Camponeses torturados, mortos e desaparecidos**. Brasília: MDA, 2011.

²⁶⁸ PRESTES, Luiz Carlos Prestes, 2012.

²⁶⁹ PRESTES, Luiz Carlos. A derrota dos golpistas abrirá caminho a revolução brasileira. In. PRESTES, Luiz Carlos Prestes, 2012, p. 109.

liberdades democráticas, frisa que Prestes não defendia o uso das armas como forma de resistência à ditadura. O secretário-geral se manteve firme nas resoluções do V Congresso pecebista, no qual defendera a luta pacífica para tomada do governo nacionalista e democrático.

Com a tomada do poder pelos militares os rachas ideológicos e estratégicos do PCB se afloraram; por mais que Prestes anunciasse uma resistência não armada, parte da direção nacional e entre as bases – embaladas pela vitória na China e pela Revolução Cubana – afirmavam que o caminho da revolução brasileira passaria por empunhar armas contra a reação. Em maio, a Comissão Executiva do PCB se reuniu no Rio de Janeiro, mas nem todos os membros puderam estar presentes, nem mesmo Luiz Carlos Prestes devido ao forte aparato de clandestinidade. A ala da resistência armada, que contou com o apoio de Carlos Marighela, Mário Alves, Joaquim Câmara Ferreira, Jover Teles, Giocondo Dias e Orlando Bonfim Jr., era majoritária na reunião. Assim, foi tirada do encontro a resolução “*Esquema para discussão*” que tinha como tese central a “*derrubada da ditadura*”, tendo feito a autocrítica de que havia absolutizado “*a possibilidade do caminho pacífico e não nos preparamos para enfrentar o emprego da luta armada pela reação*”.²⁷⁰

No âmbito da reforma agrária logo nos primeiros meses do golpe os militares, que receberam total apoio e financiamento dos latifundiários ligados à Sociedade Rural Brasileira (SRB), acabaram com o avanço da organização camponesa. Um dos primeiros atos foi a invasão ao escritório da SUPRA, todos os funcionários presos e interrogados. A intervenção no organismo que auxiliava na implementação da reforma agrária foi a retirada de seu presidente João Pinheiro Neto que foi preso, e substituído pelo coronel Vital Queiroz. O ato do coronel foi fechar 23 das 33 federações de sindicatos rurais, as lideranças sindicais foram presas e afastadas de seus cargos. Em novembro de 1964, a SUPRA desarticulada se transformou em duas instituições: Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA) e Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA).²⁷¹

Em novembro de 1964, o Congresso Nacional aprovou a Lei 4.504, o “*Estatuto da Terra*”, a última versão – que manteve ainda reflexos das discussões anteriores ao golpe. Segundo o estatuto, a reforma agrária consiste em um “*conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de*

²⁷⁰ PRESTES, Luiz Carlos Prestes, , p. 112.

²⁷¹ WELCH, A semente foi plantada, 2010, pp. 410-412.

produtividade”, estabelecido no parágrafo 1 do Artigo 1º, o ponto central dessa legislação é a questão fundiária, ou seja, a posse da terra.

Como aponta a socióloga Regina Bruna, esse anteprojeto mantém o caráter reformista e modernizante do governo Goulart. Naqueles primeiros meses os aspectos políticos e econômicos estiveram sem um determinado direcionamento. Assim, o presidente-ditador Castelo Branco manteve o ideário de justiça social e reforma agrária, como forma de convencimento da sociedade. A mínima possibilidade aberta pelo Estatuto da Terra, de que o latifúndio deveria ter função social ou iria para a reforma agrária, desagradou os latifundiários e empresários. Todavia, eles não poderiam reagir de forma violenta ao governo, pois eles o haviam estabelecido, sendo assim, procuraram formas de boicotá-lo.²⁷²

Em 1967, Nestor Vera criticou o Estatuto da Terra em um discurso em conferência internacional no exterior, explicando que, como o movimento camponês havia avançado de forma contundente e que a palavra de ordem da reforma agrária havia se difundido pela a sociedade, o governo de Castelo Branco se viu obrigado a aprovar a legislação, mas não iria colocar em prática.

A luta pela reforma agrária se havia tornado uma palavra de ordem tão arraigada no povo, especialmente entre os camponeses e os trabalhadores rurais, que a ditadura não pode eliminá-la. Continua dizendo que vai realizar a reforma agrária, e elaborou um plano oficial nesse sentido, com o título de Estatuto da Terra. Sabemos que esse estatuto nada vai resolver porque foi elaborado pelos latifundiários, mas isso significa que a luta pela terra ninguém mais pode impedi-la, nem apagar a palavra de ordem da reforma agrária.²⁷³

A fala de Nestor Vera foi a tom de desmerecer o estatuto por este ter sido realizado sob o comando de um Congresso Nacional golpista e composto por intelectuais alinhados com os fazendeiros e latifundiários da SRB. Todavia, a tônica do documento é próxima do período anterior, que tinha como característica principal a modificação do regime da posse da terra. Em 1962, o jornal *Terra Livre* havia criticado a FARESP, federação dos fazendeiros, por serem contrários ao Estatuto da Terra.²⁷⁴

É evidente que a proposta de projeto de 1961 foi bem alterada para o texto aprovado em 1964. Mas, como mostra Regina Bruno, havia continuidades elementares

²⁷² BRUNO, Regina. O Estatuto da Terra: entre a conciliação e o confronto. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 5 de novembro de 1995

²⁷³ XAVIER, Jacinto (Nestor Vera). **A situação do movimento camponês no Brasil, suas lutas e organização**. Discurso na V Conferência Mundial dos Sindicatos dos Trabalhadores da Agricultura, das Florestas e das Plantações. República Democrática da Alemanha, 1967. Coleção Nestor Vera, caixa 06, Fundo IAP, Acervo ASMOB. CEDEM/Unesp. p. 15.

²⁷⁴ **Congresso de Latifundiários disse não à Reforma Agrária**. *Terra Livre*, Ano XII, nº 107, janeiro de 1962.

como: “*necessidade de modernização da agricultura; a noção de latifúndio como obstáculo estrutural ao desenvolvimento e à industrialização; e a implementação de uma classe média rural no campo*”.²⁷⁵ Outro aspecto importante, levantado por Vera, foi a não aplicação da legislação que acarretou diversos complementos posteriormente, porém, sem efetivação de alguma reestruturação fundiária ou mesmo entrega de terras à classe trabalhadora do campo.

O principal elemento que conforma a ruptura é institucionalização de uma determinada vertente de pensamento reformista, que, no período anterior, apresentava-se muito como um programa de enfrentamento ao projeto nacional populista do governo João Goulart do que como uma proposta efetiva de reformas. Convinha agora pôr em prática os princípios e preceitos até então fortemente defendidos. Para tanto, era necessário elevar à categoria de lei os fundamentos da proposta reformista do governo “revolucionário” – transformá-la em instituído, em adquirido. A partir daí operacionalizar uma nova ideia de relações sociais no campo.²⁷⁶

O PCB teve que entrar ainda mais para a clandestinidade. Em 13 de novembro de 1964 foi expedido o mandado de prisão preventiva a 70 membros do PCB, suas principais lideranças deveriam ir para o “xadrez”, como é descrito no documento expedido pelo juiz auditor da Segunda Auditoria, da Segunda Região Militar, José Tinoco Barreto, consta entre os nomes: Luiz Carlos Prestes, Astrogildo Pereira, Nestor Vera, Carlos Marighella, Elisa Branco, Zuleika Alambert, entre outros.²⁷⁷

Em maio de 1965, o PCB conseguiu realizar sua primeira reunião do Comitê Central (CC) depois do golpe, para tirar as diretrizes de atuação. Moisés Vinhas, então membro do CC comunista, explica como foi à leitura programática do Partido perante a ditadura,

os comunistas passam então a estimular a movimentação e organização das forças oposicionistas em todo o país. Adotam um programa-mínimo de resistência ao processo de fascistização, centrando-o na luta pelas liberdades democráticas, contra o arrocho salarial e contra a desnacionalização da economia brasileira. Reivindicam anistia, restabelecimento do *habeas-corporis* e realização de eleições limpas e honestas. Consideram que somente acumulando forças, mobilizando massas e construindo uma ampla frente democrática é possível derrotar o regime.²⁷⁸

Nessa reunião foi rejeitado o documento “*Esquema para discussão*”, que não agradou parte dos Comunistas, principalmente aqueles ligados a Carlos Marighella que, inspirados na Revolução Cubana, procuravam a implementação da resistência armada.

²⁷⁵ BRUNO, **O Estatuto da Terra**, 1995, p. 3.

²⁷⁶ BRUNO, **O Estatuto da Terra**, 1995, p. 3.

²⁷⁷ Cópia do Mandado de Prisão, Segunda Auditoria da Segunda Região Militar. 13 de novembro de 1964. DOPS, Prontuário 82.320 – Nestor Veras. Acervo DEOPS-AESP.

²⁷⁸ VINHAS, **O Partido**, 1982, pp. 237-238.

Marighella era muito respeitado nas fileiras do Partido, havendo forte apoio de diversas lideranças principalmente com os membros da direção de São Paulo. Assim, formou-se a ala de resistência armada, a qual o Partido começou a barrar seu avanço como força política entre seus militantes e cerceando as atividades de Marighella na direção.

O golpe de 1964, como descreve Cliff Welch, decepcionou a árvore da organização camponesa que já estava dando frutos, “*todos os funcionários da Contag foram julgados subversivos, e 23 das 33 federações estaduais foram julgadas ‘fantasmas’ e apagadas do registro do Ministério do Trabalho.*”²⁷⁹ Em pouco tempo houve um desmantelamento parcial do movimento camponês que só ressurgiria com sua força total nos anos de 1980. A vitoriosa experiência em Trombas e Formoso foi destruída a base de invasões dos militares, que levou a tortura e morte de antigos militantes da região; como é o caso do líder José Porfírio de Souza (Zé Porfírio), que foi torturado e desaparecido, entre outros.

280

Segundo o relatório do Serviço de Informações do DOPS, o nome de Nestor Vera figurou na lista dos líderes sindicais que tiveram os direitos políticos cassados em 1965.²⁸¹ Seu cargo de tesoureiro na CONTAG foi retirado, posteriormente sob o controle interventor do Ministério do Trabalho; o grupo liderado por José Rotta, que advinha dos Círculos Operários Católicos e tinha servido como presidente da Federação dos Agricultores de São Paulo, também da Igreja, passou o comando, ficando como presidente e na tesouraria, José Damasceno.²⁸² Nesse mesmo ano, em novembro, o processo contra Nestor Vera – proposto pela 2ª Auditoria na Comarca de Junqueirópolis – passou a tramitar na Junta Militar. Vera era acusado de subversão por convocar os camponeses daquela região a ocupar fazendas de latifundiários.²⁸³

A CONTAG saiu do comando da AP e PCB para a influência dos Círculos Operários Católicos, sendo que, de abril de 1964 a janeiro de 1965, além de ter o presidente da instituição ligado à Igreja a sua sede passou a ser em uma sala da Confederação dos Círculos Operários Cristãos, no Rio de Janeiro. Segundo Carolina

²⁷⁹ WELCH, *A semente foi plantada*, 2010, p. 412.

²⁸⁰ CARNEIRO; CICOCCARI, *Retrato da repressão política no campo Brasil*, p. 236-250.

²⁸¹ Informação nº 994/78. Polícia Civil do Estado de São Paulo – Divisão de Ordem Política. Delegacia de Ordem Social. Dossiês do Setor de Análises, Operações e Informações – SOI OS 1043, Pasta 124. Doc. 12.

²⁸² Cf. RAMOS, Carolina. *Capital e Trabalho no sindicalismo rural brasileiro: uma análise sobre a CNA e a CONTAG (1964-1985)*. Tese de Doutorado em História. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.; CONTAG. *Contag 40 anos de luta ao lado do homem e da mulher do campo*. Brasília: Contag, 2003. Disponível em: <http://www.contag.org.br/imagens/CONTAG-Revista40anos.pdf>. Acesso 15 de março de 2018, às 14h33.

²⁸³ Informação nº 994/78. Polícia Civil do Estado de São Paulo – Divisão de Ordem Política. Delegacia de Ordem Social. Dossiês do Setor de Análises, Operações e Informações – SOI OS 1043, Pasta 124. Doc. 12.

Ramos, a confederação ao longo da ditadura teve seu caráter de legalismo, buscando brechas na legislação, em alguns casos, para resolver questões trabalhistas e de posse da terra, no entanto, o antigo caráter reivindicatório sobre a reforma agrária radical ficou no passado.²⁸⁴

Rotta saiu de interventor para presidente eleito, eleição cujo teor manipulado e pelo cerceamento de participação dos líderes de esquerda e sua base, para a gestão de 1965 a 1968, afirmou que a intervenção federal era necessária para colocar “*ordem na casa*” da Contag. Em seu mandato primeiro buscou uma sede para se instalarem, conseguiram uma sala alugada junto ao Instituto de Aposentadorias e Pensões dos bancários do Rio de Janeiro, posteriormente foram buscar sua representatividade junto aos órgãos criados pela ditadura sobre agricultura.²⁸⁵

A historiadora Carolina Ramos fez uma comparação entre as agências estatais ligadas a agricultura que a CONTAG conseguiu alguma participação e as que a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) – instituição própria dos latifundiários –, a diferença é gritante, mesmo sendo a CONTAG pelega seu espaço na ditadura ficou limitado e com baixa representatividade, já os fazendeiros contavam com grande participação apresentando o nível de participação e representação no governo.

A CONTAG obteve êxito em se fazer representar nos seguintes órgãos: Comissão de Estudos para Extinção do Imposto Sindical, Departamento Nacional de Previdência Social, Conselho Superior de Previdência Social, Departamento de Emprego e Salário e Conselho Nacional de Planejamento e Estudo do Seguro Desemprego. Apesar de constante reivindicação, membros da CONTAG não obtiveram inserção junto ao IBRA.

Já a CNA não apenas dispunha de dois representantes no Conselho Técnico do IBRA – Edgar Teixeira Leite e Flávio da Costa Britto – como participava das seguintes agências estatais: Grupo Executivo de Movimentação de Safras, Rede Federal de Armazéns Ferroviários, Junta Governativa da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural – ABCAR, Conselho Universitário da Universidade Rural do Brasil, Conselho Nacional de Estatística - IBGE, Comissão de Intercâmbio e Coordenação de Assistência Internacional – CICATI, Conselho Deliberativo da Fundação do Serviço Especial de Saúde Pública, Conselho Consultivo da Rede Ferroviária Federal, Departamento Nacional de Obras e Saneamento, Comissão Coordenadora dos Trabalhos e Elaboração do Regulamento do Novo Código Florestal, Conselho de Política Aduaneira, Comissão de Reformulação do Sistema Geral de Previdência Social, Comissão de Defesa da Fruticultura Nacional, Junta Deliberativa do Serviço de Revenda, Conselho do Fundo Federal Agropecuário, Conselho Nacional Consultivo da Agricultura, Comissão Consultiva de Crédito Rural, PLAMAN, Conselho Consultivo do Planejamento – CONSPLAN, Superintendência Nacional do Abastecimento – SUNAB, Conselho Nacional do Comércio Exterior – CONCEX.²⁸⁶

²⁸⁴ RAMOS, **Capital e trabalho no sindicalismo rural brasileiro**, 2011.

²⁸⁵ RAMOS, **Capital e trabalho no sindicalismo rural**, 2011, pp. 155-156.

²⁸⁶ RAMOS, **Capital e trabalho no sindicalismo rural**, 2011, p.156.

Devido ao descuido de Prestes com suas cadernetas, logo depois do golpe, houve um Inquérito Policial Militar contra dezenas de Comunistas, inclusive Nestor Vera. O Secretário-Geral do PCB havia mantido ao longo dos anos diversas cadernetas com anotações de suas reuniões com pessoas do Partido ou ligadas a ele. Por conta da clandestinidade teve de sair de São Paulo para o Rio de Janeiro, segundo Anita Prestes, o líder Comunista havia solicitado a retirada de todos os documentos do local, no entanto as cadernetas ficaram para trás sendo encontradas pela polícia ao invadirem o aparelho. Prestes assumiu toda a responsabilidade perante o CC.²⁸⁷ Em novembro de 1966. Em consequência disso, Nestor Vera foi condenado a cinco anos de reclusão baseado na lei nº 1802/53, art. 7 e 9, Lei de Crimes Contra o Estado e a Ordem Política e Social.

Em meados de 1966, ocorreu em São Paulo uma conferência estadual do Partido que formou nova direção pecebista no estado. O líder baiano Marighella com auxílio de outros comunistas manteve-se na Direção Estadual de São Paulo. Interessante a informação de Moisés Vinhas quanto à reunião que levou Marighella para o Comitê Estadual, contando com o apoio de Joaquim Câmara Ferreira, Nestor Vera, Lyndolpho Silva e Antonio Chamorro.²⁸⁸ Havia forte relação entre Joaquim Câmara Ferreira e Nestor Vera, ambos partilhavam longa amizade e militância conjunta conforme nos contou José Luis Del Roio, a proximidade de ambas lideranças nos apresenta a complexidade das relações políticas naquela conjuntura de rachas e formação de novas agremiações.

Anita Prestes, de forma pejorativa, afirma que a “vaga esquerdista” tomou acento no Comitê Estadual frente aos chamados “renovadores”, composto por Moacir Longo, Odon Pereira, e Luiz Rodrigues Corvo, que haviam sido colocados como direção na Conferência Extraordinária Estadual de São Paulo, em 1965.²⁸⁹ A conferência do PCB de 1966 postulou Marighella ao cargo de Primeiro-Secretário do CE-SP. Recebeu os votos de Lyndolpho Silva, contraditoriamente, pois, segundo suas memórias explica que não era de acordo com a tese de luta armada, nem mesmo concordava com a postura do “*Manifesto de Agosto de 1948*”; contudo, ficou ao lado de Marighella.²⁹⁰ Já o voto de Nestor Vera é mais compreensível, devido as posições que esteve tomando antes mesmo do golpe, em relação as ocupações de terra, aos ataques à política de conciliação de

²⁸⁷ PRESTES, Luiz Carlos Prestes,.

²⁸⁸ VINHAS, O Partidão, 1982.

²⁸⁹ PRESTES, Luiz Carlos Prestes, , pp.122-123.

²⁹⁰ CUNHA, O camponês e a História, , pp. 127-129.

Goulart e por colocar o campesinato a frente de um processo revolucionário junto aos operários.

Naquele mesmo ano, para dar ares de legalidade a ditadura realizou eleições parlamentares, além da eleição do presidente-ditador Costa e Silva. O PCB, inspirado na orientação soviética de via pacífica para chegada ao socialismo, preferiu derrubar os militares com resistência por dentro, tanto que começaria a infiltrar militantes no grupo de oposição consentida o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) formado em 1966, quando instalou-se o bipartidarismo no país.²⁹¹

Em 1967, com o pseudônimo de Jacinto Xavier, Nestor participou como membro da delegação brasileira na V Conferência Mundial dos Sindicatos dos Trabalhadores da Agricultura, das Florestas e das Plantações, na Alemanha Democrática. Em seu discurso Nestor explicou o desenvolvimento do movimento camponês no pós-guerra, desde a formação das ligas camponesas até a fundação da CONTAG. Para ele foi fundamental a participação do PCB nas conquistas nesse processo todo. Denunciou o complô contra o governo de Jango e posterior golpe de Estado, também o esfacelamento do movimento por parte da repressão militar, denunciou as torturas, mortes e perseguições; além de chamar os trabalhadores do campo para ressurgir contra o governo pelas liberdades democráticas.²⁹²

Nós estamos lutando para reerguer o movimento camponês no Brasil para reforçar as organizações e colocar verdadeiros dirigentes em suas direções. Estamos mais preocupados do que nunca com a formação da aliança operária-camponesa. Pois sem esta aliança, sem a direção da classe operária e o apoio de outras forças patrióticas, é impossível conseguir a reforma agrária radical e a total libertação dos camponeses.²⁹³

Vera não tocou no assunto em seu discurso, mas 1967 foi marcado, também, pela intensificação das divergências no seio dos Comunistas brasileiros. Sem autorização do Partido, Carlos Marighella viajou para Cuba a fim de participar como delegado do Congresso da Organização Latino-americana de Solidariedade (Olas), encontro que tinha como intuito propagar as ideias de luta revolucionária em toda América Latina. Embebido pelas ideias de luta revolucionária e vendo os ganhos da Revolução Cubana, Marighella

²⁹¹ MOTTA, Rodrigo Patto de Sá. O MDB e as esquerdas. In.: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. **Revolução e Democracia (Esquerdas no Brasil)**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2007.

²⁹² XAVIER, Jacinto (Nestor Vera). A situação do movimento camponês no Brasil, suas lutas e organização. Coleção Nestor Vera, caixa 06, Fundo IAP, Acervo ASMOB. CEDEM/Unesp.

²⁹³ XAVIER, **A situação do movimento camponês no Brasil**, 1967, p. 15.

completou seu pensamento, antes de voltar para o Brasil encaminhou uma carta de saída do Comitê Central.²⁹⁴

Em agosto daquele ano, o Comitê Central se reuniu para discutir sobre as alas divergentes do Partido, e principalmente do caso de Marighella, Jover Teles, Câmara Ferreira e outros dirigentes que estavam se rebelando. Dessa reunião ficou estabelecida a expulsão de Marighella e Jover Teles, que gerou insatisfação pública de Ferreira. Os Comitês Estaduais do Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul não acataram as determinações do CC, assim dissolveu-se as direções dessas regiões e colocou uma junta interventora.²⁹⁵ Segundo o Serviço de Informações do DOPS, Nestor Vera participou da Comissão Interventora no CE-SP, algo que é complexo se refletirmos sua posição na eleição de Marighella como Primeiro-Secretário e no posterior auxílio nas ações guerrilheiros do baiano.²⁹⁶

Em 1967 ocorreu também o VI Congresso do Partido Comunista Brasileiro, o qual – segundo consta a informação de Moisés Vinhas e no dossiê feito pela repressão– o Nestor Vera passou a ser membro do Comitê Central. Além dele outros que tinham posições de entender o camponês como principal agente para a Revolução brasileira vão para o CC, como Lyndolpho Silva, Elson Costa, Heros Trench.²⁹⁷ Mesmo assim, a posição das teses do Partido foi reafirmada: fazer a oposição legal como forma de resistência, condenar como esquerdismo a luta armada escolhida por Marighella na ALN. Segundo Motta,

O MDB se ajustava bem à estratégia estabelecida pelo PCB para enfrentar o regime militar. Na sua avaliação, era necessário construir uma frente democrática para tornar possível a derrota da ditadura, envolvendo todos os setores da oposição. Assim, o MDB foi encarado como o espaço privilegiado para o estabelecimento da almejada frente democrática. O PCB manteve sua estrutura clandestina em funcionamento, mas orientou a maior parte de seus militantes para a atividade legal dentro do MDB, partido a que deveriam filiar-se e ajudar a construir.²⁹⁸

A historiadora Anita Prestes, escreve que o congresso foi marcado por intensas disputas internas no partido. Mesmo que as facções que buscavam a luta armada já tivessem sido afastadas ou se retirado, ficaria assim o embate entre o secretário-geral,

²⁹⁴ Cf. PRESTES, **Luiz Carlos Prestes**, 2012.; GORENDER, **Combate nas trevas**, 1987.; MAGALHÃES, Mario. **Marighella. O Guerrilheiro que incendiou o mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

²⁹⁵ PRESTES, **Luiz Carlos Prestes**, 2012, p. 137.

²⁹⁶ Informação nº 994/78. Polícia Civil do Estado de São Paulo – Divisão de Ordem Política. Delegacia de Ordem Social. Dossiês do Setor de Análises, Operações e Informações – SOI OS 1043, Pasta 124. Doc. 12.

²⁹⁷ VINHAS, **O Partidão**, 1982. Ficha criminal de Nestor Vera. DOPS/MG, pasta 057, Fundo DOPS, Arquivo Público Mineiro

²⁹⁸ MOTTA, **O MDB e as esquerdas**, 2007, p. 291.

Prestes e seu grupo, contra os dirigentes reformistas.²⁹⁹ As posições eram contraditórias entre os militantes, havia aqueles que insistiam no caráter de libertação-nacional para as ações políticas do partido; do outro lado, Prestes começava a compreender que essa leitura estava errada e fadada ao fracasso. No entanto, não conseguia analisar concretamente o desenvolvimento do capitalismo brasileiro e assim não convencia os membros do CC de seu posicionamento.

A Comissão de Resoluções estava reunida havia 15 dias e não se conseguira chegar a acordo. A disputa era entre o secretário-geral, que era eu, que achava não ser possível continuar afirmando que o Brasil era um país semi-colonial, e a maioria da comissão, defensora dessas teses. Era indispensável terminar essa reunião, o Congresso não podia persistir por mais tempo, a ameaça policial era evidente, apesar de todas as precauções que havíamos tomado.³⁰⁰

As resoluções do VI Congresso do PCB foram publicadas no jornal *Voz Operária*, Órgão Central do Partido que voltou à ativa na clandestinidade, em janeiro de 1968. A capa do jornal tinha com destaque “*Realizado o VI Congresso do Partido Comunista Brasileiro*”, com a matéria referente ao encontro abaixo. Mas, temos de destacar que na mesma página havia uma nota em homenagem ao 70º aniversário de Luiz Carlos Prestes.³⁰¹ Estar na primeira página aponta a vitória de Prestes sobre os grupos chamados “*fracionistas*” ou “*corrente revolucionária*”. Nestor Vera havia sido o responsável no CC de elaborar o plano de homenagens a Prestes pelo seu aniversário, segundo consta o relato do Serviço de Informações, que deveria contar com algum infiltrado no Partido.³⁰²

O sociólogo Marcelo Ridenti identifica que entre 1967 e 1968 foram as maiores cisões dentro do PCB. Do partido saíram diversos outros agrupamentos: em São Paulo, a Aliança Nacional Libertadora (ALN), sob a liderança de Marighella e Câmara Ferreira; na Guanabara, surgiu o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) com Mário Alves. Outros partidos e movimentos se dividiram com a ideia do foquismo e a luta armada. Até o recentemente formado PCdoB teve suas divisões com a Ala Vermelha no Sudeste, e no Nordeste surgiu o Partido Comunista Revolucionário (PCR); ao longo dos

²⁹⁹ PRESTES, Anita Leocadia. **Luiz Carlos Prestes. O combate por um partido revolucionário (1958-1990)**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

³⁰⁰ Comentário de Luiz Carlos Prestes In. PRESTES, Luiz Carlos Prestes. **O combate por um partido revolucionário**, p. 141.

³⁰¹ **Voz Operária**, nº 35, Janeiro de 1968.

³⁰² Informação nº 994/78. Polícia Civil do Estado de São Paulo – Divisão de Ordem Política. Delegacia de Ordem Social. Dossiês do Setor de Análises, Operações e Informações – SOI OS 1043, Pasta 124. Doc. 12.

anos 1970 novas divisões apareceram, o Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT), em São Paulo e, em Minas Gerais, o Movimento Revolucionário Marxista (MRM).³⁰³

Na formação da ALN, constam nos documentos do DOPS que Nestor Vera esteve entre os fundadores, tanto que foi indiciado pelo órgão repressor como membro da guerrilha de Marighella.³⁰⁴ Entretanto, há algumas divergências entre as informações, pois se Nestor Vera rachou com os outros militantes não poderia ser da Comissão Interventora no CE-SP, como é escrito pelo Serviço de Informações. Outra questão é que os informantes do DOPS afirmam que Vera saiu, mas voltou em 1968 para o PCB, algo que se for verdadeiro não iria se manter no Comitê Central como havia sido eleito no VI Congresso, mas manteve a posição até 1975.

Algo que pode nos auxiliar nessa questão é que a proximidade de Nestor Vera, principalmente, com Câmara Ferreira era de longa data, devido partilharem a luta nas fileiras do PCB por muitos anos. Assim, como nos contou Del Roio, nos primeiros anos da ALN, mesmo com o racha e as divergências políticas, havia muita proximidade entre os militantes das duas organizações. Sendo que Vera auxiliava os guerrilheiros em seus planos para montar a luta armada no campo, pois era militante com grande experiência na militância junto aos camponeses e era de grande valia para compreender o mundo rural. Nossa hipótese é que, vendo essa ligação entre Câmara Ferreira e Nestor Vera, a repressão tenha entendido que o camponês comunista havia rompido com o PCB e ido para a guerrilha, mas Vera se manteve no partido até a sua morte.

Os ideais de Marighella, sobre uma guerrilha rural, aparecem na carta que encaminhou para o Comandante cubano Fidel Castro e para o CC do PCB, em 1967. Nesse sentido, se encontra o pensamento de Nestor Vera que, desde o início dos anos de 1960, afirmava a importância da luta camponesa, da intensificação da participação do Partido no campo e da aliança operária camponesa.³⁰⁵ Escreveu Marighella:

Não estou preocupado em construir outro partido para ficar na cidade. (...) Para mim, chegou o momento em que as forças revolucionárias devem concentrar-se na área rural. O papel de uma direção proletária, marxista-leninista, pelo menos na América Latina, é estar no campo, e não na cidade.³⁰⁶

³⁰³ RIDENTE, Marcelo. **O fantasma da Revolução brasileira**. São Paulo: Editora Unesp, 2010. pp. 30-31.

³⁰⁴ Relatório do Inquérito Policial do DOPS. Secretaria da Segurança Pública – DOPS. Acervo DOPS-MG, Pasta 4149, Aliança Nacional Libertadora, Arquivo Público Mineiro.

³⁰⁵ Cf. VERA, **O papel dos camponeses na Revolução**, 1960.

³⁰⁶ Carta de Carlos Marighella al Partido Comunista Brasileño. In. PRESTES, **Luiz Carlos Prestes**, 2012, p. 135.

O documento “*Alguns problemas de organização*”. escrito por Nestor Vera referente ao desafio de compreender as dificuldades organizativas e de estrutura do Partido Comunista Brasileiro, possui data incerta, mas os indícios apresentam que foi escrito no início dos anos de 1970. Para Vera o grande problema do Partido era se intitular “*partido da classe operária*”, mas não estar no “*seio da classe operária das grandes empresas*”, dessa forma o caráter de classe não se desenvolveu e a “*ideologia não proletária*” esteve presente desde a fundação do PC no Brasil.³⁰⁷

Nestor identifica as ideologias pequeno-burguesas dentro do partido que impossibilitaram a entrada nas grandes empresas, assim as posições não acertadas da realidade do proletariado levaram os Comunistas a tomarem linhas políticas inadequadas à luta revolucionária e com isso os operários não viam neles seu partido de vanguarda.

Essa falsa compreensão é sumamente agravada pelas condições específicas da classe operária no Brasil. De seu surgimento até a terceira década do século XX, a classe operária e o movimento operário eram tratadas pelas classes dominantes como “caso de polícia” o que explica a repressão policial a que esteve submetida. A partir de 1930, porém, a burguesia modificou sua tática: desencadeou uma ofensiva sistemática de mistificação e condicionamento da classe operária e seu movimento. [...] Tal política da burguesia, atuando sobre uma classe operária cuja composição orgânica é permanentemente alterada pela incorporação de novos contingentes oriundos do campo e pela pequena-burguesia urbana, tem que influir na formação da consciência de classe da classe operária, logo na sua compreensão da necessidade de uma forte organização revolucionária.³⁰⁸

Para Leôncio Rodrigues a penetração dos militantes comunistas nas fileiras do operariado a partir de 1930 foi dificultada pelo aparecimento da política populista de Getúlio Vargas, como apontou também Nestor Vera. A hipótese de Vera é encontrada na análise que Rodrigues realiza sobre a trajetória do PCB, em suas palavras:

nossa hipótese que o contexto político e econômico que cercou a industrialização brasileira e outras transformações institucionais foi amplamente desfavorável para um tipo de atuação política que procurasse contar, basicamente, com a capacidade de mobilização e organização autônoma dos trabalhadores fabris, em particular, e das classes baixas, em geral.³⁰⁹

Vera continua sua análise das influências burguesas na classe operária, seu apontamento é que além da pressão ideológica e da repressão policial o operariado acabou recebendo interferência de “*interpretações sociológicas*” que eram inconsequentes. Sua crítica mais contundente, com certa acidez, foi sobre os movimentos na esquerda que

³⁰⁷ VERA, Nestor. **Alguns problemas de organização**. (manuscrito), s/d. IAP-Coleção Nestor Vera, cx I, Fundo ASMOB, CEDEM/Unesp. p. 1.

³⁰⁸ VERA, **Alguns problemas de organização**, s/d, p. 2

³⁰⁹ RODRIGUES, **O PCB**, 2003, p. 434.

tentam importar ações revolucionárias de outras realidades diferentes historicamente e culturalmente da realidade brasileira, dessa forma acabam por se confundirem com as posições da burguesia contra a classe operária.

Certos grupos pequeno-burgueses radicais, que pregam qualquer papel revolucionário à classe operária, apropriam-se, inclusive, em fragmentos deturpados da experiência revolucionária de outros países.³¹⁰

Provavelmente Nestor Vera estava fazendo uma crítica à formação de guerrilhas com inspiração no desenvolvimento revolucionário da experiência cubana. Se for nesse sentido Vera, estaria criticando algo que não participou diretamente, mas que teve uma atuação indireta com as ajuda a Marighella e Câmara Ferreira, na ALN. Se for em relação a maneira mecânica de interpretação da Revolução Russa, que o PCB realizou por diversas vezes, no sentido do etapismo, Vera também havia compartilhado desse pensamento ao propor uma luta de libertação nacional para acabar com o semifeudalismo e semicolonialismo.

O comunista camponês colocou como tarefa central dos Comunistas “*derrotar a influência ideológica da burguesia sobre a classe operária e formar nas grandes empresas um forte Partido*”³¹¹; assim, caberia à direção partidária organizar todos os militantes para essa tarefa, além de realizar um sistemático estudo sobre a formação e estruturação da classe operária que desse subsídio nas orientações políticas. Nestor Vera aponta algo fundamental na teoria marxista-leninista que é o partido de quadros, em seu documento escreve que o PCB deveria modificar sua política de quadros partidários.

O centro de nossa política deve estar voltado para a formação de quadros que possam desempenhar sua missão revolucionária dentro das empresas fundidas com a massa da classe operária.

Tais quadros devem ser altamente preparados ideológica, política e profissionalmente, afim de que possam ingressar nas empresas e ai permanecerem o tempo necessário para a formação da organização partidária.

Tal política, ao mesmo tempo em que desempenhará o papel de fundir a ideologia revolucionária com o movimento operário, contribuirá decisivamente para a correção dos erros e desvios ideológicos existentes nos escalões dirigentes.³¹²

O líder da Revolução de Outubro de 1917, dentre os marxistas, foi o que mais se destacou em compreender a organização de um partido como fundamental de um processo revolucionário. Sánchez Vásquez aponta que Marx e Engels não desenvolveram a ideia do partido comunista, devido estarem historicamente comprometidos na

³¹⁰ VERA, **Alguns problemas de organização**, p. 3.

³¹¹ VERA, **Alguns problemas de organização**, p. 5.

³¹² VERA, **Alguns problemas de organização**, s/d, pp. 5-6.

estruturação de uma teoria que pudesse compreender o capitalismo, o proletariado e a Revolução, já em Lenin se tornou o ponto principal devido ao seu momento histórico na Rússia.³¹³ O modelo citado por Nestor Vera da formação de um partido de quadros é inspirada na formulação leniniana. Em “*Que fazer?*”, Lenin determina nas condições específicas da Rússia – sob uma intensa repressão e clandestinidade do movimento operário e socialdemocrata – como o partido deveria se organizar com os melhores dentre a classe do proletariado.³¹⁴

Para Lenin o partido revolucionário deveria ser a instância da vanguarda do proletariado, quem deveria direcionar a consciência de classe e o movimento revolucionário de tomada do poder político. Para tanto, os membros deveriam ser profissionais da Revolução, se preparando teoricamente e na ação, estando a sua vida totalmente voltada para a luta revolucionária.

É nesse sentido que Nestor Vera conduziu praticamente toda a sua vida, se formando teoricamente e na luta prática e concreta. Por muitos anos o PCB foi basicamente um partido de massas, negligenciando a organização dos seus quadros revolucionários. Vera acreditava que esse era um dos erros centrais do partido, por ser uma estratégia que impossibilitava que o partido avançasse como vanguarda do proletariado, resultando no fato de que a classe operária nem reconhecia o PCB como sendo o seu partido.

Pouco antes do VI Congresso, o historiador e militante pecebista Caio Prado Jr. lançou sua obra “*A Revolução Brasileira*” (1966), a qual teve como fundamento sugerir perspectivas de ação diferente das que seriam apresentadas no congresso.³¹⁵ O marxista paulista reafirmou sua tese de que o Brasil surgiu enquanto país imerso já no mercantilismo, sendo uma peça agroexportadora no jogo da divisão internacional do trabalho. A produção agrícola individual e familiar não era hegemônica no país, ocorrendo em poucos casos, o que não poderia caracterizar o aspecto camponês da produção, e mesmo com as alterações na força de trabalho – do trabalho escravo para o assalariado – a estrutura de exportação não se modificou.

Do ponto de vista do conjunto da estrutura econômica brasileira, o setor agrícola ocuparia a função de centro nevrálgico, na opinião de Prado Jr., devido ao papel desempenhado pelo Brasil na divisão internacional do trabalho, enquanto sistema colonial

³¹³ VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Filosofia da práxis**. Buenos Aires: CLACSO; São Paulo: Expressão Popular, 2011. pp.320-324.

³¹⁴ LÊNIN, Vladimir Ilitch. *Que fazer?*. LÊNIN, Vladimir Ilitch. **Obras escolhidas**. São Paulo: Alfa e Omega, 1988.

³¹⁵ PRADO JR, Caio. **A Revolução Brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1966.

voltado para a produção de primários; condição colonial essa que perduraria até a atualidade sem maiores transformações de envergadura, uma vez que o grosso da capacidade produtiva nacional é sistematicamente canalizada para o exterior, de acordo com os interesses do imperialismo.³¹⁶

O latifúndio, então, era uma forma retrógrada, porém que funcionava com os interesses do mercado externo. A problemática levantada pelo PCB do latifúndio impedindo o desenvolvimento do mercado interno, para Prado Jr. não era concebível, visto que, por conta da ligação externa da economia brasileira, o mercado interno não se ampliava. Embora nos anos de 1950 tenha-se desenvolvido uma produção nacional e que medidas foram tomadas para uma ampliação do mercado interno, esse teria toda sua estrutura subordinada ao mercado externo. O autor já afirmava essas ideias em *“Diretrizes para uma política econômica brasileira”*, de 1954, expõe que, mesmo com as mudanças estabelecidas pelo segundo governo de Vargas, a estrutura colonial exportadora é preponderante, *“o mercado externo continua sendo a base essencial de nossa economia e o próprio mercado interno é em função dele.”*³¹⁷

Essa concepção de Caio Prado Jr. nega a ideia pecebista de lutar contra o latifúndio para o desenvolvimento capitalista brasileiro, e, principalmente, debate com Nelson Werneck Sodré que acreditava na formação do mercado interno como chave de seu desenvolvimentismo. Porém, o autor não nega a importância de se lutar contra o latifúndio; a contradição entre PCB e Prado Jr. está contida na formulação teórica, mas não na luta política prática.

Há de se ressaltar a concepção sobre a força de trabalho no campo, que segundo um setor do PCB mantinha um caráter semifeudal, o historiador marxista nega categoricamente, afirmando que eram relações capitalistas de assalariamento. Nos escritos de Nestor Vera encontramos a concepção de semifeudalidade do país, porém, ele se alinha ao pensamento pradiano ao identificar a terça ou a parceria como formas assalariadas.

Trata-se entre nós, pelo menos naquelas instâncias de real significação econômica e social no conjunto da vida brasileira. Isto é, com o pagamento da remuneração do trabalhador com parte do produto, a metade, na meação; as duas terças, na terça. A nossa parceria assimila-se assim antes ao salariato, e constitui, pois, em essência, uma forma capitalista de relação de trabalho.³¹⁸

³¹⁶ MANTEGA, Guido. **A economia política brasileira**. Rio de Janeiro: Polis/Vozes, 1984. p. 247.

³¹⁷ PRADO JR, Caio. O sentido reestruturador da política econômica. In.: SANTOS, Raimundo. Caio Prado Jr. Dissertações sobre a Revolução Brasileira. São Paulo: Brasiliense: Fundação Astrogildo Pereira, 2007. p. 221.

³¹⁸ PRADO JR., **A Revolução Brasileira**, 1966, pp. 160-161.

Vera escreve em um relatório sobre uma reunião do Comitê Central do PCB sobre a realidade do Estado de São Paulo para aplicabilidade do plano político do congresso. As reflexões partem sobre o desenvolvimento do capitalismo na região, que para Nestor já havia se criado uma força de trabalho totalmente capitalista no campo, sendo o Estado que mais se penetrou o capitalismo.

No campo, a penetração capitalista que vem se processando continuamente em grande escala, não liquidou com a grande propriedade latifundiária e vem transformando o latifúndio atrasado em capitalista, adaptando-o às novas relações de produção. Esse fato está tendo como consequência social mais importante a formação de um numeroso proletariado rural e sua concentração em determinadas áreas de grandes empresas agrícolas de tipo capitalista. Esses assalariados rurais se constituem na principal base social da classe para a construção do Partido no campo e para a realização da aliança operário-camponesa.³¹⁹

Na Resolução Política do VI Congresso, o Partido reafirma suas antigas teses da formação de um mercado interno para o desenvolvimento econômico do país, a mesma ideia de uma burguesia nacional a partir de então, aquela chamada de não entreguista, entrando em contradição com o imperialismo e o latifúndio que colocaria o Brasil em outro patamar econômico.

Lutar para controlar o mercado interno e se choca com a ação do imperialismo. Seu interesse pela ampliação do mercado consumidor leva-o a apoiar a luta pela reforma agrária. Formou-se e ampliou-se, assim, um sector burguês que se liga ao movimento nacionalista e democrático, contrapondo-se nisto ao sector entreguista da burguesia brasileira.³²⁰

Assim como o PCB, Prado Jr. considerava o imperialismo um entrave do desenvolvimento econômico brasileiro; por sua herança colonial, o país entra na dinâmica da dominação capitalista de forma a não criar alguma resistência. Não acreditava que o latifundiário estaria ligado diretamente ao imperialismo, e muito menos em contradição com a burguesia industrial, pois o capital estrangeiro estaria investindo na indústria manufatureira, por conseguinte, expandia os empreendimentos locais.

No enfrentamento ao imperialismo para a superação do caráter colonial da economia brasileira, Caio Prado Jr. escreveu que era necessária a formação de *“uma coletividade nacionalmente integrada, ou seja, voltada a si mesma, e estruturada social e economicamente em função de sua individualidade coletiva e para atender às*

³¹⁹ Nestor Vera acerca de reunião do Comitê Central do PCB sobre São Paulo. Coleção Nestor Vera, caixa 06, Fundo IAP, Acervo ASMOB. CEDEM/Unesp.

³²⁰ Resolução Política do VI Congresso do PCB. **Problemas Políticos do Movimento Comunista e Operário Internacional**. n.º 9; Editorial Avante!, Lisboa, 1976, págs: 127-166. Retirado de: <https://www.marxists.org/portugues/tematica/1967/12/resolucao.htm>. Acesso: 01 de Março de 2017, às 18h50.

aspirações e necessidades próprias.”³²¹ A esse respeito Ruy Mauro Marini, em uma resenha crítica de “*A Revolução Brasileira*”, coloca que não havia nada de inovador nessa visão, pois seria algo já realizado por Celso Furtado e Wanderley Guilherme, na perspectiva de se criar no Brasil condições para superar as inadequações da estrutura produtiva em relação ao consumo e ao emprego da população.³²²

Marini realizou uma crítica ao historiador pecebista, por subestimar as lutas dos trabalhadores do campo, os colocando em segundo plano na dinâmica revolucionária brasileira. Afirmou, especialmente, que Caio Prado Jr. não compreendeu corretamente a forma que se davam as relações entre a burguesia e o imperialismo, ou mesmo não elaborou um trabalho minucioso para entender a burguesia nacional.

Insuficiência da análise da burguesia não nos permite ver com clareza as diferenças que se expressam entre suas várias camadas (grande, média e pequena), nem sequer entre seus principais setores (indústria pesada e leve). No entanto, a compreensão de tais diferenças contribuiria muito mais para esclarecer as lutas em torno do controle do Estado do que o conceito de “burguesia burocrática”, visivelmente importado de certas análises da realidade mexicana, bem como situar melhor a posição da burguesia frente ao problema de desenvolvimento planejado e o atrito dali derivado em relação ao capitalismo internacional.³²³

O setor operário havia crescido consubstancialmente a resistência à ditadura, podemos pensar que a ascensão iniciou com as greves de Osasco (SP) e Contagem (MG) em 1968, as quais passaram por forte repressão do regime. O Ato Institucional nº 5 que recrudescer o regime repressivo contra as forças democráticas, limitou ainda mais a participação de lideranças oposicionistas nos sindicatos.

É importante ressaltar que apesar da repressão feroz, com a prisão e a tortura como práticas correntes, que visava alcançar os manifestantes em todas as partes, os militantes operários fizeram da fábrica seu *locus* privilegiado de ação. Esse tipo de alteração atingiu diversos setores envolvidos no trabalho sindical, e pôde ser sentida mesmo na prática dos militantes cristãos do ABC paulista. Para Martins, isto significou a “volta ao trabalho de fábrica, ao trabalho de bairro, procurando organizar equipes e levar adiante não só o movimento, mas, principalmente, a resistência ao sistema”.³²⁴

Nos anos de 1970, com farta experiência na área dos sindicatos rurais, Nestor Vera passou a participar da seção sindical do PCB. O líder camponês escreveu uma carta a Comissão Executiva do Partido esclarecendo como a ditadura desmontou e dificultava a

³²¹ PRADO JR., *A Revolução Brasileira*, 1966, p. 130.

³²² MARINI, Ruy Mauro. Crítica à *A Revolução Brasileira*, de Caio Prado Júnior. In: STÉDILE, João Pedro. *A questão agrária no Brasil: o debate na esquerda 1960-1980*. São Paulo: Expressão Popular, 2012. pp. 105-106.

³²³ MARINI, *Crítica à A Revolução Brasileira*, p. 105.

³²⁴ SANTANA, Marco Aurélio. Trabalhadores, sindicatos e regime militar no Brasil. In: PINHEIRO, Milton (org.). *Ditadura: o que resta da transição*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014. p 187.

formação dos sindicatos rurais, a carta foi elaborada em resposta a um artigo publicado em 1973 no *Voz Operária* escrita por A.C. Carvalho afirmando que a ditadura não havia alterado a estrutura sindical rural.

A ditadura não simplificou a organização de sindicatos rurais como diz A.C. Carvalho em seu artigo. Ao contrário, dificultou muito a organização sindical rural e a prejudicou.

Antes havia sido conseguido a criação de sindicatos rurais e federações separados por classes e camadas: de assalariados agrícolas; de arrendatários e parceiros (Sindicatos de Trabalhadores Autônomos) e de Pequenos Proprietários. Essa portaria foi abolida e decretado outra permitindo somente um sindicato de trabalhadores em cada município e uma só federação, onde ficam misturadas todas as classes e camadas, o que facilita a eleição de camponeses ricos e até de representantes de latifundiários e pessoas estranhas à categoria nas direções dos referidos sindicatos e das Federações, o que é negativo para o movimento sindical dos trabalhadores rurais.³²⁵

Em documento referente às discussões nos ativos sindicais do PCB, consta que o ponto central era: *“luta é derrotar a ditadura para libertar a classe operária, os camponeses e todo o povo, do terror a que está submetido com esse governo fascistizante.”*³²⁶; ou seja a luta pelas liberdades democráticas. Anita Prestes mostra como houve uma discussão dentro do PCB em relação à adjetivação e/ou conceituação sobre a ditadura, a partir de 1969 era usado o termo *“fascistizante”*, depois passou para *“ditatorial, reacionário e entreguista”*, foi o Comitê Estadual da Guanabara que buscou primeiramente definir o regime brasileiro como fascista, a opinião expressada no documento produzido em 1970. Nele CE afirmava: *“O regime de abril, por sua essência de classe (serviçal das classes dominantes, do imperialismo etc.), por suas vinculações antinacionais e por sua ideologia reacionária, pode tranquilamente, ser classificado como de tipo fascista”*.³²⁷

Entre os grifos feitos por Nestor Vera no documento de discussão estava *“a luta pelas conquistas de uma vida melhor”*, na qual a pauta era a questão do aumento dos salários. Para o PCB a política salarial da ditadura era sua base para enfrentá-la, pois era onde a classe trabalhadora estava sentindo mais as dores do regime. Para que essa tática fosse adiante, o mecanismo era o fortalecimento dos sindicatos, especialmente nas grandes empresas. Dessa forma, o documento direcionava os comunistas:

³²⁵ SILVA, Wilson (psed. Nestor Vera). *À Comissão Executiva do C.C.* Datilografado. Coleção Nestor Vera, caixa 02, Fundo IAP, Acervo ASMOB. CEDEM/Unesp. p. 6.

³²⁶ **Esquema para discussão nos ativos sindicais.** Datilografado. Coleção Nestor Vera, caixa 02, Fundo IAP, Acervo ASMOB. CEDEM/Unesp. p. 1.

³²⁷ Resolução Política do CE da Guanabara do PCB (mar. 1970), Temas de Ciências Humanas, SP, nº 10, 1981, p. 71-91. In. PRESTES, **Luiz Carlos Prestes**, 2012, p. 159.

devemos lutar para o aumentar o número dessas entidades e fortalecer as existentes com aumento de filiados novos. A organização é a arma poderosa para os trabalhadores defenderem seus direitos. Fortalecer os sindicatos e Federações é um dever permanente de todo revolucionário.³²⁸

No âmbito da mobilização no campo, o “*Esquema para discussões*” apontava que havia um grande avanço no tocante à luta dos camponeses. Foram apresentados dados referentes a luta trabalhista na questão da aplicação da legislação para os trabalhadores no campo. Segundo o documento, “*nas regiões de Minas e São Paulo, cerca de 200 mil processos de indenização proporcional ao tempo de serviço foram feitos junto a Justiça do Trabalho.*”. Apontam também a luta pela posse da terra: “*A luta contra os despejos e pela conquista da terra e dos títulos legais da posse da terra vêm crescendo por toda parte [...] 109 conflitos de terras pelo Brasil.*”³²⁹ Essas observações se assemelham ao pronunciamento de Nestor Vera no Congresso de Belo Horizonte, em 1961, que tinha como princípio afirmar a necessidade da luta pela posse da terra, mas que não poderia deixar de lado as conquistas imediatas.

Provavelmente, esse trecho do citado teve interferência de Nestor Vera pelo modo que ele é redigido. Ao final do texto há uma nota manuscrita com a letra de Vera que apresenta “*impulsionar a luta da classe operária como a força decisiva*”. Nos primeiros anos da década de 1970 o líder camponês colocou bastante peso na tarefa de organizar as lutas nas fábricas e no campo, onde a ditadura estava estimulando um projeto de industrialização com a criação dos complexos agroindustriais, especialmente no setor do açúcar e álcool. , Mesmo impossibilitado a fazer parte da diretoria sindical, Vera possuía influência entre os sindicatos rurais, principalmente no interior paulista, onde muitos dos sindicatos haviam sido fundados com a sua participação.

Para se manterem ligados às lutas nos sindicatos, segundo o historiador Marco Aurelio Santana, os Comunistas tiveram que participar de chapas com pelegos ou não os contrariar dentro do sindicato.³³⁰ Na Contag a partir da direção dos militantes dos círculos católicos que foram formados em cursos do Instituto Americano de Desenvolvimento do Sindicalismo Livre (Iadesil), cursos promovidos pelos EUA, que tinham como intuito a divulgação de ideias conciliatórias, os dirigentes deveriam desenvolver mecanismos de negociação e não de enfrentamento.

³²⁸ **Esquema para discussão nos ativos sindicais.** Datilografado. Coleção Nestor Vera, caixa 02, Fundo IAP, Acervo ASMOB. CEDEM/Unesp. p. 3.

³²⁹ **Esquema para discussão nos ativos sindicais,** p. 6.

³³⁰ SANTANA, **Trabalhadores, sindicatos e regime militar no Brasil.**

Ao longo dos anos de 1970, as atividades de formação envolviam temas amplos, como administração sindical, contabilidade, legislação, mas também um esforço de conhecimento sobre a realidade do país. Ocorreram encontros educacionais de alguns estados, de forma a ir produzindo um afinamento de linguagem e de práticas.³³¹

Um exemplo melhor documentado do tipo de militância que Nestor Vera realizou enquanto esteve na clandestinidade pode ser encontrado no trabalho que fez em volta do II Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, em 1973. Sob o pseudônimo de Wilson Silva, Nestor Vera publicou um artigo no jornal *Voz Operária* chamando os camponeses para lutarem pela aplicação das resoluções tiradas nos encontros regionais de preparação ao II Congresso organizado pela CONTAG. Foram realizados sete encontros regionais das 22 Federações ligadas a Confederação, segundo Vera “*os participantes discutiram a situação geral dos homens que trabalham na lavoura e suas reivindicações mais sentidas, econômicas e políticas a serem debatidas em Brasília, e depois apresentadas ao governo.*”³³²

Vera faz uma lista grande das principais reivindicações imediatas do movimento sindical rural, debatidas nos encontros. Nesse aspecto, se assemelha às orientações partidárias para o movimento sindical, que seria partir do econômico para passarem ao político no questionamento da ditadura. A questão da Reforma Agrária foi destaque no descontentamento da massa camponesa contra o governo, pois este havia prometido e nem avançava em nada nessa temática.

Nos referidos congressos e encontros dos trabalhadores rurais tem havido críticas ao governo por falar muito em reforma agrária e nada de positivo ter feito até agora. Na verdade, nada poderia ter feito como nada vai fazer, porque o objetivo da reforma agrária do governo não é dividir os latifúndios e entregar a terra aos camponeses. Pelo contrário. É uma política agrária de Colonização, cuja finalidade é ampliar as grandes propriedades dos latifundiários nacionais e estrangeiros.³³³

Essa denúncia realizada por Nestor Vera é referente à política de expansão da fronteira agrícola para o norte do país. Como aponta o geógrafo Ariovaldo Umbelino de Oliveira sobre a política de expansão da ditadura com a formulação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), de 1970, e o Plano Nacional de Integração (PIN), de 1972/1974, “*nascia assim, da estratégia geopolítica da ocupação/exploração da Amazônia a chamada ‘contrareforma agrária do Estado autoritário’, pois, passou-se*

³³¹ MEDEIROS, Leonilde Servolo. Trabalhadores do campo, luta pela terra e o regime civil-militar. In: PINHEIRO, Milton (org.). **Ditadura: o que resta da transição**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014. p. 211.

³³² SILVA, Wilson (pseud. Nestor Vera). Lutar pela aplicação das resoluções do congresso camponês. **Voz Operária**, nº 99, maio de 1973. p. 3.

³³³ SILVA, **Lutar pela aplicação das resoluções do congresso camponês**, 1973, p. 3.

a chamar de 'reforma agrária' os projetos de colonização implantados na Transamazônica pelo INCRA.”³³⁴

Para Vera, a distribuição de terras para a reforma agrária, concedidas pelo governo ditatorial era irrisória, configurava apenas algumas faixas no Nordeste, enquanto para o latifúndio eram proporcionadas terras em abundância como foi o caso da multinacional estadunidense Ludwig – que angariou terras na fronteira em entre Pará e o Amapá, sendo considerado o maior latifúndio do mundo.³³⁵ O líder camponês terminou seu artigo enaltecendo a ajuda dos sindicatos urbanos para a realização do II Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais; mais uma vez, tentava colocar a importância da aliança operário-camponesa para concretização de uma vitória conjunta.

Em manuscrito intitulado “*Esboço para análise do II Congresso dos Trabalhadores Rurais*”, encontrado junto aos documentos de Nestor Vera arquivados na coleção que leva seu nome no Acervo ASMOB do Cedem/Unesp, a letra não é a de Vera, possivelmente é de algum militante que participou do conclave e encaminhou um balanço para o líder camponês. Exalta que o Congresso como um todo foi “*amplamente positivo*”, tendo participado representantes de 19 Federações do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Bahia, Pernambuco, Ceará, Alagoas, Rio Grande do Norte, Sergipe, Pará, Maranhão, Piauí e Paraíba, além de uma delegação do Amazonas. Os delegados foram divididos em comissões: legislação trabalhista; educação; reforma agrária; previdência social; desenvolvimento agrário.³³⁶

Para o militante o nível político dos participantes do Congresso era muito baixo, mesmo entre os militantes Comunistas que estiveram em todas as comissões tendo suas propostas aprovadas. É interessante, ao tratar sobre a divisão de origem dos delegados nas comissões, aponta que aos trabalhadores do campo, o grande interesse é a reforma agrária e os direitos trabalhistas; para a pequena burguesia rural, sua participação era voltada para as comissões de desenvolvimento rural e previdência social. A grande maioria dos delegados na comissão de reforma agrária era do Nordeste, na legislação trabalhista eram de nordestinos e, do centro-oeste, nas comissões de desenvolvimento agrícola predominou os sulistas.³³⁷

³³⁴ OLIVEIRA, **Modo Capitalista de produção, Agricultura e Reforma Agrária**, 2007, p. 123.

³³⁵ SILVA, **Lutar pela aplicação das resoluções do congresso camponês**, 1973, p. 3.

³³⁶ **Esboço para análise do II Congresso dos Trabalhadores Rurais**, 1973. Coleção Nestor Vera, caixa 06, Fundo IAP, Acervo ASMOB. CEDEM/Unesp. p. 1.

³³⁷ **Esboço para análise do II Congresso dos Trabalhadores Rurais**, 1973, p. 3.

Em suas conclusões sobre o Congresso, o desconhecido autor relatou:

I – O congresso reforçou a organização sindical rural, fortalecendo suas forças nacionalmente.

II – Há necessidade de se elevar o nível dos dirigentes do MSR, que poderá realizar-se através do trabalho de educação, assessoria jurídica etc. (No campo ganha-se facilmente a confiança dos camponeses em qualquer nível, inclusive o dirigente) pela eficiência do trabalho.

III – Não é difícil penetrar na área do MSR, quer como membros da categoria, quer como assessoria.

IV – O congresso não foi muito forte politicamente face às restrições impostas pela ditadura, obrigado a Contag a realizá-la, “meio água com açúcar”, mas serviu pela divulgação obtida, para propagar a realidade vivida pelo homem do campo.³³⁸

O Ministério do Trabalho havia proibido que a Contag debatesse sobre os direitos trabalhistas para os trabalhadores do campo e sobre a previdência social. Mesmo assim, mantiveram os temas para serem debatidos nas comissões, como forma de represália todo o Congresso foi acompanhado por policiais à paisana e infiltrados nas reuniões para vigiar e amedrontar os participantes.³³⁹ Como aponta Medeiros, por mais que a direção dos sindicatos rurais e sua Confederação estivessem sob o comando dos “pelegos”, os Comunistas buscavam brechas para atuarem unindo-se com a ala mais progressista da Igreja Católica, dessa forma puderam aprovar resoluções contrárias aos interesses da ditadura e dos latifundiários.³⁴⁰

Em balanço sobre a sindicalização dos trabalhadores do campo e da cidade, Nestor Vera escreveu que haviam avançado quantitativamente no ano de 1973, todavia em referente à participação dos Comunistas explicou que não conseguiam avançar na formação da base estando ainda os “especialistas” ou “quadros partidários” no comando dos congressos, coloca que havia a necessidade da base passar a dirigir os sindicatos e encontros sindicais.

Houve melhora nesses conclaves e suas resoluções no essencial, contrariam a política da ditadura. Mas isso é preciso repetir que nosso trabalho em relação a esses conclaves igual que no trabalho sindical em geral, continua sendo feito por “especialistas” e não pela estrutura partidária, pela cúpula não pela base.³⁴¹

De alguma forma Nestor Vera saiu do Brasil em 1973 para participar como delegado do VII Congresso Sindical Mundial, ocorrido entre os dias 15 a 22 de outubro em Varna, Bulgária. Antes de chegar à Europa, Vera passou por países da América Latina

³³⁸ **Esboço para análise do II Congresso dos Trabalhadores Rurais**, 1973, p. 4.

³³⁹ RAMOS, **Capital e trabalho no sindicalismo rural**, 2011, p.156.

³⁴⁰ MEDEIROS, **Trabalhadores do campo, luta pela terra e o regime civil-militar**, 2014.

³⁴¹ **Balanço das atividades sindicais de 1973**. Coleção Nestor Vera, caixa 06, Fundo IAP, Acervo ASMOB. CEDEM/Unesp. p. 4.

na preparação do encontro internacional para, posteriormente, ir aos países socialistas do leste europeu. Em seu relatório de viagem, Vera conta que foi primeiro para Buenos Aires, onde permaneceu por oito dias e entregou relatório sobre a situação dos sindicatos brasileiros ao Partido Comunista da Argentina (PCA).³⁴²

Da Argentina passou para o Chile, chegando ao país no meio do golpe militar de Pinochet que desencadeou no dia 11 de setembro. Por isso, podia tomar mais cuidados. Relatou que havia sido recebido por Zuzu, provavelmente Zuleika Alembert que era membro do CC do PCB, que tinha sido exilada em 1970. Nos oito dias que passou pelo país, Vera tirou cópias do Documento Sindical para serem entregues a todos os partidos comunistas da América. Ele se encontrou com o responsável pelo secretariado de base do PCB que estava no exílio, deixou mais cópias do documento e respondeu perguntas referentes a situação do Brasil.

Vera entrou em contato com membros do Partido Comunista do Chile para conversarem sobre a situação sindical e dos camponeses nos dois países. Por ser responsável pela direção sindical do PCB no Brasil, Vera também esteve ligado às organizações sindicais internacionais como representante brasileiro. No Chile entrou em contato e debateu os rumos do movimento sindical com o secretário do Conselho Permanente de Unidad Sindical de los Trabajadores de America Latina (CPUSTAL).

Depois de resolver tudo no Chile, e por conta da instabilidade política e da repressão dos golpistas chilenos, ele partiu para Paris. Já no velho continente Vera participou de uma festa em homenagem ao jornal *Le humanité* junto de brasileiros que o organizaram. Da França partiu para Moscou, capital da URSS, ali debateu o documento sindical com Luiz Carlos Prestes, aceitando suas orientações de modificação do texto. Prestes conseguiu 50 cópias para entregarem aos PC's da América Latina e para os soviéticos.

Em Varna, durante o VII Congresso Sindical Mundial da Federação Sindical Mundial (FSM) estiveram presentes 517 delegados de 93 países, sendo 55 centrais sindicais ligadas a FSM, 113 não filiadas à entidade internacional e convidados observadores da FAO, UNESCO e OIT. Segundo a matéria escrita por Nestor Vera e encaminhada ao jornal *Voz Operária*, os debates foram em relação à situação da classe trabalhadora no mundo capitalista em comparação com o bloco socialista. Apresentaram que entre 1960 a 1972, 500 milhões de trabalhadores fizeram greve para não terem seus

³⁴² SILVA, Wilson (pseud. Nestor Vera). **Relatório da viagem**. Coleção Nestor Vera, caixa 02, Fundo IAP, Acervo ASMOB. CEDEM/Unesp. p. 1.

direitos retirados, em comparação com os países socialistas apresentaram os avanços nas matérias de saúde, emprego e educação.³⁴³

Os delegados brasileiros, inclusive Nestor Vera, denunciaram a tortura, a falta de liberdades democráticas e as arbitrariedades da ditadura, na publicação comunista escreveram:

No Congresso foi denunciada a situação de opressão e exploração a que está submetida a classe operária e os camponeses no Brasil, os assassinatos de patriotas e a falta de liberdade com a política de terror da ditadura fascista que infelicita nossa pátria, e desmascarado o tal “milagre econômico brasileiro”, que se realiza a custa da exploração crescente dos que vivem de salários e vencimentos, e serve unicamente aos grandes monopólios nacionais e estrangeiros e aos latifundiários.³⁴⁴

Ao final do conclave sindical Nestor Vera dirigiu-se para Cuba, a fim de tratar dos assuntos sindicais da FSM e dos sindicatos latino-americanos. Sua participação em Cuba foi como convidado da FSM. no XIII Congresso dos Trabalhadores de Cuba. Em sua estadia na ilha caribenha, o militante manteve contato com os líderes sindicais soviéticos e proferiu uma aula sobre a história do Brasil em uma escola de crianças soviéticas que viviam em Cuba.

Na ilha socialista Nestor Vera manteve contato com o secretariado da CPUSTAL para tratar da situação da entidade no Chile, com o golpe militar de Pinochet a confederação internacional dos trabalhadores não podia continuar a ser sediada naquele país. Segundo Vera, ficou decidido que não poderia ter sede fixa na América Latina como um todo. Dessa forma, criaram três comissões para dirigir os trabalhos da CPUSTAL: uma na Argentina, na Venezuela e na Costa Rica ou Panamá.

Lyndolpho Silva fazia parte da direção da União Internacional dos Sindicatos dos Trabalhadores na Agricultura, Florestas e Plantações (Uistafp) desde que teve de partir para o exílio, se fixando na Checoslováquia. No encontro, em Cuba, com os dirigentes latino-americanos voltados ao trabalho com os camponeses, Silva organizou entre eles diversas reuniões e encontros para organizar o I Congresso Camponês da América Latina, Nestor Vera era um dos representantes brasileiros nessa organização.

No caminho de volta para o Brasil, Nestor Vera fez questão de voltar para Moscou para reportar os acontecimentos em Cuba para Prestes, como este o havia solicitado. A forma com que Vera trata o secretário-geral do PCB é interessante, traçando um agradecimento a ajuda de Prestes nas discussões e preparo dos documentos a serem

³⁴³ Realizado o VIII Congresso Sindical Mundial. **Voz Operária**, nº 108, fevereiro de 1974.

³⁴⁴ Realizado o VIII Congresso Sindical Mundial. 1974.

apresentados. Além de voltar para Moscou para pessoalmente passar os informes a Prestes, isso mostra uma direta ligação política entre os dois, em um momento em que o líder Comunista esteve praticamente no ostracismo do exílio.

Com a “*Resolução Política*” de novembro de 1973, o PCB mudou sua ordem tática de uma frente ampla antiditatorial, para uma “*união em uma frente patriótica e antifascista*” Assim, as eleições parlamentares de 1974 foram o momento ideal para se concretizar a união.³⁴⁵ É nessa perspectiva de tentar fazer a frente democrática que Vera passou a atuar depois de ter voltado ao Brasil. Foi destacado pelo Partido para o Estado de Minas Gerais, passando a organizar a juventude para angariar votos ao MDB. Segundo José Francisco Néres, Nestor estava muito empenhado para conseguir uma ampla votação no Estado para o candidato a deputado estadual indicado pelo Partido.³⁴⁶

No processo crime de Néres e de outros estudantes, apresenta uma passagem que Nestor Vera incentivou “*uma ação mais efetiva, tal como pixamentos, panfletagem etc.*”³⁴⁷ Nessa passagem, encontramos uma perspectiva de alcançar uma maior divulgação da oposição para chegar até as massas, pois pichações e panfletagem podem ter um grande alcance na região que é realizada.

As eleições de 1974 proporcionaram uma significativa vitória para o MDB, pois foram eleitos 16 senadores para o movimento democrático em oposição a seis da Arena, (partido da ditadura), 160 deputados contra os 204 da situação.³⁴⁸ Esse avanço gerou um total descontentamento da ditadura que já alinhava sua “abertura lenta, gradual e segura” proposta pelo general Geisel, as informações que o MDB havia em suas fileiras vários militantes do PC fez com que depois de exterminar os grupos de resistência armada, a repressão passou a ser totalmente focada em destruir de vez os comunistas.

A abertura deveria ser para todos, exceto para os que não afinassem ideologicamente com a ideologia liberal conservadora a embasar o projeto de abertura proposto (imposto) pelo regime. A exceção atingia em cheio os comunistas, sobretudo o PCB, além de inimigos imperdoáveis de outrora, entre os quais se destacava Brizola.³⁴⁹

Bandera descreve que no processo de abertura política o PCB não poderia passar, os principais quadros de oposição ideológica deveriam ser eliminados do cenário político.

³⁴⁵ PRESTES, Luiz Carlos Prestes, , p. 178.

³⁴⁶ Processo CENIMAR - 18.097. Pasta 097. Fundo DOPS – Arquivo Público Mineiro.

³⁴⁷ Processo crime pela Auditoria da 4ª Circunscrição Judiciária militar, processo nº 18/76. – Projeto Brasil Nunca mais.

³⁴⁸ FICO, *Além do golpe*, 2004, p. 216.

³⁴⁹ BANDERA, Vinicius. A ditadura caça o PCB: um recorte do período autoritário pós-64. *Cadernos CEDEM/UNESP*, São Paulo, v. 3, 2003. p. 66

Dessa maneira, a “caça às bruxas” ao PCB intensificou-se entre 1974 e 1975, a Operação Radar é direcionada a eliminar fisicamente os militantes do Partidão. Praticamente quase todo o Comitê Central foi assassinado de forma brutal, Nestor Vera que era um quadro do Partido e membro do CC estava na lista para desaparecer.

Foi com a operação Radar iniciada em 1975 que parte do Comitê Central foi presa. E o caso do Hiram de Lima Pereira, interrogado em Itapevi, e de Luiz Inácio Maranhão Filho, preso em São Paulo morreu com a injeção para matar cavalo. João Massena Melo é outro. Também está no rio e morreu com a injeção para matar cavalo. Orlando Bonfim Júnior, da cúpula do PCB, está no rio de Avaré. Outro que está no rio é Elson Costa, assassinado em 1975. Ele era encarregado da seção de agitação e propaganda do partido. Na casa de Itapevi, foi interrogado durante vinte dias e submetido a todo o tipo de tortura e barbaridade. Seu corpo foi queimado. Banharam-no com álcool e tocaram fogo depois. Elson ainda recebeu injeção para matar cavalo. O corpo de Itair José Veloso também foi jogado na ponte (...) Jaime Amorim de Miranda, também foi preso na Operação Radar e foi morto. O último corpo que sei ter sido jogado da ponte é o de José Montenegro de Lima. (EXPEDITO, 1992) ³⁵⁰

Em 1975, após uma reunião da organização da oposição democrática em Belo Horizonte, Nestor Vera foi preso em frente a uma farmácia. Néres foi a única testemunha de sua prisão. Segundo o inquérito sobre seu desaparecimento, realizado pelo Ministério Público Federal, Nestor Vera foi preso na cooperação/colaboração de duas operações militares: a Operação Radar, de caráter nacional e Operação Orquestra, realizada apenas no Estado de Minas Gerais. Segundo Nilmário Miranda, em seu depoimento para a Comissão da Verdade de Minas Gerais, Nestor foi levado para a seção da polícia civil do departamento de Furtos e Roubos. Nos cárceres da repressão enfrentou as piores torturas físicas. O camponês comunista contava com 60 anos de idade quando passou pelas barbaridades do Estado brasileiro.

Em seu livro *Memórias de uma guerra suja* (2012), o ex-delegado de polícia Cláudio Guerra, assumiu a autoria do assassinato de Nestor Vera. O líder camponês foi um entre mais de 100 assassinatos assumidos por Guerra em nome da ditadura civil-militar brasileira. Guerra descreveu como ele encontrou Vera em um estado deplorável de saúde com fraturas expostas e quase inconsciente. O seu trabalho era pôr fim de vez na vida do Comunista. De uma maneira sádica e cruel explica que deu um “*tiro de misericórdia*” para “*ajudar*” Nestor Vera fugir de sua agonia.³⁵¹ Recontou que enterrou o corpo do valente lutador do povo em um latifúndio de um apoiador do regime de lesa

³⁵⁰ Sargento Marival Dias Chaves do Couto apud VIEIRA, Jacy Guilherme. O confronto de duas tendências dentro da hierarquia militar e a última reserva de caça da repressão: o Partido Comunista Brasileiro – PCB. **Textos e Debates**. v.1, n. 1, 1995.

³⁵¹ GUERRA, Claudio. Depoimento. MEIDEIROS, Rogério; NETTO, Marcelo. **Memórias de uma guerra suja**. Rio de Janeiro: TopBooks, 2012. p. 305.

humanidade brasileiro. Ironicamente, foi deixado em pedaço de terra que lutou a vida toda para ser dividido, terra que sonhou ser o local que sairia o fruto da construção de uma nova sociedade.

Em depoimento à Comissão Nacional da Verdade, o delegado Guerra relatou as circunstâncias da morte de Nestor Vera,

Foi em Belo Horizonte. Nestor Veras tinha sido muito torturado e estava agonizando. Eu lhe dei o tiro de misericórdia, na verdade, dois, um no peito e outro na cabeça. Quem mais participou da execução? Bem, os detetives investigadores Joãozinho Metropol e Saraiva estavam comigo. Nestor Veras já estava preso na Delegacia de Furtos em Belo Horizonte. Ele estava bem machucado. Após tirá-lo de lá, o levamos para uma mata e demos os tiros de misericórdia. Foi enterrado por nós.³⁵²

Segundo o delegado Guerra, a ordem do assassinato de Nestor Vera foi feito pelo coronel Freddie Perdigão. De acordo com as informações fornecidas pelo Exército à Comissão Nacional da Verdade, o coronel estava a serviço da Agência do Serviço Nacional de Investigação (SNI), do Rio de Janeiro. Na época do assassinato de Nestor Vera, o coronel Perdigão atuava no Gabinete da Presidência da República.³⁵³

Em 1995, o nome de Nestor Vera constou no anexo da Lei 9.140 de 4 de dezembro de 1995, que reconhece como mortas as pessoas desaparecidas na época da ditadura civil-militar. Em 2012, pela primeira vez o Estado brasileiro se dedicou a investigar os crimes de lesa humanidade cometidos pelo governo no período da ditadura civil-militar. Sob o comando da presidenta Dilma Rousseff, foi criada a Comissão Nacional da Verdade (CNV), que tinha como função investigar os crimes praticados pelo Estado, entre os anos de 1946 a 1988. Apesar de não ter caráter punitivo, por conta da Lei da Anistia de 1979, e as diversas interferências de setores reacionários da sociedade, a CNV pode apresentar o seu relatório final elucidando um passado obscuro, um processo que a burguesia e os militares ainda querem deixar no escuro.

Depois de investigar os crimes do sequestro, tortura e desaparecimento de Nestor Vera, a CNV chegou à seguinte conclusão:

Diante das investigações realizadas, conclui-se que Nestor Vera morreu em decorrência de ação perpetrada por agentes do Estado brasileiro em contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidas pela ditadura militar, implantada no país a partir de abril de 1964.

Recomenda-se a retificação da certidão de óbito de Nestor Vera, assim como a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso, para a localização de seus restos mortais e identificação e responsabilização dos demais agentes envolvidos.³⁵⁴

³⁵² BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório da Comissão Nacional da Verdade**. Brasília: CNV, 2014. Vol III. p. 1758.

³⁵³ BRASIL, **Relatório da Comissão Nacional da Verdade**, 2014.

³⁵⁴ BRASIL, **Relatório da Comissão Nacional da Verdade**, 2014, p. 1759.

Nestor Vera foi vítima dos seguintes agentes do Estado: do DOI-CODI e II Exército: Presidente da República, general do Exército Ernesto Geisel, Chefe do SNI, general de brigada João Baptista de Oliveira Figueiredo, Ministro do Exército general de Exército Sylvio Frota, Comandante do II Exército general Ednardo D'Ávilla Mello e Comandante do DOI-CODI do II Exército tenente-coronel Audir Santos Maciel.³⁵⁵

Nestor Vera é um entre 1.196 camponeses mortos pela ditadura civil-militar³⁵⁶; alguém que dedicou a vida pelo socialismo, que dedicou seus sonhos à reforma agrária radical e ao reconhecimento político-social do campesinato brasileiro. Atualmente, seguem as mesmas lutas iniciadas por Nestor Vera, a semente que plantou está perpetuada na terra e o ideal de transformação social radical permanece nos embates cotidianos de milhares de camponeses e camponesas.

³⁵⁵ BRASIL, *Relatório da Comissão Nacional da Verdade*, 2014, p. 1758-1759.

³⁵⁶ BRASIL. *Relatório da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos da Secretária de Direitos Humanos*, 2012.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória de Nestor Vera é um caminho que nos possibilita entender o desenvolvimento do movimento camponês em conjunto ao processo histórico da organização dos Comunistas brasileiros. É um meio que unifica dois importantes agentes históricos do cenário político, econômico e social no Brasil do século XX. O campesinato, com certeza, foi uma classe social com maior impulso político e centralidade nos anos do pós-guerra e é impossível entender esse período sem passar pela história dos Comunistas.

Ao longo desse trabalho tentamos apresentar algumas facetas do caminho percorrido por Nestor Vera que auxilia na compreensão do desenvolvimento da luta pela cidadania e participação política dos camponeses. Desde a formação da Liga Camponesa de Santo Anastácio, em 1946, até a CONTAG, em 1964, podemos concluir como os Comunistas foram essenciais para colocar os camponeses no cenário político brasileiro como forças fundamentais, nos embates locais até o questionamento da estrutura fundiária nacional. É evidente que outros grupos, além dos comunistas foram importantes para o desenvolvimento do movimento no Brasil, porém a proporção da luta pela reforma agrária alcançou foi devido a dedicação de homens e mulheres comunistas.

Estudar a relação de Comunistas e camponeses é uma maneira de questionar a atual política sobre o campo e latifúndio, além do massacre ainda persistente dos “caipiras”, a sobrevivência do latifúndio incorporado ao grande capital, nas perseguições aos militantes e na não concretização da reforma agrária. Segundo Sewell, por algum tempo as questões políticas foram colocadas de lado, principalmente pela influência pós-moderna, para uma reformulação da História Social. Escreveu que *“continuaría dentro del amplio marco epistemológico establecido por el giro lingüístico, pero a los historiadores abordar, de una manera novedosa, una permitiría serie de problemas relevantes que preocupaban a la vieja historia social, pero que han sido dejados de lado por los autores aderidos al giro lingüístico.”*³⁵⁷ Acreditamos não na referência linguística, mas na preocupação com problemas relevantes da sociedade, algo que guiou diversos estudos históricos no século XX.

Podemos refletir também que mesmo na esquerda o camponês foi tido como atrasado e seu movimento incipiente. Os militantes e a sociedade não compreendiam como esse setor não era selvagem e sabia fazer política. O pensamento dentro do Partidão

³⁵⁷ SWEEL, **Por una reformulación de lo social**, 2006, p. 72.

não era heterogêneo mesmo que o fim fosse comum o meio de alcançá-lo divergia, uma das grandes contradições era o papel do camponês na Revolução. Apresentamos militantes como Nestor Vera e Mário Alves que influenciados pelo momento histórico de efervescência dos acontecimentos no mundo rural, acreditavam na centralidade do campo como meio de transformação. Enquanto outros faziam uma leitura sobre o desenvolvimentismo brasileiro concebendo que era a burguesia nacional, naquele momento, o principal agente para reformas na sociedade.

Ao longo desses três capítulos tentamos apresentar as mudanças táticas do PCB em relação ao campo, da formação das ligas camponesas e associações rurais até meados de 1950 influenciados pelo “Manifesto de Agosto”, passando pela campanha de sindicalização rural em torno da construção da ULTAB, na segunda metade daquela década. A ULTAB foi a primeira organização nacional de representação camponesa, em suas lutas reivindicatórias levaram a conquistas importantes na área do direito trabalhista, mas foi em relação à Reforma Agrária seu principal expoente.

Ao longo de toda década de 1950 até 1964 os debates referentes a Reforma Agrária tomaram conta do cenário político e acadêmico, diversos estudos e projetos foram criados seja pelos Comunistas e progressistas ou pelos conservadores a temática era ponto nevrálgico para uma política de desenvolvimento econômico e social no país.

Nos escritos de Nestor Vera comparados a sua prática militante, podemos perceber uma assimilação forte dos direcionamentos do Partido. Durante toda a década de 1950, Nestor Vera participou da criação de ligas camponesas, esteve ligado a formação de associações rurais por todo o Estado de São Paulo. Se envolveu no movimento de resistência em Américo de Campos, posteriormente participou da formação da ULTAB e de sindicatos rurais. Seus artigos eram de questionamentos sobre a posse da terra, da aliança camponesa e operária e pelos direitos trabalhistas para os camponeses.

Depois da crise de 1956-1958 quando houveram as mudanças táticas e estratégicas do PCB, Nestor Vera iniciou um processo de indagação das estruturas partidárias. Em um primeiro momento esteve do lado dos renovadores ligados a Luiz Carlos Prestes, secretário-geral do Partido, depois passou a questionar o viés reformista desse agrupamento. Esteve ligado a ala de Marighella depois do golpe de 1964, mas não rompeu com o Partido na formação das guerrilhas, por mais que seu posicionamento fosse

próximo de Marighella a respeito dos camponeses na resistência, acreditava que a guerrilha não era a saída.

Passou pela resistência democrática, denunciou os crimes de lesa humanidade em conferências internacionais, esteve ligado ao setor sindical do PCB e de organismos mundiais. Em documentos internos do Comitê Central questionava a postura do Partido e sua estrutura de classe, sua principal luta interna era apresentar a fundamental necessidade da aliança operário-camponesa na destruição do latifúndio que concebia como sustentáculo do imperialismo e um entrava no desenvolvimento econômico.

Dois conceitos eram caros para Nestor Vera. O primeiro foi a aliança operário-camponesa que desde sua participação na liga de Santo Anastácio esteve presente, seja em seus discursos seja na prática da ligação entre sindicatos urbanos com os camponeses. Na formação dos sindicatos rurais afirmava que sem a ajuda dos operários nada sairia do papel, essa experiência da sustentação para sua visão leninista.

O segundo é a questão da posse da terra. Vera por toda sua trajetória política questionou a estrutura fundiária do Brasil, explicando que o latifúndio era o que tinha de mais atrasado no país. Dessa forma, a importância da reforma agrária que consistia na distribuição de terra para os camponeses despossuídos ou com pouca terra. Ao apresentar essa política agrária Nestor Vera afrontava a propriedade privada dos meios de produção, ponto central do sistema capitalista, dessa forma a reforma agrária seria um passo para formação de uma sociedade socialista sem o monopólio dos meios de produção nas mãos de poucos possuidores.

Enfim, ao longo desse texto procuramos contribuir para elucidar um pouco da história do movimento camponês no Brasil a partir de uma experiência negligenciada na historiografia. A trajetória de Nestor Vera ainda deve ser mais aprofundada em suas múltiplas determinações que poderá indicar caminhos para superação de problemas candentes no século XX que ainda persistem no limiar do século XXI. A luta continua!

Referências bibliográficas

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo, Hucitec, 1992.

ALMEIDA JUNIOR, Antonio Mendes. Do declínio do Estado Novo ao suicídio de Getúlio Vargas. In: GOMES, Ângela de Castro [et all]. **O Brasil Republicano. 3 Sociedade e Política (1930-1964)**. Rio de Janeiro: Beltrand Brasil, 2003.

ALVES, Mário. Dois caminhos da reforma agrária. In: MARIGHELLA, Carlos; et all. **A Questão Agrária no Brasil.: textos dos anos 1960**. São Paulo: Ed. Brasil Debates, 1980.

AMADO, Janaína. **Eu quero ser pessoa. Revolta camponesa e política no Brasil**. (Mímeog), s/d.

AZEVEDO, Fernando Antonio. **As ligas camponesas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

BANDERA, Vinicius. A ditadura caça o PCB: um recorte do período autoritário pós-64. **Cadernos CEDEM/Unesp**. São Paulo, v. 3, 2003.

BANDEIRA, Moniz. **O governo de João Goulart, as lutas sociais no Brasil 1961-1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

BARBOSA, Vera Lúcia Guedes. **Canto de liberdade por um canto de terra: o PCB na organização do campesinato (1954-1964)**. Trabalho de Conclusão de Curso. História (Graduação). Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2014.

BEZERRA, Gregório. **Memórias**. São Paulo: Boitempo, 2011.

BOMBARDI, Larissa Mies. Campesinato, Luta de classe e Reforma Agrária (A Lei de Revisão Agrária em São Paulo). **Tese de Doutorado em Geografia Humana**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório da Comissão Nacional da Verdade**. Brasília: CNV, 2014. Vol I e Vol. III.

BRASIL. **Relatório da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos da Secretária de Direitos Humanos**, 2012.

BRUNO, Regina. O Estatuto da Terra: entre a conciliação e o confronto. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 5 de novembro de 1995.

BURKE, Peter. A história dos acontecimentos e o renascimento da narrativa. In. _____ . **A escrita da História: Novas perspectivas**. São Paulo: Editora Unesp, 1992.

CASQUEL, Laís Regina. Associação Feminina: as memórias e as histórias comunistas em Fernandópolis (1949). **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**, São Paulo, julho 2011.

CARNEIRO, Ana; CICOCCARI, Marta. **Retrato da repressão política no campo Brasil 1962-1985. Camponeses torturados, mortos e desaparecidos**. Brasília: MDA, 2011.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil. O longo Caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

CAVALCANTI, Paulo. **Os equívocos de Caio Prado Jr.** São Paulo: Argumento, s/d.

CHAIA, Vera Lúcia. **Os conflitos de arrendatários de Santa Fé do Sul – SP, 1959-1969**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FFLCH-USP, 1981

CONTAG. **Contag 40 anos de luta ao lado do homem e da mulher do campo**. Brasília: Contag, 2003. Disponível em: <http://www.contag.org.br/imagens/CONTAG-Revista40anos.pdf>.

COSTA, Flávio de Carvalho; SANTOS, Raimundo. Os camponeses e a política pré-64. **Estudos Sociedade e Agricultura**, nº 8, abr., 1997. Rio de Janeiro: UFRRJ/CPDA.

CARONE, Egard (org.) **O PCB (1943-1964)**. São Paulo: Ática, 1982.

CUBAS, Tiago Egídio A. **O São Paulo Agrário na era globalização**. Tese de doutorado em Geografia. Unesp – FCT, Presidente Prudente, 2017.

CUNHA, Paulo Ribeiro da. Redescobrimo a História: a República de Formoso e Trombas. **Cadernos AEL**, n. 07, Campinas, 1997.

_____. (org). **O camponês e a história. A construção da Ultab e a fundação da Contag nas memórias de Lyndolpho Silva**. São Paulo: IPSO, 2004.

_____. da. **Aconteceu longe demais**. São Paulo: Editora Unesp, 2007.

_____. **O campesinato, a Teoria da organização e a questão agrária: apontamentos para uma reflexão**. São Paulo: Expressão Popular, Marília: Oficina Universitária, 2012.

FALEIROS, Maria Isabel. **Percursos e percalços do P.C.B no campo (1922-1964)**. Tese de Doutorado, História. FFLCH-USP, São Paulo, 1989.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

FERNANDES, Florestan. **Em busca do socialismo: últimos escritos e outros textos**. São Paulo: Xamã, 1995.

FERREIRA, Jorge. **A democracia no Brasil (1945-1964)**. São Paulo: Editora Atual, 2006.

_____. A democratização de 1945 e o movimento queremista. In. FERREIRA, Jorge, DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O Brasil republicano. O tempo da experiência democrática de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. Crises da República 1954, 1955 e 1961. In. FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs). **O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática. Da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FERREIRA, Joge, DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O Brasil republicano. O tempo da experiência democrática de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FERREIRA, Jorge. **A democracia no Brasil (1945-1964)**. São Paulo: Editora Atual, 2006.

FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. **Revolução e Democracia (Esquerdas no Brasil)**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2007.

FICO, Carlos. **Além do golpe. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura.** Rio de Janeiro: Record, 2004.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes. O cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição.** São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GORENDER, Jacob. **O combate nas trevas. A esquerda brasileira nas ilusões perdidas à luta armada.** 2 ed. São Paulo: Ática, 1987.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere.** Vol II: os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GUERRA, Claudio. Depoimento. MEIDEIROS, Rogério; NETTO, Marcelo. **Memórias de uma guerra suja.** Rio de Janeiro: TopBooks, 2012. p. 305.

HOLLOWAY, Thomas H. **Imigrantes para o café: café e sociedade em São Paulo, 1886-1934.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

IBGE. **Censo demográfico 2010. Resultados Preliminares do Universo. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).** Brasília, 3/5/2011.

KAREPOVS, Dainis. **A classe operária vai ao parlamento. O Bloco Operário e Camponês do Brasil (1924-1930).** São Paulo: Alameda Editorial. 2006.

LEFEBVRE, Henri. **La Presencia y la Ausencia: Contribución a la Teoría de las Representaciones.** México: Fondo de Cultura Económica, 2006.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **O desenvolvimento do Capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria.** Tradução de José Paulo Netto. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

_____. **Obras escolhidas.** São Paulo: Alfa e Omega, 1988.

_____. **Carta a um camarada.** Rio de Janeiro: CEPPEPES, s/d. Disponível em: <https://ceppes.org.br/biblioteca/biblioteca-marxista/lenin/carta-a-um-camarada>.

_____. O Estado e a Revolução. LÊNIN, Vladimir Ilitch. **Obras escolhidas.** São Paulo: Alfa e Omega, 1988.

_____. Que fazer?. In. LÊNIN, Vladimir Ilitch. **Obras escolhidas**. São Paulo: Alfa e Omega, 1988.

LIMA, Airton S. **Vítimas do ódio: a luta pela terra em Tupã e a militância comunista no interior paulista**. Dissertação de Mestrado em História. Marília: Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2005.

LINHARES, Maria Yedda. História Agrária. In. FLAMARION, Ciro. VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História. Ensaio de Teoria e Metodologia**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

MAGALHÃES, Mario. **Marighella. O Guerrilheiro que incendiou o mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

MANTEGA, Guido. **A economia política brasileira**. Rio de Janeiro: Polis/Vozes, 1984.

MARINI, Ruy Mauro. Crítica à A Revolução Brasileira, de Caio Prado Júnior. In: STÉDILE, João Pedro. **A questão agrária no Brasil: o debate na esquerda 1960-1980**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

MARINI, Ruy Mauro. **Subdesarrollo y revolución**. México: Siglo XXI Editores, 1974.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.

_____. O tempo da fronteira. Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. **Tempo Social. Rev. Sociologia**, USP, São Paulo, n. 8, v. 1, maio de 1996.

_____. **O cativo da terra**. São Paulo: Contexto, 2013.

MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Cooperativa Inverta, 2010.

MARX, Karl. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **O Capital: crítica da economia política**. Livro I, o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MEDEIROS, Leonilde S de. **Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses: os comunistas e a constituição de classes no campo**. Tese de Doutorado, Ciências Sociais.

Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1995.

_____. Trabalhadores do campo, luta pela terra e o regime civil-militar. In: PINHEIRO, Milton (org.). **Ditadura: o que resta da transição**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.

MORAIS, Clodomir Santos de. História e Natureza das Ligas Camponesas. In. STÉDILE, João Pedro. **A Questão Agrária no Brasil**. Vol 4. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

MOREIRA, Vagner José. **Memórias e Histórias de Trabalhadores em Luta pela Terra: Fernandópolis-SP, 1946-1964**. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Uberlândia, 2009.

MOTTA, Rodrigo Patto de Sá. O MDB e as esquerdas. In.: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. **Revolução e Democracia (Esquerdas no Brasil)**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2007.

NEGRO, Antonio Luigi, SILVA, Fernando Teixeira da. Trabalhadores, sindicatos e política. In. FERREIRA, Jorge, DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O Brasil republicano. O tempo da experiência democrática de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007.

PERICÁS, Luiz Bernardo. **Caio Prado Júnior: uma biografia política**. São Paulo: Boitempo, 2016.

PINHEIRO, Milton (org.). **Ditadura: o que resta da transição**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.

PINHEIRO, Paulo Sérgio; HALL, Michael (orgs.). **A Classe Operária no Brasil. Documentos (1889 a 1930)**. São Paulo: Editora Alfa e Omega, 1979.

POMAR, Pedro Estevam da R. **A democracia intolerante: Dutra, Adhemar e a repressão do Partido Comunista (1946-1950)**. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2002.

PRADO JR, Caio. **A Revolução Brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1966.

_____. **A questão agrária.** São Paulo: editora Brasiliense, 1979.

PRADO JR, Caio. O sentido reestruturador da política econômica. In.: SANTOS, Raimundo. **Caio Prado Jr. Dissertações sobre a Revolução Brasileira.** São Paulo: Brasiliense: Fundação Astrogildo Pereira, 2007.

PRESTES, Anita Leocádia. A que herança os comunistas devem esquecer. **Revista Oitenta**, s/n, nov. 1980.

_____. **Luiz Carlos Prestes. O combate por um partido revolucionário (1958-1990).** São Paulo: Expressão Popular, 2012.

PRESTES, Luiz Carlos. **Carta aos comunistas.** São Paulo: Editora Alfa Omega, 1980.

PRIORI, Angelo Aparecido. Paixões políticas e militância partidária (PCB: 1947-1954). **Espaço Plural** (Marechal Cândido Rondon. Online), v. 16, 2015.

_____. **O levante dos posseiros: a Revolta Camponesa de Porecatu e a ação do Partido Comunista Brasileiro no Campo.** Maringá: Eduem, 2011.

_____. A revolta camponesa de Porecatu. In: MOTTA, Márcia; ZARTH, Paulo (orgs.). **Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história, vol. 2: concepções de justiça e resistência nas repúblicas do passado (1930-1960).** São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, NEAD, 2009.

RAMOS, Carolina. **Capital e Trabalho no sindicalismo rural brasileiro: uma análise sobre a CNA e a CONTAG (1964-1985).** Tese de Doutorado em História. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

REIS, Daniel Aarão. **Luis Carlos Prestes. Um revolucionário entre dois mundos.** São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

_____. **A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1991.

RIDENTE, Marcelo. **O fantasma da Revolução brasileira.** São Paulo: Editora Unesp, 2010.

RIZZI, Franco. A Internacional Comunista e a questão camponesa. In. HOBBSAWM, Eric. **História do Marxismo VI: o Marxismo na época da Terceira Internacional**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

RODRIGUES, Leôncio Martins. O PCB: os dirigentes e a organização. In. FAUSTO, Boris. **História geral da civilização brasileira. Tomo III, v. 3. O Brasil republicano. Sociedade e política (1930-1964)**. São Paulo: Difel, 1986.

SALES, Jean Rodrigues. **As esquerdas brasileiras e a revolução cubana**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2007.

SANTANA, Marco Aurélio. **Homens partidos: sindicatos e comunistas no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2001.

_____. Trabalhadores, sindicatos e regime militar no Brasil. In: PINHEIRO, Milton (org.). **Ditadura: o que resta da transição**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.

SANTOS, Leonardo Soares dos. As ligas camponesas do PCB: a transformação da questão agrária em ação política (1928-1947). **Trocadero: Revista de História Moderna y Contemporanea**, nº 17, Cádiz – Espanha, 2005.

SANTOS, Raimundo. **Agraristas políticos brasileiros**. Brasília: Fundação Astrogildo Pereira, 2007.

_____. **Caio Prado Jr. Dissertações sobre a Revolução Brasileira**. São Paulo: Brasiliense: Fundação Astrogildo Pereira, 2007.

_____. Política e Agrarismo no Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura**, vol. 17, n. 1, abr. 2009.

SCHMIDT, Benito Bisso. “A parte dos homens”: Biografia, autobiografia e História do movimento operário. **XXIV Encontro anual da ANPOCS. GT Biografia e Memória Social, seção: Militância e trajetórias na política brasileira**. Petrópolis, outubro de 2000. p. 37.

_____. Biografia e regimes de historicidade. **Métis: história e cultura**, v. 2. n. 3, 2003.

SEGATTO, José Antonio. PCB: a questão nacional e a democracia. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática: da democracia de 1945 ao golpe civil-militar de 1964.** Vol 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. **Reforma ou Revolução. As vicissitudes políticas do PCB (1954-1964).** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

SEMERARO, Giovanni. Intelectuais “orgânicos” em tempos de pós-modernidade. **Cadernos Cedes**, Campinas, vol. 26, n. 70, p. 373-391, set./dez. 2006.

SILVA, Heber Ricardo da. A democracia ameaçada: repressão política e a cassação do PCB na transição democrática brasileira (1945-1948). **Histórica – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo**, nº 39, 2009.

SEWELL, Willian H. Por una reformulación de lo social. **Ayer**. n. 62, 2006.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Errantes do fim do século.** São Paulo: Fundação editora Unesp, 1999.

STEIN, Leila Menezes. **Trabalhismo, círculos operários e política - a formação do sindicato dos trabalhadores agrícolas no Brasil (1954-1964).** São Paulo: FAPESP/Annablume, 2008.

TAVARES, Flávio. **1961 – O golpe derrotado.** Porto Alegre: LP & M, 2012.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa.** São Paulo: Paz e Terra, 2004.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Filosofia da práxis.** Buenos Aires: CLACSO: São Paulo: Expressão Popular, 2011. pp.320-324.

VIEIRA, Jacy Guilherme. O confronto de duas tendências dentro da hierarquia militar e a última reserva de caça da repressão: o Partido Comunista Brasileiro – PCB. **Textos e Debates**. v.1, n. 1, 1995.

VINHAS, Moisés. **O Partidão: A luta por um partido de massas, 1922-1974.** São Paulo: Hucitec, 1982.

WELCH, Clifford Andrew. O atentado: tentando encontrar a história nos relatos de um

assassinato que não houve. **Projeto História (PUC-SP)**. n. 35, dez, 2007.

WELCH, Clifford A; GERALDO, Sebastião. **Lutas camponesas no interior paulista – Memórias de Irineu Luis de Moraes**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Errantes do fim do século**. São Paulo: Editora Unesp, 1999.

WELCH, Clifford. “Os com-terra e os sem-terra de São Paulo”. In: FERNANDES, Bernardo; MEDEIROS, Leonilde Servolo de; PAULILO, Maria Ignez. **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas, e conquistas**. Vol. 1. São Paulo: Editora Unesp, Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

_____. A História Social do Campo e os mundos do trabalho. XX Encontro Regional de História. **A Historiografia do trabalho no Brasil: Diálogos, debates e perspectivas atuais**. ANPUH-SP, Franca, setembro de 2010.

_____. **A semente foi plantada**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

ANEXOS



Imagem 1: Nestor Vera na juventude. Arquivo familiar, disponibilizado ao autor por Omene Vera Martins, sobrinho de Nestor Vera.

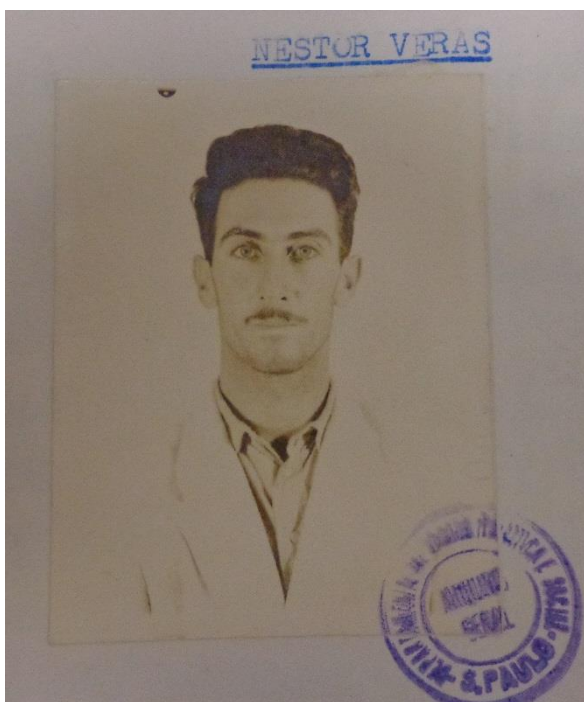


Imagem 2: Foto de Nestor Vera retirada do Prontuário do DEOPS, Prontuário 82.320 – Nestor Vera – Fundo DEOPS, AESP.



Imagem 3: Nestor Vera e Francisco Julião durante reunião no I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil, realizado em Belo Horizonte no ano de 1961. Retirado de jornal **Terra Livre**, ano XII, nº 105, novembro de 1961, p. 2.



Na fotografia, vemos alguns camponeses que foram despejados pelo latifundiário, Estrela, quando faziam denúncia ao sr. Nestor Vera, Secretário da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil

Imagem 3: Nestor Vera auxiliando camponeses despejados da Fazenda Marinheiro, em Votuporanga. Retirado de jornal **Terra Livre**, ano XII, nº 103, setembro de 1961, p. 4.

ALGUNS PROBLEMAS DE ORGANIZAÇÃO:

A ideologia não proletária que informou o P. desde a época de sua fundação e que, com nuances, perdura até hoje, refletiu-se sobre toda a organização partidária, criando distorções e anomalias de natureza gravídica, dentre as quais destaca-se:

1) O caráter de classe do P. - Eleito embora defendido desde sua fundação como partido da classe operária, não conseguimos nos consolidar, até hoje, no seio da classe operária dos grandes empregos, como organização revolucionária de vanguarda, capaz de dirigir a classe em sua missão histórica; a tomada do poder político. Essa influência política junto à classe operária não se traduz em fortes e sólidas organizações partidárias dentro dos empregos, o que impossibilita a ação revolucionária continuada e consequente junto à massa operária. Este sentido continuam atuais as constatações e indicações feitas pelo P. bonfuss, que "considerou como" desafio histórico "a construção do P. nos grandes empregos".

2) - Os causos: A causa principal dessa mesma freqüência, em relação à organização do P. nos grandes empregos, reside na ideologia estranha ao proletariado que nos leva à concepção tipicamente pequeno-burguesa sobre o processo revolucionário no Brasil, que não é concebido como obra de milhões dos massas trabalhadoras, mas como fruto de ação de grupos "avanzados", aos quais as massas devem seguir.

Imagem 4: Manuscrito de Nestor Vera. Alguns problemas de organização. s/d. IAP-Coleção Nestor Vera, cx I, Fundo ASMOB, CEDEM/Unesp. p. 1.

REALIZADA A MARCHA DA FOME POR LAVRADORES PERNAMBUCANOS

Mais de 600 trabalhadores rurais participaram do desfile — Memorial entregue ao governo do Estado — Visita à Assembléia Legislativa e ao Prefeito da Capital — Em maio próximo realizarão seu Congresso

RECIFE, (da Correspondência) — Cerca de seiscentos trabalhadores rurais de municípios próximos da capital, realizaram, no dia 3 último, realizaram, no dia 3 último, sobre o Recife, a marcha da fome.

Vieram eles, liderados pelo agricultor José Francisco de Souza, presidente da Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco, trazendo até às autoridades o seu apelo no sentido de que sejam atendidas várias de suas reivindicações e convidadas para o Congresso dos Trabalhadores Agrícolas e de Pescadores de Pernambuco.

Nesta ocasião, os trabalhadores agrícolas visitaram o Palácio do Governo, onde foram recebidos por um dos secretários do governador Cordeiro de Farias, onde foram mãos foi entregue um memorial, que entre outras coisas dizia o seguinte:

«Ninguém ignora que os lavradores e os trabalhadores do campo em nosso Estado vivem sem o devido amparo, submetidos a penosas condições de trabalho e sujeição, cada vez maior, na agricultura e na pecuária. Isso entrava o desenvolvimento da indústria e do comércio, porque não favorece o crescimento do mercado interno. Mas, ao contrário, só serve para agravar

as questões com o despoamento do interior do Estado e a fuga, em massa, dos camponeses para a capital ou para o sul do país. O atraso de Pernambuco em relação às regiões Centro-Sul do país, é hoje maior que há anos.

Milhares de pequenos e médios proprietários de terra, de assalariados agrícolas de fazendas, de colonos, de vaqueiros, de pescadores, trabalham de sol-a-sol enquanto o seu estado de pobreza aumenta dia a dia. Não há assistência ao trabalhador do campo, pois a legislação trabalhista só existe para ele no papel. Os foros são aumentados de ano para ano, embora contra a lei, ao sabor dos grandes proprietários que são silocados pela maioria dos grandes proprietários. Não há garantias para a colocação dos seus produtos. Nem assistência técnica. Nem sementes selecionadas. A situação do peixeiro é tão precária como a do camponês mais humilde. Não é menos dolorosa a do vaqueiro.

No texto do memorial entregue ao governo do Estado, os lavradores apresentaram as seguintes reivindicações: Liberdade e direito de livre associação e de sindicalização, aplicação efetiva da legislação existente que beneficia o homem do campo; terra para trabalhar; ajuda financeira e técnica aos lavradores; ferramentas e sementes; extinção do "cambão", do "dia de condição", do "vale", do "harracho", abolição do sistema de meia e da terça; garantia de preços agrícolas; escolas; assistência médica, etc.

Os lavradores, em seu desfile, visitaram ainda a Assembléia Estadual e o Prefeito do Recife, sr. Felopolas Silveira, solicitando seu apoio moral e material para o Congresso que os trabalhadores rurais de Pernambuco irão realizar do mês de maio.

Especialmente convidado, tomaram parte no ajustamento, o presidente da ALES, sr. José A. da Vireza, o dr. Alvaro Pires — da secretaria de Agricultura do Estado, o presidente da Associação de Melhoramentos de Colatina, dr. Caetano Magalhães, dr. Francisco Verriest e outras personalidades.



EM SÃO GABRIEL DA PALHA QUINHENTOS LAVRADORES SE ORGANIZAM

COLATINA — Teve lugar no distrito de São Gabriel da Palha, no último domingo de fevereiro uma grande reunião de lavradores o assunto da reunião prendeu-se a discussões as questões da lavoura. Muita viva em todo o seu objetivo: dar o primeiro passo para a organização dos lavradores de São Gabriel, dentro de sua organização de classe, a Associação dos Lavradores do Estado do Espírito Santo.

Especialmente convidado, tomaram parte no ajustamento, o presidente da ALES, sr. José A. da Vireza, o dr. Alvaro Pires — da secretaria de Agricultura do Estado, o presidente da Associação de Melhoramentos de Colatina, dr. Caetano Magalhães, dr. Francisco Verriest e outras personalidades.

Causaram funda impressão na grande massa de lavradores presentes, calculada em mais de 500 pessoas, as palavras dos oradores.

Foi ainda muito bem recebida pelos presentes a oração do sr. José Rodrigues de Azevedo, que expôs em linguagem simples e contundente a situação dos lavradores do seu distrito.

Notou-se a presença na congregação, de um elevado número de mulheres lavradoras que aplaudiram entusiasmadamente os oradores, o que já constitui um progresso, de vez que o número de mulheres no campo é muito grande e elas quase não participam das organizações camponesas.



OS SINDICATOS RURAIS E A AJUDA FRATERNAL DA CLASSE OPERARIA

NESTOR VERA

Nos últimos anos, após a realização das duas Conferências nacionais de lavradores começaram a surgir os sindicatos rurais em São Paulo, de acordo com as leis brasileiras para esse tipo de organização associativa destinada aos trabalhadores do campo. Existem atualmente 18 sindicatos rurais no Estado de São Paulo. São ainda poucos em relação à grande massa de assalariados agrícolas mas, sem dúvida, foi um grande passo adiante. As experiências positivas e negativas fornecidas por eles, constituem uma rica contribuição para o fortalecimento dos mesmos e organizações de outros. Cerca de 700 mil trabalhadores rurais que vendem sua força de trabalho no campo, constituem enorme campo para a ação organizadora desses sindicatos e de outros que naturalmente, serão organizados no futuro. São trabalhadores rurais que trabalham por dia, hora e ano; carroceiros, leiteiros, colonos de café, cortadores de cana, diaristas que moram nas cidades mas trabalham por temporadas nas lavouras etc. Somando-se estes últimos, trabalhadores por temporada, ou por safra, seu número atingirá um milhão. Todos eles, recebem seu salário no fundamental em dinheiro.

A fundação dos 18 sindicatos rurais no principal Estado do país, é de fundamental importância. E o Estado onde o capitalismo mais se desenvolve na agricultura embora mantendo os principais restos feudais. A classe operária paulista obteve com sua ajuda fraternal aos camponeses uma grande vitória, ajudando a se organizarem sindicalmente. Os aliados fundamentais da classe operária, os camponeses e, em particular, os assalariados agrícolas começam a se organizar.

VENCIDAS AS PRIMEIRAS DIFICULDADES COM AJUDA DOS OPERÁRIOS

A fundação desses sindicatos só foi possível porque receberam a ajuda da classe operária do interior da capital. Sem essa ajuda era impossível realizar essa tarefa. Isso porque os trabalhadores da roça não têm quase nenhuma experiência de organização de sindicatos, poucos meios materiais, e raras pessoas capacitadas para esse trabalho. A ajuda da classe operária é necessária porque, embora tenha o proletariado infirmos aliados para a revolução, como sejam os camponeses ricos e médios, pequenos e médios industriais e comerciantes, funcionários públicos civis e militares e a burguesia nacional, os camponeses em particular e os assalariados agrícolas, principalmente num Estado como São Paulo no qual esses trabalhadores rurais representam hoje a metade da população economicamente ativa do campo. Constituem a força decisiva na Frente Única. São a exemplo dos operários da cidade, obrigados a vender sua força de trabalho, não possuem meios de produção e, sendo, em todas as etapas da revolução, base sólida no campo onde se apoia a classe operária da cidade para realizar todas as tarefas até atingir o socialismo.

A esse respeito, Lenin, em 1917 já dizia: «Os operários das cidades, das fábricas e oficinas estão ligados de mil modos diferentes aos operários do campo. Se o proletariado da cidade fizer um apelo ao camponês assalariado, este não deixará de responder; não obstante, aquele não se deve limitar ao apelo. Os operários da cidade têm mais experiências, mais conhecimentos e dispõem de maiores recursos e, portanto, é necessário que uma parte dessas forças seja destinada a auxiliar os operários agrícolas a sustentarem-se nos próprios pés. E preciso que todos os operários organizados contribuam com o salário de um dia, o que marcará o desenvolvimento e consolidação da aliança do proletariado das cidades com os operários do campo.»

(A Questão Agrária, Lenin, pag. 194).

Se naquela época Lenin indicava estas condições para que se organizassem os assalariados agrícolas, estas mesmas condições são necessárias hoje em nosso país a fim de se organizarem nossos assalariados agrícolas.

Os sindicatos rurais receberam, uns mais, outros menos a ajuda dos operários paulistas, como orientação, visitas de líderes sindicais e operários esclarecidos para fundar esses sindicatos, preparar os papéis necessários ao seu registro e, mesmo, ajuda financeira. Entretanto, essa ajuda, apesar de valiosa ainda foi pouca. Esta é uma das causas pelas quais os sindicatos rurais encontram-se muito débeis e muitos deles praticamente sem atividade com seu desenvolvimento estagnado. Alguns, podem mesmo desaparecer se não receberem ajuda da classe operária. Os sindicatos dos operários das cidades já foram consolidados através de grandes lutas e sacrifícios. Os sindicatos rurais estão em sua fase inicial e, além de não possuírem quase nenhuma experiência, enfrentam a perseguição da polícia e dos fazendeiros. Vários deles já foram atacados e invadidos. Outros foram fechados e, depois reabertos graças a ajuda do povo. Os fazendeiros não perdem tempo em ataques, utilizando todas as formas, inclusive o ataque individual a seus dirigentes, como foi o caso do secretário do Sindicato Rural de Bragança. Depois de bárbaro espancamento, só não foi assassinado devido a intervenção de parentes e populares. Além disso, os fazendeiros dispõem seus trabalhadores e os perseguem para que não entrem nos sindicatos rurais. Outra dificuldade muito séria para esses sindicatos é a falta do registro, que vem sendo dificultado pelo próprio Ministério do Trabalho.

Como vemos são inúmeras as dificuldades que enfrentam os sindicatos rurais. Estas dificuldades só poderão ser resolvidas com a ajuda da classe operária. Os sindicatos das ci-

des do interior podem desempenhar um grande papel nessa luta. A classe operária do interior está diretamente ligada com os assalariados do campo, como também porque a quasi totalidade dos operários dessas indústrias e das ferrovias vieram do campo.

O desenvolvimento acelerado da indústria no interior tem se processado nestes últimos anos, e a mão de obra fornecida para as mesmas fundamentalmente foi do campo, daí que esses laços sejam fortes e recentes. De outro lado, com o desenvolvimento do capitalismo na agricultura a grande massa de assalariados está passando a residir nas cidades apesar de continuarem a trabalhar no campo.

Os assalariados agrícolas utilizam as sedes dos sindicatos dos operários das cidades do interior para realizar suas assembleias e muitos deles recebem assistência jurídica dos próprios sindicatos da cidade. Com isto, tanto ganham os assalariados agrícolas como os operários, que também podem receber ajuda de seus irmãos do campo, já que existem muitos municípios em que o número de assalariados agrícolas é maior do que o de operários.

Essa aliança vai se fortalecendo e influenciando cada vez mais a massa camponesa e os trabalhadores das cidades. Com isto vai se forjando a aliança operário-camponesa.

Vemos como a classe operária das cidades do interior pode desempenhar importante papel na organização do proletariado rural. Mas isto ainda não é tudo. A fundamental ajuda para cumprir essa tarefa com êxito cabe ao proletariado da capital de São Paulo, por ser o mais antigo, experiente de organização e de lutas e de conquistas de reivindicações, está concentrado em grandes empresas e é a maior concentração operária da América Latina. A classe operária da capital deve junto com a classe operária do interior ensinar e organizar os assalariados agrícolas, ajudá-los a conseguir o registro de seus sindicatos, transmitir-lhes as experiências de como conseguir a vitória de suas reivindicações, visitar os sindicatos rurais, ajudar a formar as diretorias dos mesmos, como fator principal para a sindicalização rural e o desenvolvimento do sindicato, assim como também, aprender com eles. O fortalecimento das forças entre operários e camponeses reforçará a luta dos próprios operários, pois ficam com eles. O fortalecimento das forças entre operários e camponeses reforçará a luta dos próprios operários, pois ficam com eles. O fortalecimento das forças entre operários e camponeses reforçará a luta dos próprios operários, pois ficam com eles.

A frente única das forças nacionalistas e progressistas para libertar nosso país ainda está fraca, devido a debilidade do trabalho do proletariado das cidades junto a seus irmãos do campo. Na hora que esse trabalho se desenvolver, a frente única se fortalecerá e desenvolver-se-á, pois a força decisiva para uma poderosa frente única capaz de libertar nosso país é a classe operária unida com os trabalhadores do campo. Daí porque uma das tarefas principais da classe operária paulista e, principalmente da Capital, é ajudar a consolidar os atuais sindicatos de empregados rurais do Estado de São Paulo e a criação de inúmeros outros o que terá repercussão nacional.

Imagem 5: Artigo escrito por Nestor Vera para o Voz Operária, Rio de Janeiro, 08 de março de 1958, p. 10.